

**ELIANE RODRIGUES MOTA ORELO**

**A DIMENSÃO ESTÉTICA (SENSÍVEL) DA COMPETÊNCIA  
INFORMACIONAL**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação, área de concentração: Gestão da Informação, linha de pesquisa: Profissionais da Informação.

Orientação: Professora Doutora Elizete Vieira Vitorino.

**FLORIANÓPOLIS – SC  
2013**

Catálogo na fonte por: Eliane R. Mota Orelo – CRB: 14/1213.  
Classificação CDU atribuída por Everaldo Nunes – CRB: 14/1199.  
Revisão língua portuguesa e do resumo em inglês: Sônia Schappo Imhof.  
Revisão do resumo em espanhol: Mara Gonzalez.

O66d Orelo, Eliane Rodrigues Mota

A dimensão Estética (Sensível) da Competência Informacional /  
Eliane Rodrigues Mota Orelo; Orientadora, Elizete Vieira Vitorino.  
- Florianópolis, SC, 2013.

197 p.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-  
Graduação em Ciência da Informação, 2013.

Inclui Referências

1. Ciência da Informação. 2. Competência Informacional. 3.  
Dimensões da Competência. 4. Dimensão Estética. 5. Estética. I.  
Vitorino, Elizete Vieira. II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

**ELIANE RODRIGUES MOTA ORELO**

**A DIMENSÃO ESTÉTICA (SENSÍVEL) DA COMPETÊNCIA  
INFORMACIONAL**

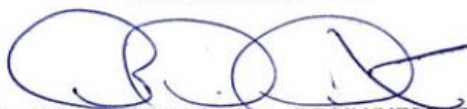
Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina em cumprimento a requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA  
EM FLORIANÓPOLIS 24 DE OUTUBRO DE 2013



Prof. Marisa Brascher Basilio Medeiros, Dra.

Coordenadora do Curso



Prof. Dra. Elizete Vieira Vitorino – PGCIN/UFSC (Orientadora)



Prof. Francisco das Chagas de Souza, Dr. - PGCIN/UFSC



Prof. Regina Célia Baptista Beluzzo, Dra. - UNESP



Prof. Elisa Delfine Correa, Dra. - FAED/UEDESC



*Adailson e Ana Elize meus tesouros mais belos!*



## ***Agradecimentos***

*Agradecer... entendo que esse é um gesto de humildade e de reconhecimento.*

***Humildade***, pois implica em admitir que, mesmo com todo empenho e dedicação empregado no desenvolvimento desta pesquisa, tenho plena consciência de que só alcancei êxito nessa empreitada porque recebi de várias pessoas alguma forma de auxílio, de força e de encorajamento.

***Reconhecimento...*** significa aceitar que nunca realizamos nada sozinhos e reconhecer o empenho dos outros em ajudar. Comigo não foi diferente! Durante o desenvolvimento da pesquisa do Mestrado, não caminhei só... recebi de muitos – familiares e amigos – contribuições que foram significativas. Foram auxílios importantes, como alguém para ficar com Aninha para eu poder assistir aulas, para poder participar de eventos, vir com tranquilidade para orientação, foram indicações de referências, revisão dos textos pelos colegas...

Foram muitas palavras de força e encorajamento nos momentos em que parecia que eu não iria conseguir, nessas horas, uma simples palavra, um simples sorriso é tudo! Valem muito, não um valor monetário, mas um valor humano, amigo, imensurável!

*Quero neste momento, Agradecer carinhosamente a:*

*Deus, fonte de todo o amor, força, coragem, convicção, determinação!*

*Adailson Orelo, meu melhor amigo, meu companheiro, meu protetor, meu anjo, meu cúmplice, meu enfermeiro (RSS), Meu AMOR, meu tudo! Te Amo!*

*Ana Elize, nossa filha, o meu maior presente, um verdadeiro milagre de fé e de amor. Milagre sim, pois ninguém acreditava que eu pudesse passar bem por uma gestação, por nascer saudável... Amor Incondicional!*

*Meus pais: Laertes, de onde estiveres sei que tens orgulho dos teus quatro filhos! Maria das Graças, mesmo com todas as dificuldades e adversidades na vida (e não foram poucas né mãe!), fostes mãe e também pai, conduziste-nos com amor e sabedoria!*

*Meus irmãos: Elizângela, Simone e Edmar, sempre presentes, companheiros, amigos!*

*Meus Cunhados (as): Adailton, Rosane, Janaína, Dionei mais que cunhados, amigos!*

*Meus Amigos (as): Aliny, Márcia, Lucas, Marilene e Veiga, Mariléia e Ricardo, Valdinéia e Batista, Heloísa, Djuli, Carlos,*

*Fernanda, Dayane, Lani, Elisa, Daniela, Eduardo, Michele, Thânia, Gleide, Ana Paula, Kátia, Maria Carolina, Josie e Rodrigo... Amigos para toda a vida!*

*Aos Colegas da turma 2011, Carla, Elizabeth, Giani, Pitter, Lidiana, Luciana, Mário, Patrícia, Paula, Tatiana, Thaís... compartilhando emoções, dúvidas, alegrias, aflições e conquistas!*

*À Sabrina, secretária do PGCIN, sempre prestativa, competente, bem humorada, divertida!*

*Aos Professores do Departamento de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSC, meus mestres, comprometidos com um ensino de qualidade, ensinam, orientam, encorajam, desafiam...*

*Aos Professores de outros Departamentos de Pós-Graduação da UFSC que possibilitaram novos conhecimentos, e novos olhares por meio de suas disciplinas, igualmente comprometidos com um ensino de qualidade...*

*Aos Professores Membros da Banca Examinadora, empenhados na finalização de um bom trabalho... Admiração, respeito!*

*Ao professor Aldo Barreto, por sua contribuição, mesmo que informalmente, uma opinião experiente que me transmitiu maior segurança... Gratidão e admiração! (“quando eu crescer quero ser como você”)*

*A minha Orientadora, Dra. Elizete, caminhando comigo, me orientando, me ensinado, descendo degraus para me ajudar a subir, mais do que uma parceria, construímos uma amizade!*

*A todos os meus colegas de trabalho do Instituto Federal Catarinense, do qual recentemente passei a fazer parte, especialmente nas pessoas do Sr. Douglas, meu chefe imediato, do Sr. Fernando, meu chefe “mor” e, da Sra. Andressa, pela compreensão e incentivo na etapa final da dissertação.*

*Agradeço especialmente a duas pessoas:*

*Adailson, meu esposo, por estar sempre ao meu lado, apoiando as minhas decisões, compreendendo os momentos de ausência, dando-me apoio e força, me acompanhando, **literalmente**, pra onde quer que as circunstâncias da vida me, ou melhor, nos mande... amor eterno!*

*Elizete, pela constante orientação, compreensão, apoio, amizade, por me conduzir e me inserir no mundo acadêmico, foi uma grande honra ser sua aluna e orientanda!*

*A todos, inclusive aqueles não mencionados aqui, mas que fazem parte do livro de minha vida, meus mais sinceros agradecimentos!*



*É mediante a cultura ou educação estética, quando se encontra no 'estado de jogo' contemplando o belo, que o homem poderá desenvolver-se plenamente, tanto em suas capacidades intelectuais quanto sensíveis.*

*Mário Suzuki*



## RESUMO

ORELO. Eliane Rodrigues Mota. **A dimensão Estética (Sensível) da Competência Informacional**. 2013. 151 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

A Competência Informacional para ser desenvolvida em plenitude deve estar alicerçada em quatro dimensões: Técnica, Estética, Ética e Política. Esta pesquisa aborda a Dimensão Estética da Competência Informacional do Bibliotecário. Ser competente em informação requer habilidades informacionais: identificar as necessidades de informação, conhecer as fontes de informação, elaborar estratégias de busca, avaliar e utilizar a informação de forma ética e responsável, buscando o bem comum. Envolve ainda uma atitude voltada para a educação ao longo da vida. A Dimensão Estética está ancorada nos conceitos de Estética, resgatados da Filosofia. Diz respeito à sensibilidade, a criatividade, a solidariedade e, direcionado ao fazer do Bibliotecário, implica em resgatar os aspectos humanos, culturais e sociais, pouco explorados em virtude de uma formação predominantemente técnica, desde a década de 1930. É uma pesquisa qualitativa e exploratória, já que reflete os aspectos teóricos e conceituais da Estética para a Competência Informacional, e exploratória, pois esta abordagem é relativamente nova no país. Os resultados demonstram que a Estética pode contribuir significativamente para o Desenvolvimento da Competência Informacional do Bibliotecário, despertando um perfil no qual os aspectos humanos e sociais se revelam nas características estéticas como a imaginação, criatividade e sensibilidade, que se reflete em ações que visam o bem estar social, no exercício da cidadania em busca de uma sociedade solidária.

**Palavras-chave:** Competência Informacional. Dimensões da Competência. Dimensão Estética. Estética.



## ABSTRACT

ORELO. Eliane Rodrigues Mota. **The Aesthetic Dimension (Sensitive) of Information Literacy**. 2013. 151 f. Dissertation (Masters in Information Science). Graduate Program in Information Science, Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

The Information Literacy to be developed in the fullness should build on four dimensions: Technical Aesthetics, Ethics and Politics. This research addresses the Aesthetic Dimension of the Information Literacy Librarian. Be competent in information literacy requires information: identifying information needs, know the sources of information, develop search strategies, evaluate and use information ethically and responsibly, seeking the common good. It also involves an attitude toward education throughout life. The Aesthetic Dimension is anchored in the concepts of Aesthetics, Philosophy rescued. Respect to sensitivity, creativity, solidarity and directed to make the Librarian implies rescue the human aspects, cultural and social, underexploited due to a predominantly technical training since the 1930s. It is a qualitative exploratory study, since it reflects the theoretical and conceptual aspects of Aesthetics for Information Literacy, and exploratory, because this approach is relatively new in the country. The results demonstrate that the aesthetic can contribute significantly to the development of the Information Literacy Librarian, awakening a profile in which the human and social aspects are revealed in aesthetic characteristics such as imagination, creativity and sensitivity, which is reflected in actions aimed at the well being, in the exercise of citizenship in search of a caring society.

**Keywords:** Information Literacy. Dimensions of Competence. Aesthetic Dimension. Aesthetics.



## RESUMEN

ORELO. Eliane Rodrigues Mota. **La Dimensión Estética (Sensible) de la Alfabetización Informacional**. 2013. 151 f. Tesis (Maestría en Ciencias de la Información). Programa de Postgrado en Ciencias de la Información de la Universidad Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

La Competencia Informacional para ser desarrollada plenamente debe estar fundada en cuatro dimensiones: Técnica, Estética Ética y Política. Esta investigación aborda la Dimensión Estética de la Competencia Informacional del Bibliotecario. Ser Competente en Información requiere habilidades informacionales: identificar las necesidades de información, conocer las fuentes de información, elaborar estrategias de búsqueda, evaluar y utilizar la información de manera ética y responsable, buscando el bienestar de todos. Implica todavía en una actitud volteada hacia la educación a lo largo de la vida. La Dimensión Estética está anclada en los conceptos de Estética, rescatados de la Filosofía. Se refiere a la sensibilidad, a la creatividad, a la solidaridad y es dirigida para que el quehacer del Bibliotecario, implica en rescatar los aspectos humanos, culturales y sociales, poco explotados debido a una formación predominantemente técnica desde la década de 1930. Se trata de una pesquisa cualitativa y exploratoria, que refleja los aspectos teóricos y conceptuales de la Estética para la Competencia Informacional, y exploratoria, siendo este abordaje relativamente nuevo en el país. Los resultados demuestran que la Estética puede contribuir significativamente para el desarrollo de la Competencia Informacional del Bibliotecario, despertando un perfil en el cuál los aspectos humanos y sociales se revelan en las características estéticas como la imaginación, la creatividad y la sensibilidad, que se refleja en acciones que buscan el bienestar social, en el ejercicio de la ciudadanía en la búsqueda de una sociedad solidaria.

**Palabras clave:** Alfabetización Informacional. Competencia Informacional. Dimensiones de la Competencia. Dimensión Estética. Estética.





## LISTA DE SIGLAS

ALA	American Library Association
ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BN	Biblioteca Nacional
CCN	Catálogo Coletivo Nacional
CI	Ciência da Informação
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CDU	Classificação Decimal Universal
CBBD	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CSB	Curso Superior em Biblioteconomia
CDD	Dewey Decimal Classification
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia
EUA	Estados Unidos da América
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
NCLIS	National Commission on Libraries and Information Science
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>21</b>
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA .....	23
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA .....	24
1.3 MOTIVAÇÕES E DIFICULDADES DURANTE A PESQUISA ...	25
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA</b> .....	<b>29</b>
2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	34
2.2 PARTICIPANTES .....	36
<b>3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>41</b>
3.1 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO .....	41
<b>3.1.1 A Percepção do Tempo na Sociedade da Informação</b> .....	<b>48</b>
3.2 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO .....	50
3.3 PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO .....	56
<b>3.3.1 As Profissões</b> .....	<b>57</b>
<b>3.3.2 Profissional da Informação: perfil e competência</b> .....	<b>61</b>
3.4 BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL: HISTÓRICO E PERFIL .....	66
<b>3.4.1 As primeiras Bibliotecas e a Biblioteca Nacional</b> .....	<b>66</b>
<b>3.4.2 O ensino de Biblioteconomia no Brasil</b> .....	<b>69</b>
3.5 A FILOSOFIA NO MUNDO .....	80
<b>3.5.1 A filosofia da antiguidade clássica</b> .....	<b>81</b>
<b>3.5.2 A Filosofia no período Medieval</b> .....	<b>85</b>
<b>3.5.3 A Filosofia na Idade Moderna</b> .....	<b>88</b>
<b>3.5.4 A Filosofia Contemporânea</b> .....	<b>90</b>
<b>4 FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL</b> .....	<b>97</b>
4.1 A ESTÉTICA EM SUA CONCEPÇÃO FILÓSOFICA .....	97
4.2 COMPETÊNCIA INFORMACIONAL .....	105
<b>4.2.1 Competência Informacional: a expressão em cena</b> .....	<b>113</b>
<b>4.2.2 A Competência Informacional no Brasil</b> .....	<b>116</b>
4.3 AS DIMENSÕES DA COMPETÊNCIA INFORMACIONAL.....	121
<b>4.3.1 Dimensão Técnica</b> .....	<b>121</b>
<b>4.3.2 Dimensão Estética</b> .....	<b>123</b>
<b>4.3.3 Dimensão Ética</b> .....	<b>124</b>
<b>4.3.4 Dimensão Política</b> .....	<b>126</b>
<b>5 A DIMENSÃO ESTÉTICA (SENSÍVEL) DA COMPETÊNCIA INFORMACIONAL NA FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO</b> ...	<b>129</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>137</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>143</b>
<b>APÊNDICE A</b> .....	<b>165</b>
<b>APÊNDICE B</b> .....	<b>169</b>

<b>APÊNDICE C</b> .....	<b>171</b>
<b>APÊNDICE D</b> .....	<b>173</b>
<b>APÊNDICE E</b> .....	<b>175</b>
<b>APÊNDICE F</b> .....	<b>177</b>
<b>APÊNDICE G</b> .....	<b>179</b>
<b>APÊNDICE H</b> .....	<b>181</b>
<b>APÊNDICE I</b> .....	<b>185</b>
<b>APÊNDICE J</b> .....	<b>191</b>
<b>ANEXO A</b> .....	<b>197</b>
<b>ANEXO B</b> .....	<b>199</b>
<b>ANEXO C</b> .....	<b>201</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A abordagem desta pesquisa está centrada na Dimensão Estética da Competência Informacional do Bibliotecário. Uma temática ainda pouco explorada e complexa, já que envolve um olhar para a Filosofia.

A Competência Informacional é uma necessidade para a formação de todos os cidadãos, proporcionando uma vida serena e equilibrada em uma sociedade capitalista, na qual a informação assume papel essencial na geração de bens e serviços. Nesta sociedade o volume e os fluxos informacionais atingem proporções inimagináveis, e desenvolver habilidades para o uso adequado dos variados recursos informacionais é sinônimo de estar atualizado, capacitado para o mercado de trabalho, e, acima de tudo, para o exercício da cidadania. Ser competente em informação implica em identificar as próprias necessidades informacionais, dominar as técnicas e as estratégias de recuperação da informação, avaliar e utilizar a informação de forma ética e responsável para a solução de problemas, para a geração de novos conhecimentos e para o compartilhamento, ou seja, para que outras pessoas também sejam beneficiadas. Esta compreensão é explícita nos principais conceitos de Competência Informacional.

A Competência Informacional para ser desenvolvida de forma ampla e em plenitude está alicerçada em quatro dimensões: Técnica, Estética, Ética e Política. Este trabalho está direcionado ao estudo e compreensão da Dimensão Estética. Essa dimensão diz respeito à sensibilidade, à criatividade, à imaginação e à solidariedade dos profissionais. Neste sentido, buscamos conhecer as contribuições da Estética para o desenvolvimento da Competência Informacional do Bibliotecário.

Para darmos conta desta pesquisa, foi necessário percorremos vários caminhos, que nos levaram ao contexto da Sociedade da Informação, assim denominada em decorrência do notório crescimento dos fluxos informacionais, especialmente no período que sucede a Segunda Guerra Mundial, em meados do Século XX. No percurso desta sociedade, nos deparamos com o surgimento da Ciência da Informação, que segundo Le Coadic (2004), é encarregada de estudar a informação e todas as questões que a envolvem. Saracevic (1996) atenta que é a ciência que se ocupa dos problemas de comunicação dos registros do conhecimento e das necessidades informacionais dos indivíduos. Segundo Le Coadic (2004) uma ciência que se encontra no seio das ciências sociais, uma ciência rigorosa, sustentada por tecnologias consistentes e igualmente sérias.

No contexto da Sociedade e da Ciência da Informação, na qual há uma crescente demanda por variados serviços informacionais, nos deparamos com o surgimento dos Profissionais da Informação. Para compreendermos o surgimento destes profissionais, outro caminho foi necessário: o da Sociologia das Profissões. Assim, em nosso trajeto conhecemos algumas características relevantes sobre as profissões, elas, em linhas gerais, surgem de uma necessidade da sociedade, quando uma atividade deixa de ser exercida por mero prazer e se constitui uma demanda social (ORTEGA Y GASSET, 2006). Outras questões envolvem o processo de profissionalização, e há consenso entre os estudiosos da área que, para ser reconhecida como uma profissão, é necessário que a atividade esteja ancorada em conhecimentos específicos, especializados, adquiridos por meio de educação formal, a constituição de uma comunidade profissional, haver um código de ética que regule a atuação e autoridade sobre os clientes (DINIZ, 2001).

Dentre os profissionais que trabalham com a informação, que prestam algum tipo de serviço relacionado à organização, acesso e uso das informações, está o Bibliotecário. Para Ferreira (2003) algumas habilidades são necessárias ao Profissional da Informação: classificação das fontes de informação, proporcionar o acesso e recuperação da informação, contribuir para o desenvolvimento de produtos e serviços informacionais e para a proteção da informação e do conhecimento. Estas atividades também compõem o fazer do Bibliotecário, e podemos dizer que ele é o mais antigo personagem a trabalhar com informação.

Nosso rumo agora foi sobre a Biblioteconomia no Brasil. Assim como o próprio Brasil, a Biblioteconomia ainda é jovem. Seu surgimento no país remonta a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808 e da fundação da Biblioteca Nacional (BN), em 1810. Inicialmente, o ensino de Biblioteconomia preocupava-se em formar profissionais para atuarem exclusivamente na BN. O Bibliotecário formado sob influência francesa no curso ofertado pela BN tinha, portanto, um perfil erudito e guardião, já que era a função da BN, proteger o acervo ali depositado. A partir da década de 1930, novos cursos são ofertados no Brasil, e recebem influência dos EUA, formando profissionais com perfil mais técnico. Estas características predominantemente técnicas permanecem orientando a formação dos Bibliotecários brasileiros por um longo período.

Na década de 1960, a profissão de Bibliotecário é regulamentada pela Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a profissão

de Bibliotecário e regulamenta o seu exercício profissional, uma grande conquista para a área. No entanto, o Bibliotecário ainda permanece com um perfil tecnicista. Na década de 1970 surgem os primeiros cursos de Pós-Graduação no país, dando maior visibilidade e fortalecimento para a área da Biblioteconomia. Somente na década de 2000, conforme observa Valentim (2002), é que podemos observar na proposta para as Diretrizes Curriculares do curso indícios de um resgate do perfil humanista na formação do Bibliotecário.

Percorrer os caminhos da Sociedade da Informação, passando pela CI até chegarmos à Biblioteconomia se fez necessário para compreendermos o perfil do Bibliotecário, considerado bastante técnico. Isso é relevante ao nosso estudo, pois a Dimensão Estética da Competência Informacional do Bibliotecário contribui justamente para esse resgate, esse despertar dos aspectos humanos e sociais da Biblioteconomia, que repousa em um sono embalado por anos em que se priorizou o perfil tecnicista da profissão.

Ante a necessidade de se despertar as características humanas e sociais na formação do Bibliotecário é que encontramos uma das justificativas relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa. A Competência Informacional é um tema ainda recente. Em termos mundiais, os primeiros estudos datam de 1950, no entanto, as pesquisas nacionais surgiram há pouco mais de 10 anos. Sendo assim, o tema ainda carece de novos estudos, novas abordagens e experiências que possibilitem a construção de *corpus* teórico e conceitual consistente, outro fator que justifica este estudo. E para reforçar, a pesquisa apresenta uma abordagem de caráter inovador, fazendo uma conexão entre a Estética e a Competência Informacional.

Para melhor delimitarmos o escopo da pesquisa, é necessário apresentarmos os Objetivos, Gerais e Específicos que dão os rumos da pesquisa, é o que apresentamos nos próximos tópicos.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A temática, estudada nesta pesquisa, trata da Dimensão Estética da Competência Informacional. Esta pode ser desenvolvida em quatro dimensões: Dimensão Técnica, Dimensão Estética, Dimensão Ética e Dimensão Política. Optamos, para fins deste trabalho, estudar especificamente a Dimensão Estética. Assim, identificamos o seguinte problema de pesquisa:

**Quais as contribuições teóricas e conceituais da Estética, como campo de conhecimento filosófico para o desenvolvimento da Competência Informacional do Bibliotecário?**

Para responder a esse problema, delineamos os objetivos: geral e específicos, que orientaram o desenvolvimento da pesquisa, os quais são apresentados a seguir.

## 1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Visando responder ao problema de pesquisa, definimos como **Objetivo Geral**:

**Apresentar as contribuições teóricas e conceituais da Estética para o desenvolvimento da Competência Informacional do Bibliotecário.**

Tendo definido o Objetivo Geral, apresentamos os **Objetivos Específicos** que permitiram o alcance do mesmo. Quais sejam:

- a) **Conhecer os sentidos de Estética, na concepção filosófica do termo;**
- b) **Caracterizar a Dimensão Estética da Competência Informacional;**
- c) **Refletir sobre a aplicabilidade da Dimensão Estética para o desenvolvimento da Competência Informacional do Bibliotecário.**

Os objetivos apresentados já nos indicam que esta pesquisa é de caráter qualitativo, já que buscamos refletir aspectos teóricos e conceituais da Competência Informacional e da Estética.

Para melhor apreciação do tema, optamos por realizarmos uma entrevista a pesquisadores considerados especialistas em Competência Informacional no Brasil. Essa entrevista, realizada na modalidade não presencial, enviada por e-mail aos especialistas nos permite compreender melhor a Competência Informacional direcionada para os Bibliotecários, bem como, a relevância da Estética para a formação e atuação deste profissional.

Ao final de nosso percurso, podemos dizer que a Estética tem contribuições para a Competência Informacional do Bibliotecário. O Bibliotecário ao desenvolver a Dimensão Estética da Competência Informacional terá despertado para si o seu perfil humano, mantendo um equilíbrio com as demais dimensões: Técnica, Ética e a Política. Ou



seja, em sua prática as preocupações sociais, políticas e éticas estarão em evidência. Sua sensibilidade, imaginação e criatividade estarão presentes, convertidas em ação que orientam para uma transformação da realidade, rumo a uma sociedade mais justa e solidária.

### 1.3 MOTIVAÇÕES E DIFICULDADES DURANTE A PESQUISA

Ao contrário da maioria das pesquisas que encontramos no meio acadêmico, esta nasceu de um desafio. Um grande e verdadeiro desafio! A proposta foi colocada no primeiro encontro de orientação, no qual a Profa. Dra. Elizete apresentou o tema Competência Informacional a esta jovem pesquisadora. Uma novidade, mas o grande desafio foi quando ela falou da Dimensão Estética. O que é isso? Envolve Filosofia? *“Professora, sou péssima em Filosofia, tenho enormes dificuldades com essa área.”* No entanto, o desafio falou mais alto, e tendo plena certeza de que teria não somente uma orientadora de mestrado, mas uma parceira, aceitei o desafio<sup>1</sup>.

Estudar duas temáticas totalmente novas para mim, elaborar um projeto partindo do zero, e conciliar as disciplinas do primeiro ano foi apenas a primeira etapa a ser concluída. Apesar das dificuldades, das leituras difíceis, deu tudo certo.

Segundo ano, novos desafios... estar em sala de aula para lecionar aos alunos da graduação, mais um pré-requisito a ser cumprido em virtude de ter obtido bolsa CAPES. Lecionar, nunca havia me visto dando aula. E não é que gostei! Uma nova experiência, rica, cheia de surpresas e muito gratificante! Mais uma possibilidade a que estou aberta, caso as circunstâncias da vida a ela (Docência) me levarem. Neste período do estágio de docência, um contratempo: pneumonia... primeira internação durante o mestrado. Mas apesar de internada, consegui cumprir minha agenda.

Hora de escrever... por onde eu começo? Cadê o começo? Ah sim, vamos iniciar falando da Sociedade da Informação; da Ciência da Informação, aqui surgem os profissionais. Mas não é apenas o Bibliotecário? E como surgem as profissões? Lá vou eu me aventurar também na sociologia das profissões. A Biblioteconomia no Brasil, o ensino de Biblioteconomia, muito interessante os caminhos que

---

<sup>1</sup> Permitam-me, os leitores e avaliadores, nesta seção falar em primeira pessoa do singular, em virtude do caráter pessoal abordado neste tópico do trabalho. Creio que falar de minha experiência é pertinente até mesmo com a temática, afinal, a Estética envolve também as experiências de vida.

consolidam uma profissão. A forma como se constroem os perfis, os estereótipos.

Novidade! Fui recontratada pela empresa em que trabalhava antes de entrar no mestrado. Alívio, afinal, alguém tem que pagar os meus livros...

Depois vieram as leituras de Filosofia... ai, a Filosofia (risos)! Sonhar com Sócrates, Platão, Aristóteles, acreditem, tive conversas muito engraçadas algumas noites com eles! Filósofos da Idade Média, impossível nomear a todos, difícil selecionar quem entraria no texto, delimitar critérios... minha salvação!

Opa! Nem acredito! PASSEI! Sim, eu passei no concurso público do Instituto Federal Catarinense! Alegria, satisfação, realização, conquista! No mesmo dia em que foi homologado e publicado no Diário Oficial da União, eu fui convocada! Que rápido!

Ah, só tem um detalhe: passei no concurso para a cidade de Ibirama e moro em Palhoça (são apenas 220 km de distância), isso significa: MUDANÇA! Encaixotar tudo... meus livros: tudo em caixas, meus móveis: desmontados, a casa: uma bagunça. E a dissertação: hibernando. Quase dois meses sem conseguir escrever, sem conseguir ler... Depois da posse e de entrar em exercício, as coisas organizadas na casa nova, hora de retomar tudo!

Ler Kant, que língua ele fala mesmo? Das três principais obras do filósofo, uma simplesmente não compreendi. Mas creio que faz parte do processo! Chegou a vez de Baumgarten, Hegel... tropeços, reler, e ler de novo... Consegui!

Competência Informacional, eu amei! Leituras gostosas, construtivas. Ok! Um pouco de pedagogia para temperar... está ficando legal.

Agora, chegou a hora das dimensões, que tal um pouco de Técnica, e de Estética, e um pouco de Ética e, mais um pouco de Política... ufaaaa

Para ficar bom, vamos misturar tudo, e eis que surge: A Dimensão Estética da Competência Informacional do Bibliotecário!

Opa! Pneumonia de novo, peito trancado, dificuldade para respirar e mais um período de tratamento e muita medicação, isso a pouco mais de um mês da defesa... mas tudo bem, isso já faz parte da minha vida.

Ao finalizar este trabalho, só posso afirmar que cresci muito! Que estudar, aprender coisas novas, mesmo àquelas que nos parecem

intransponíveis, como a Filosofia, é sempre um prazer. Saber que somos capazes, mesmo com as intercorrências da vida – e a vida nos prega muitas surpresas! – é sempre muito gratificante. Mas principalmente, saber que no caminho da vida, nunca estamos sozinhos... isso é simplesmente TUDO!



## 2 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

O desenvolvimento de uma pesquisa nasce com um questionamento, com uma dúvida acerca de algo ainda não respondido pela ciência ou pela filosofia. Ou seja, a pesquisa busca responder a uma lacuna identificada em determinada área do saber, procura compreender determinados fenômenos, acontecimentos e comportamentos sociais. No entanto, este processo não acontece “de qualquer jeito”, ao contrário, é orientado por métodos e técnicas que garantem validade aos resultados obtidos.

É um processo que requer do pesquisador muita dedicação, interesse por determinada área do conhecimento, bem como certa dose de curiosidade, que o conduzirá nesta trajetória. O emprego de métodos e técnicas de pesquisa, segundo Demo (2009), permite ao pesquisador definir seus instrumentos de trabalho, assegurando que a pesquisa seja planejada e decorra de forma sistemática, objetiva e crítica, cumprindo os prazos previamente estabelecidos.

Segundo Braga (2007, p. 18), a definição de uma metodologia adequada permite “o correto desenvolvimento da pesquisa” tendo a importante função “de atestar o caráter científico e conferir qualidade e validade ao estudo realizado e ao conhecimento resultante” o que confirma a necessidade dos processos metodológicos para a evolução de uma investigação. Cabe destacar, ainda, a percepção de Minayo (2010), para quem a metodologia é entendida como um elemento que vai além das técnicas, já que ela possibilita a articulação das abordagens teóricas com a realidade empírica e com as reflexões sobre a realidade.

Nesta pesquisa, as abordagens teóricas que dão sustentação ao desenvolvimento do trabalho foram resgatadas de três áreas do conhecimento, a saber: CI, Filosofia e Educação. Destacamos a seguir alguns dos autores que se destacaram em nosso trabalho. Da área da **Ciência da Informação**, dão sustentação à pesquisa os textos de Takahashi; Barreto; Maffesoli; Gonzáles de Gómez; Capurro; Saracevic e Le Coadic. Já as abordagens sobre a **Biblioteconomia** e sobre os **Profissionais da Informação** estão ancoradas em: Fonseca; Souza; Dias; Castro; Diniz; Mueller; Cunha; Ortega y Gasset; Freidson e Cronin. Já os autores: Marcondes; Aranha e Martins; Reale e Antiseri; Chauí; Hegel; Kant; Baumgarten; Ostrower; Herwitz e Dufrenne orientam as discussões sobre **Filosofia** e sobre **Estética**. Os argumentos sobre **Competência Informacional** e suas Dimensões foram construídos com base em Belluzzo; Campello; Dudziak; Gasque,

Vitorino e Piantola e Rios. Buscamos nos autores Demo; Freire; Assmann; Lau e Perrenoud os fundamentos sobre **Educação**.

Para definição dos métodos e das técnicas adotadas neste trabalho, consideramos as particularidades, as características e os tipos de pesquisa, a nossa disposição, bem como, o objetivo geral e os específicos desta pesquisa. Assim, este estudo consiste numa pesquisa qualitativa, do tipo bibliográfico e de natureza exploratória e descritiva.

A pesquisa do tipo bibliográfica tem por finalidade colocar o pesquisador em contato com o que já foi publicado sobre determinado tema, permitindo ao pesquisador fazer análises do conteúdo sob novas perspectivas, gerando, desta forma, resultados inéditos (MARCONI, LAKATOS, 2010). Para Demo (1987, p. 23) a pesquisa teórica “é aquela que monta e desvenda quadros teóricos de referência”, que segundo o autor, exige que o pesquisador possua uma visão crítica da produção científica, que o permita construir novos conhecimentos com personalidade e independência.

Entendemos, portanto, que a pesquisa bibliográfica se faz necessária, pois permite a construção de *corpus* teórico consistente, à medida que possibilita contraporem-se as várias ideias e conceitos já existentes, que resulta em um posicionamento crítico e analítico por parte do pesquisador, contribuindo para formação de novos conhecimentos.

Segundo Deslauriers e Kérisit (2008), uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva permite ao pesquisador se familiarizar com os indivíduos e suas preocupações, bem como, apresentar informações contextuais que servem de base para o estudo. Considerando que a pesquisa faz uma abordagem sobre uma temática relativamente nova no Brasil, especialmente no que concerne à Dimensão Estética, entendemos que esta é uma pesquisa exploratória, já que se configura um estudo sobre um assunto pouco explorado, e que, portanto, necessita enriquecer o seu referencial, possibilitando o desenvolvimento de um *corpus* teórico que sustente novas pesquisas. Conforme aponta Braga (2007), a pesquisa exploratória tem o objetivo de reunir dados, informações, ideias sobre um problema de pesquisa ainda pouco estudado, ou com nenhum estudo anterior. Assim, ao caracterizarmos a Dimensão Estética da Competência Informacional entendemos que contribuímos para a consolidação da temática na área da CI em território nacional.

A abordagem qualitativa é aquela que se ocupa em entender o mundo dos significados, das crenças, dos valores, dos comportamentos,

dos motivos e aspirações humanas (MINAYO, 2010). Esse entendimento também é compartilhado por Richardson (1999), para quem a abordagem qualitativa é capaz de descrever a complexidade de determinado problema, analisar as possíveis interações entre as variáveis, bem como, contribuir para o processo de mudança. Braga (2007) advoga que o método qualitativo pode ser aplicado às áreas do saber que ainda possuem um modesto corpo teórico ou conceitual.

Considerando estes aspectos, entendemos que esta pesquisa é orientada pela abordagem qualitativa, pois buscamos conhecer o arcabouço conceitual sobre Estética, resgatando conceitos que contribuam para o desenvolvimento da Competência Informacional do Bibliotecário.

Minayo (2010) observa que as Ciências Sociais têm por objeto as questões essencialmente qualitativas. Segundo a autora, a realidade social constitui o ambiente, o cenário onde ocorre a dinâmica da vida individual e coletiva, com toda sua riqueza de significados. E afirma que são as Ciências Sociais que possuem os instrumentos e teorias “capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade da existência dos seres humanos em sociedade, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória” (MINAYO, 2010, p. 14). Minayo (2010) destaca ainda que para entender este conjunto de fenômenos humanos, que constitui parte da realidade social onde estão inseridos, as Ciências Sociais fazem uso de técnicas que abordam o conjunto de expressões integrantes das estruturas, processos e representações sociais.

Franco (2002, p. 170) define as Representações Sociais como:

[...] elementos simbólicos que os homens expressam mediante o uso de palavras e gestos. No caso do uso de palavras, utilizando-se da linguagem oral ou escrita, os homens explicitam o que pensam, como percebem esta ou aquela situação, que opinião formulam acerca de determinado fato ou objeto, que expectativas desenvolvem a respeito disto ou daquilo [...].

Em consonância, Minayo (2009) afirma que Representações Sociais é um termo filosófico, que tem como significado a reprodução de uma percepção guardada na lembrança do indivíduo, ou do conteúdo de seu pensamento. Segundo a autora, nas Ciências Sociais as Representações Sociais são definidas como categorias do pensamento capazes de expressar a realidade, explicá-la, justificá-la, ou mesmo, de questioná-la (MINAYO, 2009, p. 89).

Moscovici (2012, p. 21), que foi o criador da teoria das Representações Sociais, definiu representação social como:

um sistema de valores, idéias e práticas, com uma dupla função: primeiro estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social.

Considerando que as Representações Sociais são constituídas por elementos intrínsecos aos seres humanos, envolvendo seu contexto social, bem como a forma de entender e de expressar a sua realidade, podemos afirmar que uma das técnicas adotada nas Ciências Sociais para melhor compreender essas representações dos sujeitos em sociedade é a técnica do DSC (Discurso do Sujeito Coletivo).

Segundo Lefèvre e Lefèvre (2005a, p. 16), esta técnica consiste em se analisar o material, ou seja, as respostas coletadas resgatando a ideia central nas várias falas ou discursos tendo como objetivo expressar um pensamento que represente um coletivo. Simioni (1997, p. 24), também discorre sobre o DSC, e afirma que a técnica

Consiste na reunião, num só discurso-síntese, de vários discursos individuais emitidos como resposta a uma mesma questão de pesquisa, por sujeito social e institucionalidade equivalentes ou fazem parte de uma mesma cultura organizacional e de um grupo social homogêneo na medida em que os indivíduos que fazem parte deste grupo ocupam a mesma posição ou posições vizinhas num dado campo social.

Segundo Lefèvre e Lefèvre (2005b, p. 23), o DSC geralmente é utilizado em pesquisas que buscam resgatar a opinião dos sujeitos sobre determinado tema, na qual são elaboradas cerca de três, quatro ou cinco questões abertas, que deverão ser respondidas por determinada população, previamente selecionada.

Os autores e também criadores da técnica do DSC destacam que para a sua correta aplicação é necessário apropriar-se de três figuras metodológicas que a compõe, quais sejam:



**Expressões-chave:** são os pedaços extraídos das falas, consistem na transcrição literal de trechos dos discursos que revelam a essência, o que há de mais relevante nas falas. Permite ao leitor comparar o trecho extraído com o discurso completo e assim julgar a pertinência ou não do DSC gerado.

**Ideias centrais:** se configuram na expressão, ou termos que descrevem e representam de forma mais sucinta, precisa e fiel a ideia central do discurso. Não é uma interpretação, mas sim, uma descrição que revela o conteúdo que foi dito;

**Ancoragem:** inspirada na teoria da representação social é a manifestação linguística explícita das teorias, ideologias e crenças declaradas pelo autor do discurso.

Além das figuras metodológicas mencionadas, para que se consiga construir um discurso coletivo faz-se necessário considerar alguns princípios, sem os quais, o discurso se tornaria inconsistente, ou desconexo. A saber:

**a) Princípio da coerência:** é o agrupamento de trechos diferentes das falas para a construção de um discurso coerente, para que o DSC seja construído de forma harmoniosa;

**b) Posicionamento próprio:** revela a presença de um posicionamento individual, original e específico ante a temática estudada;

**c) Tipos de distinção entre os DSC:** permite ao pesquisador distinguir e identificar nas respostas a uma mesma pergunta, diferentes discursos apresentando-os separadamente. Ou nos casos de discursos que se complementam expor da forma mais adequada, a critério do pesquisador;

**d) Produção de uma ‘artificialidade natural’:** diz respeito ao trabalho de “limpar” as particularidades encontradas nos recortes das falas para que o DSC pareça a fala de um único indivíduo. É preciso ainda encadear as ideias narrativas dos discursos para que se apresente uma estrutura sequencial de forma clara e coerente.

No entanto, para que se possa construir um DSC, Lefèvre e Lefèvre (2005a, p. 15) afirmam que “é preciso fazer perguntas abertas para um conjunto de indivíduos de alguma forma representativos dessa coletividade e deixar que esses indivíduos se expressem mais ou menos livremente [...]”, ou seja, para que se possa usar esta técnica, é necessário que se faça entrevistas com alguns indivíduos, questionando-os sobre o tema estudado.

A entrevista é um instrumento de coleta de dados bastante utilizado no desenvolvimento de pesquisas qualitativas. Minayo (2010)

esclarece que a entrevista tem por objetivo a obtenção, a coleta de informações sobre determinado tema científico que está sendo pesquisado. A entrevista se constitui numa conversa com finalidade definida: trata-se de uma forma privilegiada de interação social. Pode ser classificada em: sondagem de opinião; semi-estruturada, aberta ou em profundidade; focalizada; projetiva (MINAYO, 2010).

Poupart (2008, p. 216) apresenta três argumentos que justificam a utilização de entrevista em uma pesquisa qualitativa, quais sejam: o primeiro de ordem **epistemológica**, pois permite a explorar em profundidade a perspectiva dos atores sociais envolvidos; o segundo, de ordem **ética e política**, pois a entrevista sob esta perspectiva possibilita conhecer e compreender os dilemas e problemas enfrentados pelos indivíduos entrevistados e; terceiro de ordem **metodológica**, no qual a entrevista se configura como uma ferramenta de informação, capaz de esclarecer as realidades sociais, bem como, possibilitar o acesso às experiências dos indivíduos.

Apresentamos no tópico a seguir os procedimentos metodológicos que foram adotados no desenvolvimento desta pesquisa.

## 2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção apresenta os procedimentos metodológicos que foram utilizados na pesquisa. A metodologia empregada permitiu a compreensão do tema estudado, bem como, o alcance dos objetivos.

A coleta de dados para o desenvolvimento deste estudo aconteceu por meio de levantamento bibliográfico em fontes primárias e secundárias, uma vez que esta pesquisa é predominantemente bibliográfica.

Foram utilizadas para o levantamento bibliográfico as bases de dados disponibilizadas no Portal Capes da grande área das Ciências Sociais Aplicadas, área em que se insere a Ciência da Informação. Consultamos as seguintes bases: *Ebsco*, *Lisa*, *Web Of Science*, *Scopus*, e *Scielo*, por serem estas a bases de maior relevância para área da CI e por disponibilizarem artigos em texto completo. As buscas foram realizadas por termos indexados, sendo que fizemos uso das seguintes palavras-chaves para o tema Competência Informacional:

**a)em língua estrangeira:** *Information literacy, information skills, information literate, information competence, lifelong learning, alfabetización informacional e alfabetización en información.*

**b)em língua portuguesa:** *competência informacional, competência em informação, letramento informacional, alfabetização informacional e educação para vida.*

Recorremos também a documentos noutros formatos, tais como: relatórios de instituições, declarações oficiais de países e livros. Cabe destacarmos ainda a observância às referências citadas nos materiais analisados, pois estas podem remeter a outros documentos.

Esta etapa da pesquisa, o levantamento bibliográfico no Portal CAPES, foi executada principalmente nos meses de janeiro e fevereiro de 2012. No entanto, no decorrer da pesquisa novas buscas foram feitas, no intuito de recuperar estudos mais recentes. Por se tratar de uma busca conceitual, optamos em não delimitarmos o período de tempo nas buscas dos artigos, assim, tentamos salvar artigos que apresentassem os conceitos de Competência Informacional e as características estéticas, tais como: criatividade, sensibilidade, imaginação. Assim, priorizamos a seleção de artigos que continham esses atributos.

Realizamos ainda o levantamento bibliográfico na Base de dados brasileira Scielo. Em virtude de a temática ter surgido no país somente no início da década de 2000, delimitamos o a busca a partir deste ano. Na Scielo estão indexadas as seguintes revistas nacionais da área da Ciência da Informação: Revista Ciência da Informação e Perspectivas em Ciência da Informação. Além das revistas indexadas na base Scielo, buscamos artigos noutras Revistas Nacionais da área, quais sejam:

- a) Informação e Sociedade;
- b) Datagramazero;
- c)Em Questão;
- d)Encontros Bibli;
- e)Informação & Informação;
- f)Revista ACB;
- g)Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação;
- h)Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e;
- i)Transinformação.

Também consultamos os anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB 2012, e do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação - CBBDD de 2011 e de 2012, a fim de conhecer o que se tem estudado sobre Competência Informacional no país.

O levantamento bibliográfico para os temas Filosofia e Estética foi realizado na Biblioteca Universitária da UFSC, optamos por utilizar prioritariamente livros, pois os principais filósofos que estudaram o tema são de épocas passadas, e seus pensamentos filosóficos estão

registrados neste tipo de suporte informacional. Optamos, ainda, por não delimitar o período de tempo para a busca, pois assim, poderíamos obter uma recuperação mais abrangente.

Abordamos nesta pesquisa duas temáticas, a Competência Informacional e a Estética, fazendo uma relação entre elas. Para melhor compreendermos o tema, buscamos conhecer na realidade social como esta relação é entendida, para isso, foi realizada entrevista com pesquisadores brasileiros, que neste estudo, consideramos especialistas em Competência Informacional.

A apreciação das respostas ocorreu por meio da técnica do DSC. Nas pesquisas com uso desta técnica, o pensamento, as ideias dos participantes são coletadas por meio de entrevistas ou questionários, aplicados individualmente, compostos por questões discursivas, de tal forma que, nas respostas sejam expressas as ideias e o comportamento social, internalizados por cada indivíduo (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005a, p. 21). Neste sentido, para esta pesquisa elaboramos três questões abertas (Apêndice G), as quais foram encaminhadas e respondidas pelos pesquisadores selecionados. Tais questões foram elaboradas a partir das leituras realizadas para a construção deste trabalho, considerando principalmente, os aspectos conceituais que envolvem a temática.

## 2.2 PARTICIPANTES

Esta pesquisa tem como atores sociais pesquisadores brasileiros que desenvolvem pesquisas sobre Competência Informacional. Esta temática vem se destacando nos últimos anos e conseqüentemente, despertando o interesse de novos estudiosos. Sendo assim, foi necessário um recorte, uma delimitação para então obtermos um escopo para a pesquisa.

Para delimitarmos estes pesquisadores e atribuímos a eles a nomenclatura de especialistas<sup>2</sup>, consideramos aqueles que tiveram dois ou mais estudos publicados nas revistas nacionais, citadas anteriormente, e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) sobre o tema a partir do ano 2000. Considerando estes critérios,

---

<sup>2</sup> Tais autores foram considerados especialistas tendo em vista a relevância de seus trabalhos publicados, bem como, por terem sido citados noutros trabalhos, por exemplo, nos artigos de Dudziak (2003), Campello (2003), Vitorino e Piantola (2009; 2011), Orelo e Vitorino (2012).

obtivemos um escopo de 11 (onze) pesquisadores, os quais, consideramos especialistas na área.

Foi realizado um contato inicial com 08 (oito) especialistas. Destes, 05 (cinco) aceitaram participar da pesquisa e responderam à entrevista. Portanto, obtivemos um retorno positivo de aproximadamente 63% do universo da pesquisa. Sendo que 02 (dois) dos pesquisadores se abstiveram, por questões particulares, de contribuir com a pesquisa e, somente 01 (um) não deu retorno algum.

Apresentamos no Quadro 01, a seguir, o perfil dos 11 (onze) pesquisadores considerados especialistas em Competência Informacional e que, segundo os critérios de seleção, poderiam contribuir com a pesquisa.

<b>PERFIL DOS ESPECIALISTAS EM COMPETÊNCIA INFORMACIONAL</b>						
REGIÃO	QUANTIDADE	FORMAÇÃO		PÓS-GRADUAÇÃO EM CI		
		BIBLIOTECONOMIA	OUTRA	DOUT.	ME.	PÓS-DOUT.
SUL	1	2		2		
SUDESTE	5	4	1	3	1	1
CENTRO-OESTE	3	1	1	1		
NORTE						
NORDESTE	2	2			1	1
TOTAL	11	9	2	5		

**QUADRO 01 - PERFIL DOS ESPECIALISTAS EM COMPETÊNCIA INFORMACIONAL**

Apresentamos no Quadro 02, a seguir, o perfil dos pesquisadores que aceitaram participar da pesquisa respondendo às perguntas da entrevista.

<b>PERFIL DOS ESPECIALISTAS ENTREVISTADOS</b>						
REGIÃO	QUANTIDADE	FORMAÇÃO		PÓS-GRADUAÇÃO EM CI		
		BIBLIOTECONOMIA	OUTRA	DOUT.	ME.	PÓS-DOUT.
SUL	1	1		1		
SUDESTE	3	3		1	1	1
CENTRO-OESTE	1	1		1		

NORTE						
NORDESTE						
TOTAL	5	5		3	1	1

#### **QUADRO 02 - PERFIL DOS ESPECIALISTAS ENTREVISTADOS**

Cabe destacar ainda que os participantes da pesquisa são do sexo feminino, atualmente desenvolvem atividade de Docência em Nível Universitário, com exceção de apenas uma, que exerce a atividade de Bibliotecária, também em âmbito universitário.

O contato com estes estudiosos em Competência Informacional se deu via e-mail, e em alguns casos, inicialmente por meio da rede social *Facebook*. Juntamente com o e-mail composto pelas três questões abertas da entrevista, enviamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice F), respeitando as premissas da ética em pesquisas, e que, devidamente assinados pelos participantes, nos autoriza a fazer uso das respostas neste trabalho.

A entrevista – do tipo aberta ou em profundidade – ocorreu de forma remota, ou seja, não presencial. Este tipo de entrevista, conforme aponta Minayo (2010), é aquele em que o entrevistado é convidado a ‘falar’ livremente sobre determinado tema, no caso desta pesquisa, sobre a Competência Informacional e sobre a Dimensão Estética para a formação do Bibliotecário. Segundo Colognese e Melo, (1998), a entrevista é um instrumento que se apresenta como uma forma de interação social, que permite ao entrevistador obter respostas, informações específicas do sujeito entrevistado. Desta forma, ao obtermos as respostas dos entrevistados, buscamos conhecer o entendimento que estes profissionais têm sobre a Competência Informacional, especialmente no tocante à Dimensão Estética na formação dos Bibliotecários. Por meio do DSC, analisamos as respostas e construímos um único discurso, coletivo, mas que representou as ‘falas’ de cada entrevistado, apresentando as ideias-chaves encontradas nas respostas dos participantes.

A construção do DSC é relevante e seu produto final, segundo Lefèvre e Lefèvre (2005a), resulta num discurso síntese e homogêneo, construído a partir de expressões-chave, observado o princípio da coerência. Neste estudo, utilizamos esta técnica na análise das respostas das entrevistas e respeitamos estes critérios na construção do DSC, que apresentamos na seção cinco desta dissertação. Cabe ressaltar que a

figura metodológica “Ancoragem” não foi utilizada neste trabalho, tendo em vista os propósitos da pesquisa, anunciados no capítulo 1.





### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para compor a fundamentação teórica deste trabalho julgamos necessária uma apresentação contextual relacionada à temática abordada, no caso, a Dimensão Estética da Competência Informacional. Este panorama nos permite uma melhor compreensão do tema abordado, sua origem, contexto e reflexos na vida das pessoas.

A Competência Informacional surge em um momento em que a sociedade está passando por significativas transformações, principalmente de cunho tecnológico, que propiciam um expressivo fluxo informacional por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Sendo assim, apresentamos a seguir, o panorama da atual sociedade, denominada Sociedade da Informação, abordamos ainda, no contexto dessa sociedade o fenômeno da Explosão da Informação, o surgimento da Ciência da Informação (CI) e, por consequência, o surgimento dos Profissionais da Informação. Neste grupo de profissionais está incluído o Profissional da Informação Bibliotecário, que historicamente trabalha com a informação, primeiramente registrada em suporte físico, e atualmente, com a informação registrada nos mais variados suportes, sejam eles, físicos, magnéticos, eletrônicos ou digitais.

Considerando que o tema principal desta pesquisa é a Estética como uma disciplina filosófica que trata da arte, da beleza, da sensibilidade e da criatividade humana, entendemos ser pertinente uma contextualização, mesmo que breve, acerca da História da Filosofia no mundo, que também irá compor a fundamentação teórica deste trabalho.

#### 3.1 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

*A informação sempre será um recurso importante para que ocorra o conhecimento, aconteça o diálogo, a formação, a atualização, enfim... Ela é necessária para que haja interação entre os homens e a sociedade.*

*Flávia R. dos Santos de Barros*

Conforme as discussões da área da Ciência da Informação, a Sociedade da Informação caracteriza-se pelo uso exponencial de informações associadas às Tecnologias de Informação e Comunicação. Segundo Takahashi (2000) é um momento histórico, onde o volume das

informações produzidas é gigantesco e sua disseminação acontece velozmente por meio das tecnologias. Para Rocha (2000, p. 42) a Sociedade da Informação emana de várias transformações “a partir de novos paradigmas, sustentada por novas tecnologias de informação e comunicação [...]”, ou seja, esta sociedade, mais do que nunca, estrutura-se em informação e tecnologia.

No entendimento de Takahashi (2000), a Sociedade da Informação não é um modismo. Segundo o autor, implica em uma mudança significativa no modo de organização da sociedade e de sua economia, e destaca que é “um fenômeno global, com elevado potencial transformador das atividades sociais e econômicas” (TAKAHASHI, 2000, p. 5). Essas mudanças afetam os comportamentos e as relações sociais, políticas, educacionais e culturais, possibilitando um intercâmbio de informações em âmbito global. Em uma perspectiva positiva, Musso (2004 p. 29) destaca que:

[...] permite a comunicação, a comunhão e a democratização pela circulação igualitária dos homens. A redução geográfica das distâncias físicas, ou mesmo a intercambialidade dos lugares, graças às vias de comunicação, significa redução das distâncias sociais, isto é, democracia.

Araújo e Dias (2005, p. 113) também participam da discussão, e entendem que a Sociedade da Informação “se define como a etapa do desenvolvimento da sociedade que se caracteriza pela abundância de informação organizada”.

Na concepção de Barreto (2002), a Sociedade da Informação consiste num espaço em que se torna possível o acesso aos conteúdos informacionais a todos os indivíduos de determinada realidade, mas observa que, essa condição só é possível se os benefícios desta sociedade permitirem aos indivíduos apropriarem-se da informação em benefício próprio e possam contribuir para o desenvolvimento social e da cidadania.

Podemos observar que na sociedade contemporânea a informação constitui-se em um elemento-chave, proporcionando a geração de novos conhecimentos e o desenvolvimento social e econômico das nações. As tecnologias proporcionam à sociedade benefícios que resultam em maior qualidade de vida. A informação e as TIC representam para a sociedade contemporânea, o que a Revolução Industrial significou para sociedade do século XVIII, a transformação do modelo social e econômico vigente na época.

Este entendimento vai ao encontro das cinco tendências identificadas pela IFLA que podem transformar o ambiente global informacional. No relatório apresentado pela IFLA, são fatores impactantes no contexto informacional: 1 – A expansão das novas tecnologias que, por sua vez, limitarão o acesso à informação; 2 - A aprendizagem global será alterada com a democratização da educação on-line; 3 - Os limites da privacidade e proteção de dados serão redefinidos; 4 - As sociedades hiperconectadas ouvirão e empoderarão novas vozes e grupos sociais; 5 - A economia global da informação será transformada pelas novas tecnologias. (UNESCO, 2013, tradução nossa). Este relatório demonstra como a Informação assume papel de destaque na Sociedade e seu poder de transformação da realidade social.

No entanto, embora o contexto informacional traga benefícios para a sociedade, o mesmo relatório alerta que há o risco de que com a expansão das TIC, o acesso à informação se torne mais restrito, contribuindo para o avanço da exclusão informacional e tecnológica. Assim, o relatório da IFLA serve de alerta, para que projetos de inclusão tecnológica e informacional sejam desenvolvidos, proporcionando os benefícios do acesso e uso da informação a todos os indivíduos, sem distinção.

Nesta linha de raciocínio, Araújo (1991, p. 37) afirma que “a informação é a mais poderosa força de transformação do homem”, pois, segundo a autora, tem a capacidade de modificar culturalmente a humanidade e a sociedade como um todo. Entendemos que isso só acontecerá com o seu uso adequado, como um instrumento de emancipação que possibilite aos indivíduos adquirir novos conhecimentos e desenvolver sua capacidade de pensar e analisar criticamente.

Diante do entendimento de que a informação tem esse potencial transformador, cabe ressaltar que ela por si só não alcança esse resultado, ou seja, apenas o acesso às informações e às variadas tecnologias disponíveis não garante a compreensão e internalização dos conteúdos. A transformação mais significativa advém da Educação. Inferimos assim, que a verdadeira mudança social consiste na integração: Educação e Informação, ambas, associadas possuem essa capacidade de mudança e de geração de conhecimento, que possibilita o desenvolvimento da sociedade em todas as suas dimensões, seja na dimensão social<sup>3</sup>, política, econômica, educacional ou ambiental.

---

<sup>3</sup> Embora o termo *Social* nos remeta àquilo que pertence à sociedade, sua estrutura e organização, ou mesmo à análise ou estudo da sociedade como um

Neste aspecto, o ideal é que a sociedade oriente-se não somente pela utilização das TIC, mas principalmente pela educação, que é o que de fato leva a uma Sociedade da Informação e por consequência, do Conhecimento. Esse entendimento vai ao encontro do que diz Takahashi (2000), quando observa que, mais do que uma infraestrutura moderna, é necessário competência para transformá-la em conhecimento. E afirma que: “É a educação o elemento-chave para a construção de uma sociedade da informação e condição essencial para que pessoas e organizações estejam aptas a lidar com o novo, a criar e, assim, a garantir seu espaço de liberdade e autonomia” (TAKAHASHI, 2000, p. 7).

Maffesoli (2004, p. 21), abordando a questão da comunicação, entende que a “comunicação e [a] informação descrevem um *modus vivendi* característico da pós-modernidade”, e são fundamentais na sociedade atual. O autor ressalta ainda que a pesquisa, a reflexão, o estudo, implicam em ter “a coragem e a liberdade de espírito para questionar as verdades dominantes” (MAFFESOLI, 2004, p. 28). Podemos afirmar que cada vez mais, na sociedade contemporânea nos é cobrado uma postura criativa e inovadora. Essa é praticamente uma exigência básica do mercado. No entanto, não podemos negligenciar as questões sociais, pois o desenvolvimento de projetos inovadores visa benefícios para a sociedade, contribuindo para a inclusão social.

Neste sentido, entendemos que a Sociedade da Informação pode ser analisada sob diferentes aspectos. Em uma perspectiva econômica, a utilização dos recursos informacionais estará direcionada ao ganho de capital. Em uma perspectiva social, estes servem de instrumentos geradores de conhecimento, que permitem ao indivíduo o exercício da cidadania e da democracia.

Assmann (2000, p. 8) faz uma análise crítica a respeito da Sociedade da Informação e em seu entendimento, a sociedade não deveria ser assim denominada, pois, segundo o autor, essa característica “da Informação” representa apenas um aspecto da Sociedade Contemporânea. O autor lembra ainda que do conceito de “Sociedade da Informação”, passou-se ao conceito de “Sociedade do Conhecimento”, ou ainda, “Sociedade Aprendente”, por vezes, sem a devida e cautelosa análise teórica. Segundo o autor esta Sociedade da Informação ainda

---

todo (ABBAGNANO, 2007), neste estudo, nos referimos ao “social” sob uma perspectiva de inclusão, de proporcionar aos menos favorecidos as condições necessárias ao seu desenvolvimento humano e profissional.

está em fase de construção, com expressivo uso das TIC e por inovações em diferentes dimensões: organizacionais, comerciais, sociais e jurídicas, que trarão significativas mudanças no modo de vida das pessoas, tanto em âmbito pessoal, como no social e profissional.

Diante disto, entendemos que, a sociedade como um todo, e mesmo o setor econômico, no qual predominam os interesses capitalistas, tendem a “ganhar” ao direcionar seus esforços para os aspectos sociais da informação, já que, uma sociedade cultural e educacionalmente desenvolvida, é aquela em que os cidadãos são mais exigentes e críticos. São também aqueles que estão plenamente capacitados para a geração de bens e serviços de qualidade, e contribuem significativamente para o desenvolvimento econômico das nações. Sendo assim, proporcionar o acesso à educação e à informação a todos os indivíduos desponta como uma necessidade urgente neste contexto social, bem como, uma responsabilidade das autoridades competentes, e em nosso entendimento, mais especificamente, cabe ao Ministério da Educação do Brasil zelar por essa tarefa.

Podemos observar que, os avanços tecnológicos são constantes, da mesma forma que, nos últimos anos, a popularização das TIC torna-se uma realidade a um número maior de indivíduos. Entretanto, muitos cidadãos estão excluídos dessa Sociedade da Informação e das tecnologias que a integram. É necessário, portanto, pensar em políticas ‘emergenciais’ que visem democratizar o acesso à informação e a construção de uma sociedade justa e homogênea “favorecendo ao mesmo tempo a orientação à resolução de problemas que afetam a sociedade local, com efeitos inclusivos sobre as maiorias sem acesso a ofertas e recursos tecnológicos e informacionais” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 74).

Em consonância ao pensamento de González de Gómez, Barbosa (2010) coordenou uma pesquisa sobre o uso das TIC no Brasil no período de 2005 a 2009, na qual constatou-se um forte crescimento no acesso e na utilização das TIC no país. Segundo dados estatísticos<sup>4</sup> da pesquisa, em 2005 apenas 17% dos domicílios brasileiros possuíam computador crescendo para 36% em 2009. Já quanto ao uso da Internet os dados indicam que houve crescimento, saindo dos 13% para 27% no período. A pesquisa identificou ainda a utilização mais qualificada da Internet, indicando avanços relacionados à educação digital. Outro

---

<sup>4</sup> Podemos acompanhar com mais detalhes os dados estatísticos coletados pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.br) nos Anexos A, B e C deste trabalho.

aspecto relevante identificado na pesquisa foi quanto ao crescente uso da rede para obtenção de informações qualificadas para educação continuada, bem como, para obtenção de informações dos serviços de governo eletrônico, “mostrando que a população já se apropriou da tecnologia para ascenderem seus direitos como cidadão [...]”. (BARBOSA, 2010, p. 20).

No entanto, conforme aponta o documento, cabe destacar que este cenário positivo em relação à ampliação do acesso às TIC e a Internet concentra-se, principalmente, em áreas urbanas e em parcelas da população mais instruídas e com maior poder aquisitivo. Permanecendo ainda um forte cenário de exclusão social e digital que reforça o entendimento de que o governo precisa continuar a investir em saúde, educação e distribuição de renda. Como já era de esperar, o relatório da pesquisa aponta as regiões Norte e Nordeste como as mais desfavorecidas, com desempenho inferior a média nacional no que diz respeito ao acesso e uso da Internet. Um reflexo da grande desigualdade social existente nessas regiões do país e que conseqüentemente merece um olhar mais atento do governo, direcionando mais investimentos nessas regiões, visando minimizar essas desigualdades.

Segundo González de Gómez (2002, p. 28), “apesar de muitos e importantes esforços, a formulação das políticas de informação não consegue o sucesso esperado nos países em desenvolvimento”. Segundo a UNESCO (2012) é de responsabilidade dos governos desenvolverem políticas de transferência democrática das informações que produzem especialmente aquelas que garantem o desenvolvimento humano e sustentável.

Podemos observar, portanto, que a sociedade contemporânea é marcada por uma nova forma de organização e desenvolvimento, na qual predomina o uso das TIC. Este fato pode ser entendido como consequência do expressivo crescimento da produção e uso de informação<sup>5</sup> e do constante desenvolvimento tecnológico.

Vannevar Bush foi pioneiro nos estudos sobre o problema do excesso informacional, e em 1945 publicou um artigo intitulado de *As we may think*. Nele destaca sua preocupação com os problemas relacionados à informação, e as dificuldades enfrentadas no processo de organizá-las e disponibilizá-las à sociedade no período pós-guerra. (BARRETO, 2002).

---

<sup>5</sup> Apontado por Vannevar Bush (1945), como Explosão da Informação.

Nesse documento, Bush discorre sobre os avanços das tecnologias que possibilitam os registros de informações, sejam na forma escrita, por imagens ou eletrônicas. Ressalta que o acúmulo dos registros do conhecimento humano está crescendo de forma extraordinária, no entanto, as maneiras de acessá-las não acompanham a evolução científica (BUSH, 1945). Partindo do entendimento de que, se um documento é importante para a ciência, ele deve ser preservado, armazenado, e principalmente consultado (BUSH, 1945), destaca a necessidade de se desenvolver sistemas capazes de cumprir essa tarefa, facilitando o acesso às informações.

Essa preocupação é pertinente, pois o volume de informação gerado, naquela época já era expressivo. Problema que se acentuou nos dias atuais com as novas tecnologias, resultando em dificuldades de acesso à informação, bem como, de se saber sobre a qualidade das fontes e a veracidade das informações disponibilizadas, principalmente aquelas veiculadas na *internet*, gerando, deste modo, um caos informacional. Essas são algumas barreiras identificadas que dificultam o acesso à informação. Dudziak (2003, p. 23) acrescenta ainda: “o número ilimitado de fontes e o desconhecimento de certos mecanismos de filtragem, organização e mesmo de apropriação da informação”. Pedro Demo ao discutir a ambivalência da informação, atenta que ela, a informação, tanto pode ser um instrumento de dominação quanto de libertação. Observa ainda que o excesso de informação pode ser uma forma encontrada de manipulação, em suas palavras: “desinformar pode ser seu projeto principal. Não se trata apenas de nos entupir com informação de tal forma que já não a saibamos manejar, mas, sobretudo, de usá-la para seu oposto, no sentido mais preciso de cultivo da ignorância”. (DEMO, 2000, p. 37).

Assim, na sociedade contemporânea marcada pelo excesso de informações e pela instantaneidade, onde a noção de tempo parece sufocar as pessoas, ser competente em informação torna-se, em nosso entendimento, uma questão de libertação<sup>6</sup>, proporcionando aos indivíduos o acesso às informações necessárias para o exercício da cidadania.

---

<sup>6</sup> Liberdade pode ser entendida aqui sob o olhar de Paulo Freire (2011, p. 103), para quem ser livre é desenvolver a capacidade de decidir, de assumir responsabilidades e de defender seus direitos. Para o pedagogo e filósofo, a liberdade deve ter seus limites definidos, e pondera que “a liberdade sem limite é tão negada quanto a liberdade asfíxiada ou castrada”.

### 3.1.1 A Percepção do Tempo na Sociedade da Informação

A dinâmica da Sociedade da Informação é algo que chama a atenção. Proporcionada pelas TIC, principalmente pela Internet, observamos que a velocidade da comunicação dos acontecimentos acontece de forma espantosa. As notícias de fatos ocorridos, por exemplo, no Japão, na França ou na Inglaterra, chegam instantaneamente a todas as nações em consequência do que chamamos de Globalização.

Essa rapidez com que as informações são veiculadas e o fluxo intenso de informação traz uma nova percepção de tempo. Nessa sociedade, o imediatismo toma conta das pessoas. O tempo parece passar cada vez mais rápido. Neste sentido, Augusto (1994), observa que o tempo na atual sociedade é marcado pela ênfase no quantitativo em detrimento do qualitativo, pelo individualismo em prejuízo ao convívio social, do coletivo. O livro verde para Sociedade da Informação em Portugal (1997) lembra que há uma aceleração do tempo individual e coletivo nesta sociedade, revelando novos valores e comportamentos. Na mesma linha de raciocínio, Fuks (2003, p. 78), pontua que, o tempo cronológico na sociedade moderna “se transforma no tempo intemporal reduzido ao instante” que se caracteriza por uma cultura do efêmero e da virtualidade do real.

Também Fonseca e Couto (2005, p. 55) abordam a questão e observam que “o endereço dessa complexa rede é nomeado de ciberespaço, [um ambiente virtual] que proporciona uma reconfiguração na noção de tempo, tornando-o instantâneo, e uma desmaterialização do espaço”.

Podemos notar, mesmo que empiricamente, que é discurso comum dos indivíduos dizer que “estou na correria de sempre”, “estou com muita pressa”, “preciso de mais tempo”, “estou sem tempo”, “acho que não vai dar tempo”, ou seja, a sensação é de que estamos sempre correndo contra o tempo. No entanto, sabemos que o tempo não está “acelerado”, trata-se apenas de uma percepção. Conforme observa Puente (2010, p. 22) “os ponteiros dos minutos e das horas [...] caminham sempre no mesmo inflexível e inexorável ritmo, assinalando com precisão imparcial e neutra o escoar de um tempo homogêneo e igual para todos”. O autor, em sua reflexão sobre o tempo, ressalta que a percepção do tempo acontece de forma diferente para cada pessoa, ou



ainda, em situações diferentes, por exemplo, em momentos de dor e de felicidade.

Podemos observar que esse fenômeno da “aceleração” do tempo que vivenciamos no presente, expõe alguns aspectos negativos. Além do *stress* e da sensação de estarmos sempre atrasados, sempre perdendo algo, traz também um impacto relacionado à reflexão. Recebemos muita informação, contudo a dinamicidade excessiva da mente acaba por absorver apenas fragmentos. Em consonância, o Livro Verde de Portugal (1997, p. 90) alerta que, “o ‘leitor’ está a ser substituído pelo ‘utilizador’ o que poderá significar um envolvimento menos profundo e consequentemente menos eficaz do que a experiência da leitura”.

Aquino (2007, p. 14), destaca que “[...] o processo de conhecer e gerar conhecimento implica a constante ação-reflexão sobre a realidade em que o sujeito está inserido”. Entendemos que a reflexão é uma ação, na qual o indivíduo precisa de tempo, de serenidade, de tranquilidade, para assim, analisar com profundidade todos os aspectos da informação e das situações vividas.

Esta ação-reflexão parece-nos prejudicada na sociedade contemporânea, pois este movimento acelerado, de constantes transformações indica que não se tem mais tempo para o exercício da reflexão, as decisões precisam ser tomadas de imediato. Assim, arriscamo-nos a afirmar que são poucos os indivíduos que analisam detidamente todos os aspectos da informação, ou mesmo das suas experiências de vida. Em geral, essas pessoas são aqueles vinculados às instituições de ensino e pesquisa.

Na abordagem feita por Hugo Assmann (2007) sobre o tempo pedagógico, ou seja, sobre o tempo da aprendizagem, o autor destaca que vivenciamos hoje “tempos difíceis”, em que podemos observar “a coexistência entre uma estarrecedora lógica de exclusão e uma brutal e cotidianizada insensibilidade em relação a este sorvedouro de vidas humanas” (ASSMANN, 2007, p. 192). Podemos deduzir que se trata dessa sensação de estarmos sempre sem tempo, estarmos sempre “correndo”. Geralmente, o trabalho e o estudo consomem todo nosso tempo, e nesta “falta de tempo” nos tornamos insensíveis, individualistas. Não que queiramos agir assim, mas simplesmente não temos tempo de olhar para o próximo, de viver compartilhando, ajudando e com isso, perdemos grandes oportunidades de trocar experiências, de aprender coletivamente, de simplesmente viver.

Assmann (2007) com base no documento *Construir a Sociedade Europeia da Informação para todos Nós* (1997) observa que é fato o expressivo aumento informacional disponível atualmente e filtrar e

selecionar as informações, por sua vez, consome tempo. O autor ressalta ainda que as várias possibilidades de escolha e de uso do tempo associados aos curtos prazos para realização das tarefas criam novas formas de *stress*.

Em seu discurso, Assmann (2007, p. 216) afirma que a própria organização da sociedade contemporânea aponta para a necessidade de se pensar conjuntamente as questões relativas ao tempo. Em suas palavras, “tempo-do-relógio e tempo das vivências”, bem como uma nova configuração do sentido que atribuímos à palavra *conhecimento*, que contemple uma interação entre “pensamento lógico, formalizador [...] e pensamento ponderador, meditativo [...]”.

Sob este olhar, aprender é um processo lento, que não se resume a aprendizagem escolar, com período rigorosamente definido pelos anos passados na escola das crianças e jovens. O processo de aprender é gradativo e ilimitado, que precisa ser desenvolvido por toda a vida, desde o nascimento. Cabe ressaltar que não aprendemos somente por meio da educação formal, mas aprendemos em nossas vivências, com o uso dos nossos sentidos (audição, visão, paladar, olfato e tato). No entanto, é por meio da educação formal que desenvolvemos habilidades específicas para a vida profissional, que permite nos inserirmos no mercado alcançando melhores condições de trabalho, melhores remunerações e conseqüentemente, mais qualidade de vida.

É nesse cenário de uma sociedade apressada, mergulhada num oceano informacional, que observamos o nascimento da Ciência da Informação, que se preocupa em estudar os vários aspectos associados à criação e ao uso da informação, conforme apresentamos a seguir.

### 3.2 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

*A Ciência da Informação, preocupada em esclarecer um problema social concreto, o da informação, e voltada para o ser social que procura a informação, situa-se no campo das ciências sociais [...].*

*Yves-François Le Coadic*

A Ciência da Informação emana desse contexto marcado pelo excesso informacional e pelo desenvolvimento e popularização das TIC. Um cenário turbulento, no qual a informação assume papel de destaque

como um dos elementos na produção de bens e serviços. O expressivo aumento no volume informacional, associado à rápida e constante evolução das tecnologias da informação e comunicação, podemos dizer, são os responsáveis pelo surgimento da CI. Saracevic (1996) lembra que a CI originou-se no âmbito da revolução científica e tecnológica posterior à Segunda Guerra Mundial. Em seu entendimento, há três elementos que estabelecem a existência e a evolução deste campo: a CI é interdisciplinar; está vinculada às tecnologias de informação e; contribui ativamente para o desenvolvimento da Sociedade da Informação.

Conforme observa Barreto (2007), em termos mundiais, seu surgimento é marcado pela publicação do artigo "*As we may think*" de Vannevar Bush em 1945, bem como, pela conferência da Royal Society, realizada em Londres, em 1948 sobre a *Scientific Information*. Já no Brasil, segundo o autor, ela desponta aproximadamente 10 anos depois, resultante da desordem no ambiente informacional causado pela disponibilização de um crescente volume de informações, que se deu logo após a Segunda Grande Guerra. Para Souza e Stumpf (2009) e Oddone (2006), a CI se inicia formalmente em território nacional em 1970, por meio da criação do primeiro curso de Pós-Graduação, em nível de mestrado intitulado Mestrado em Ciência da Informação, oferecido pelo então Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) na cidade do Rio de Janeiro. Souza-Leite e Toutain (2008) observam que o surgimento desse primeiro curso de mestrado, que marca o nascimento da CI no Brasil, visava à formação de profissionais qualificados que dessem conta de resolver os problemas acerca das informações de cunho científico e tecnológicos que se apresentavam à época.

Observamos, portanto, que a CI se estabelece na Sociedade da Informação, em termos mundiais, no período pós-guerra, tendo como objetivo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, buscando meios que possibilitassem organizar e disponibilizar as informações das quais os indivíduos necessitassem.

A Ciência da Informação é definida por Le Coadic (2004, p. 25), como “uma ciência social rigorosa” apoiada em tecnologias igualmente rigorosas. Segundo o autor, a CI está inserida no campo das ciências sociais (das ciências do homem e da sociedade) e, ocupa-se em estudar as propriedades gerais da informação – incluindo sua natureza, sua gênese e seus efeitos sobre os indivíduos e a sociedade – bem como,

analisar e compreender seus processos de construção, de comunicação e de uso.

No entendimento de Capurro (2003), a CI possui duas raízes: uma delas, na biblioteconomia, a outra, na computação digital. Sua raiz biblioteconômica preocupa-se com os estudos relativos aos problemas de transmissão da informação. Enquanto, na outra raiz de cunho tecnológico, a CI estuda os impactos da computação nos processos informacionais, como coleta, organização, disponibilização, armazenamento, recuperação, disseminação e uso das informações.

Saracevic (1996) também observa que esta ciência tem por objeto de estudo a informação. E a define da seguinte forma: “A Ciência da Informação é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros [...], e das necessidades de informação” (SARACEVIC, 1996, p. 47). O referido autor afirma ainda que, “a CI desenvolveu um corpo organizado de conhecimentos e competências profissionais ligadas às questões informacionais” o que contribui para a sua consolidação.

Se considerarmos que a CI visa possibilitar o acesso às informações, para assim, suprir as necessidades informacionais dos indivíduos, sejam elas de cunho profissional, pessoal, ou de lazer, podemos deduzir que mais do que dedicar-se às questões técnicas relativas à organização e disponibilização da informação, a CI possui uma importante função social, que consiste em direcionar seus esforços ao *ser* que busca a informação (LE COADIC, 2004). Nas palavras de Barreto (2007) “[...] o objetivo do trabalho com a informação é promover o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade em que vive”.

Neste sentido, González de Gómez (1995) afirma que a Ciência da Informação tem “[...] como domínio para a construção de seu objeto, o estudo de ações sociais de transferência da informação [...]”, criando por meio da comunicação de informações, um mundo de possibilidades de desenvolvimento.

Considerando que possibilitar o acesso à informação é uma questão essencial para a CI, concordamos com a afirmação de Saracevic (1996, p. 44), de que “[...] a recuperação da informação tornou-se uma solução bem sucedida e controlada pela CI [...]”, no entanto, uma atividade que permanece em constante desenvolvimento e aprimoramento. Embora não seja o foco desta discussão, cabe ressaltar que, as atividades que envolvem a recuperação da informação, apesar de

serem técnicas, são complexas e exigem alto grau de cognição do profissional, principalmente no que se refere à indexação. Conforme pondera Neves (2006), “[...] a indexação é um processo intelectual que tem por base a compreensão do texto e a representação do documento [...]”, podemos afirmar que ela se configura, portanto, como a atividade mais importante do processo de recuperação da informação.

Observamos na literatura que há consenso quanto a alguns aspectos referentes à CI. Seu surgimento é apontado como uma consequência ao crescente volume informacional verificado no período pós-guerra. É comum também, o entendimento de que a informação constitui-se no objeto de estudos da Ciência da Informação. Outra característica desta ciência apontada na literatura é quanto a seu caráter interdisciplinar.

Retomando os elementos essenciais da CI apontados por Saracevic (1996), é uma *ciência interdisciplinar*, ou seja, é uma ciência que fornece e recebe contribuições de diversas áreas do saber, em uma constante troca de experiências, conceitos, teorias e metodologias. Conforme coloca Souza e Stumpf (2009), ao abordar as questões relativas aos aspectos informacionais, ela abrange um vasto conjunto de temas, que despertam interesse de pesquisadores e estudiosos advindos de diferentes áreas de formação.

Para exemplificar essa colocação, Oliveira (2005, p. 20), relaciona algumas áreas ou disciplinas científicas com as quais a CI vem se relacionando, são elas: “Biblioteconomia, Ciência da Computação, Comunicação Social, Administração, Linguística, Psicologia, Lógica, Matemática, Filosofia/Epistemologia”. Saracevic (1996), por sua vez, em seu texto sobre a origem e evolução da Ciência da Informação, aborda a relação desta com quatro áreas do conhecimento: biblioteconomia, ciência da computação, ciência cognitiva e comunicação.

Entendemos que essa natureza interdisciplinar característica da Ciência da Informação deve-se à complexidade dos fatores que envolvem a informação. Por ser um elemento que diz respeito a ‘todas’ as áreas e disciplinas, mesmo que indiretamente, já que todas precisam de informação para se desenvolver, esta desperta o interesse de diversas áreas do conhecimento, sendo assim, é analisada sob diferentes perspectivas. Na tentativa de se chegar a um consenso sobre a informação, essas diferentes áreas começam a se relacionar, num processo de mútua contribuição.

Outra característica apontada por Saracevic (1996), diz respeito ao estreito vínculo existente entre a CI e as tecnologias de informação.

Se observarmos o contexto em que a Ciência da Informação nasce, essa ligação fica óbvia, já que esta ciência é marcada pelo expressivo aumento na produção de informação e pela evolução das TIC. Sendo assim, entendemos que a CI está intimamente relacionada às tecnologias, apoiando-se nelas para o desenvolvimento e aprimoramento de seus sistemas de tratamento, armazenamento e recuperação da informação. Por último, o referido autor assinala como essência desta ciência, sua contribuição real para o desenvolvimento da sociedade da informação. Este aspecto é evidenciado pela função social da CI, que se constitui na “disponibilização” da informação de forma rápida e eficiente, proporcionando aos indivíduos o acesso e a apropriação de informações, a geração e ampliação dos conhecimentos, num ciclo evolutivo informacional.

No entanto, se há consenso quanto ao objeto de estudo da CI, de sua natureza interdisciplinar e de sua contribuição social, identificamos na literatura divergências quanto à definição da Ciência da Informação enquanto uma *Ciência* ou uma *Área/Campo* do conhecimento.

A Ciência da Informação é definida por Le Coadic (2004, p. 112) como uma “ciência, [uma] produção consciente da espécie humana com origens bem precisas, [com] um objeto e um conteúdo bem-definidos e profissionais facilmente identificáveis”. Na mesma concepção, Souza-Leite e Toutain (2008) entendem a CI como uma ciência fortemente enraizada. Para chegarem a esta conclusão, apoiam-se em Mueller, Campello e Dias (1996). Para esses autores, uma área do conhecimento atinge a maturidade, e marca o seu grau de institucionalização e desenvolvimento quando possui uma literatura científica e profissional, cursos regulares reconhecidos para formação profissional e associações ou sociedades científicas (MUELLER; CAMPELLO; DIAS, 1996). Considerando que a CI contempla esses elementos, Souza-Leite e Toutain (2008) definem-na como uma Ciência.

Contrariamente a esse entendimento, Andrade e Oliveira (2005, p. 45), compreendem a CI como uma disciplina científica, que almeja o *status* de ciência, mas que ainda encontra dificuldades em delimitar seu objeto de estudo e em desenvolver um *corpus* teórico. Nessa linha de raciocínio, Oliveira (2005, p. 15), considera a CI “um campo científico recente, e, portanto, ainda em construção”, em seu entendimento, ela ainda não possui um corpo teórico que agregue “todos os seus conceitos e práticas”.

Analisando a trajetória dos programas de Mestrado ofertados no Brasil, Pinheiro e Loureiro (1995), entendem que a CI configura-se “como um campo do conhecimento” que agrega áreas e conexões interdisciplinares. Já Dotta Ortega (2010), observa que “o termo Ciência da Informação” é usado para dar nome aos programas de Pós-Graduação, bem como, para indicar o campo de pesquisa.

Observamos, portanto, que nos discursos encontrados na literatura que tentam definir a CI, ainda não há uma harmonia conceitual. Na tentativa de esclarecer este impasse, optamos por recorrer à Tabela de Áreas de Conhecimento elaborada em conjunto pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Na organização desta Tabela, as áreas do conhecimento estão estruturadas em quatro níveis, conforme apresentamos a seguir:

**1º nível - Grande Área:** aglomeração de diversas áreas do conhecimento em virtude da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sociopolíticos específicos.

**2º nível - Área:** conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas.

**3º nível - Subárea:** segmentação da área do conhecimento estabelecida em função do objeto de estudo e de procedimentos metodológicos reconhecidos e amplamente utilizados.

**4º nível - Especialidade:** caracterização temática da atividade de pesquisa e ensino. Uma mesma especialidade pode ser enquadrada em diferentes grandes áreas, áreas e subáreas. (BRASIL, 2009, grifo nosso)

Na estrutura da Tabela de Áreas de Conhecimento, a Ciência da Informação está localizada no segundo nível, dentro da Grande Área “Ciências Sociais Aplicadas I”, e abarca um grupo de disciplinas que constituem o 3º nível, ou seja, as suas Subáreas, são elas: Teoria da Informação; Teoria Geral da Informação; Processos da Comunicação; Representação da Informação; Biblioteconomia; Teoria da

Classificação; Métodos Quantitativos, Bibliometria; Técnicas de Recuperação de Informação; Processos de Disseminação da Informação; Arquivologia; Organização de Arquivos.

Buscamos ainda a definição do termo *ciência*, que segundo o dicionário de filosofia, é um conhecimento que inclui a própria garantia de validade. Esta garantia se dá por meio de demonstração, da descrição e pela corrigibilidade (ABBAGNANO, 2007, p. 157).

Cabe ressaltar que a Capes e o CNPq, não utilizam o termo **ciência** na organização estrutural da tabela, mas sim, área. No entanto, acreditamos que essa terminologia foi adotada mais por questões de ‘estilo de linguagem’, já que não caberia na hierarquia proposta, uma ‘subciência’. Partindo da nomenclatura dada pelas referidas instituições, a CI classifica-se como uma área do conhecimento.

Conquanto, considerando o significado do termo **ciência** e, a definição atribuída ao **2º nível da tabela**, entendemos que é mais coerente definir a CI como uma Ciência, já que a mesma, apesar de sua juventude, possui bem definidos, conforme destaca Le Coadic (2004), o seu conteúdo e objeto de estudo, a sua origem e seus profissionais.

É certo que neste novo contexto, marcado pelo surgimento desta nova ciência, surgem também novos espaços profissionais. Juntamente com a Ciência da Informação, observamos o desabrochar dos chamados Profissionais da Informação, conforme apresentamos na sequência.

### 3.3 PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO

*A formação de Profissionais da Informação para a atualidade centra-se na busca por um conjunto de habilidades e competências que possa dar conta de uma realidade eminentemente em mudança, buscando uma intervenção competente e criativa na sociedade.*

*José Augusto C. Guimarães*

Com o surgimento da Sociedade e da Ciência da Informação, um novo cenário profissional desponta. Nesse ambiente caracterizado pelo intenso fluxo informacional, surge uma demanda por profissionais capacitados para lidar com os mais variados recursos informacionais, e



preparados para tratar a informação, organizá-la para que se torne viável a sua recuperação e uso. Estes passam a integrar um grupo de Profissionais, denominados da Informação.

Assim, antes de apresentarmos as discussões sobre o Profissional da Informação seu perfil e habilidades, acreditamos ser necessário discorrer sobre as Profissões, no intuito de se clarificar o processo de surgimento de uma profissão, bem como, a delimitação dos espaços de trabalho. No entanto, cabe destacar que não temos o objetivo de aprofundarmos a discussão sobre o tema.

### **3.3.1 As Profissões**

É notável na sociedade atual o crescimento do número de ocupações e de profissões, conforme aponta Diniz (2001), uma das características dessa expansão da estrutura ocupacional no território nacional se dá pelo crescimento de profissões advindas das universidades. Então surgem as questões: O que diferencia uma ocupação de uma profissão? Quais os elementos que as distinguem? Para responder a essas dúvidas, buscamos amparo na Sociologia das Profissões, nos conceitos de autores como Freidson, Rodrigues, Mueller, Diniz, Cunha, Ortega y Gasset, dentre outros, que estudam as profissões e seus reflexos na sociedade.

Ortega y Gasset (2006), advoga que uma profissão origina-se quando determinada atividade deixa de ser praticada para realização pessoal de determinado indivíduo e passa a ser exercida para suprir uma necessidade da sociedade, assim a nova ocupação passa também a contribuir para o seu desenvolvimento e subsistência. Neste sentido, o autor afirma que “[...] as carreiras ou profissões são tipos de atividade humana de que, pelo visto, a sociedade necessita [...]” (ORTEGA Y GASSET, 2006, p. 11). Podemos deduzir, portanto, que um dos primeiros quesitos necessários ao processo de profissionalização consiste em uma demanda social.

Freidson (1995) aborda a questão do processo de profissionalização, e para distinguir as profissões das ocupações, propõe um tipo ideal de profissão. Para o autor, um conceito de profissão deve abarcar os seguintes elementos:

Uma ocupação que empregue um corpo especializado de conhecimentos e qualificações [...];

Jurisdição sobre um corpo especializado de conhecimentos e qualificações em uma divisão do trabalho específica [...];

Controle ocupacional da prática desse corpo de conhecimentos e qualificações no mercado de trabalho [...];

A credencial utilizada para amparar sua reserva de mercado de trabalho é criada por um programa de treinamento que se desenrola fora do mercado de trabalho, em escolas associadas a universidades [...].

Wilensky (1970) defende que para uma ocupação exercer sua autoridade profissional, ou seja, adquirir o *status* de profissional ela deve:

[...] encontrar uma base técnica para isso, sustentada em uma jurisdição exclusiva, vincular habilidade e competência para o treinamento padronizado e convencer o público de que os seus serviços são excepcionalmente de confiança. (WILENSKY, 1970, p.483-484, tradução nossa).

Freidson afirma que a distinção entre profissão e ocupação, em suas palavras, “ofício”, consiste em uma “especialização criteriosa teoricamente fundamentada” (FREIDSON, 1995). Em outros termos, podemos afirmar que uma profissão depende de formação formal e específica, configurada sob as formas de cursos de graduação em instituições de ensino superior; a jurisdição profissional é o que define o seu campo de atuação, quais as atividades inerentes a cada profissão, assim podemos dizer que é o que fixa os limites entre duas profissões; a credencial é a habilitação para o exercício da profissão e requer diploma universitário ou exame de ordem; o controle de atuação, por sua vez é exercido pelos conselhos de classe, que fiscalizam para que somente indivíduos devidamente habilitados exerçam a profissão.

Diniz (2001, p. 22) atenta que há um consenso entre os estudiosos quanto aos atributos que caracterizam uma profissão, os mais citados são: a consistência de um corpo de conhecimento especializado, sistematizado e abstrato; a autonomia no exercício profissional; a adesão com a comunidade profissional; a habilidade de autorregulação; haver procedimentos de credenciamento; possuir autoridade sobre clientes; e a elaboração de um código de ética.

O desenvolvimento das profissões, segundo Rodrigues (2002, p. 8) decorre de três fases principais: a “especialização de serviços [...]”; a criação de associações profissionais [...]; formação específica fundada sobre um corpo sistemático de teorias [...]”. Destarte, concordamos com o que diz Cunha (2004), que a Profissão tem uma dimensão cognitiva, associada a saberes específicos, assegurados somente ao grupo profissional que os detém.

No tocante à jurisdição, cabe ressaltar que “as profissões estão em permanente disputa pelo domínio de uma jurisdição específica, tanto na realidade do mercado de trabalho local quanto em reivindicações nacionais” (MUELLER, 2004, p. 29), em consonância Cunha (2006) alerta que as transformações advindas da revolução tecnológica geram conflitos no mundo do trabalho, assim, arriscamos a afirmar que nesse contexto, essas disputas tendem a se intensificar. Visto que as mudanças na sociedade são intensas e rápidas, propiciando o surgimento de novas ocupações que, por sua vez, estarão disputando espaço de trabalho com as ocupações “mais experientes” e, até mesmo, com as profissões já consolidadas. Abbott (1988, p. 59) pondera que “quando reivindica uma jurisdição, uma profissão exige da sociedade que reconheça sua estrutura cognitiva através de direitos exclusivos; a jurisdição não é apenas uma cultura, mas uma estrutura social”.

Nessa estrutura o título, ou a nomenclatura *Profissão*, vem imbuído de significado, atribuindo assim, aos indivíduos designados Profissionais um status social valorativo, estando estes hierarquicamente num estágio superior. Esse *status* assegura maior qualidade no ambiente de trabalho, respeito e reconhecimento da sociedade, certa estabilidade e remuneração mais elevada, se considerada a das ocupações. Neste sentido, Wilensky (1970, p. 486) avalia que na sociedade moderna há uma tendência geral em que as ocupações buscam o *status* de profissão.

Em contrapartida aos benefícios recebidos e ao direito de exclusividade do exercício profissional, os profissionais devem comprometer-se com o desenvolvimento de um trabalho de qualidade, seguro e eficaz. (CUNHA, 2004).

Considerando as características, que segundo a Sociologia das Profissões, são necessárias em uma profissão podemos depreender que a expressão “profissional da informação” configura-se em uma nomenclatura dada a um grupo de profissionais, advindos de diversas áreas e que, de alguma forma trabalham, com a informação. Portanto, com base no exposto, podemos dizer que o termo “Profissional da

Informação” não constitui uma profissão - em termos conceituais – pois não existe uma graduação específica para essa formação<sup>7</sup>, não há regulamentação da profissão, nem tão pouco, Conselhos ou Associações de Classe.

Segundo Mueller (2004, p. 42) “os Profissionais da Informação detém hoje o domínio do que se convencionou chamar, de maneira ampla e imprecisa, ‘jurisdição da informação’”. Portanto, para a autora, é conveniente assinalar quais as suas características específicas. Em consenso com Mueller, Cunha (2004, p. 45) afirma que, “a diversidade dos ambientes profissionais onde estas atividades acontecem, seus atores e a interpretação relativa de suas funções tornam, atualmente, difícil a caracterização dos espaços informacionais.” Ou seja, há certa imprecisão quanto à delimitação dos espaços de trabalho dos Profissionais da Informação.

Com base nos estudos de Helge Clausen (1990) Christensen (1992), observa que o termo Profissional da Informação é utilizado para definir um variado grupo de profissionais, como: Bibliotecários, Cientistas da Informação, Gestores da Informação, Especialistas da Informação, dentre outros. Visto que estes profissionais de alguma forma trabalham com a informação, seja em seu processo de criação, armazenamento, organização e disponibilização. Seja na gestão da informação ou com as tecnologias de informação.

Nessa perspectiva, a expressão abarca um variado e extenso campo de atividades relacionadas à informação. Ou seja, ela é usada para denominar um grupo de profissionais advindos de diversas áreas do conhecimento, mas que possuem a informação como objeto de estudo e de trabalho.

No entanto, segundo Guinchat e Menou (1994) podemos verificar que tradicionalmente há um predomínio em torno dos profissionais com formação nas áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Documentalistas compondo este grupo profissional.

Na percepção de Cronin (1993), não se pode afirmar que há uma *profissão da informação*. O autor reafirma que existe sim, um variado grupo de profissionais qualificados que podem ser identificados como tal. E defende que diante da diversidade de funções e habilidades

---

<sup>7</sup> Segundo Mota e Oliveira (2005), no Brasil a formação dos Profissionais da Informação se dá em nível de Pós-graduação formando assim, Mestres e Doutores. No entanto, na concepção da CBO o Profissional da Informação é o próprio Bibliotecário (BRASIL, 2010).

desempenhadas por esses profissionais, não se pode atribuir-lhes “uma classificação simplista” (CRONIN, 1993, p. 52). Ou seja, a definição para os Profissionais da Informação exige um olhar atento para seu perfil e habilidades, bem como para as demandas sociais, visando uma conceituação que contemple também a sua função social, a qual se considera a mais relevante.

Para tentarmos esclarecer a questão da jurisdição dos Profissionais da Informação, e identificarmos a composição do grupo, tomamos por base a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), publicada em 2010.

Em seu *rol* de ocupações a CBO apresenta como integrantes da família dos Profissionais da Informação (código: 2612<sup>8</sup>) o seguinte grupo ocupações:

- a)Bibliotecário (código: 2612-05);
- b)Documentalista (código: 2612-10) e;
- c)Analista de Informação (código: 2612-15).

No entanto, a própria CBO faz a ressalva que o “exercício dessas ocupações requer bacharelado em Biblioteconomia e Documentação” (BRASIL, 2010, p. 380). Neste sentido, concordamos com o entendimento de Cunha (2004) de que, tomando por base os critérios da CBO, podemos afirmar que em terras brasileiras, o Profissional da Informação é o próprio Bibliotecário.

### **3.3.2 Profissional da Informação: perfil e competência**

A expressão “Profissional da Informação”, conforme aponta Christensen (1992), é um termo ainda recente, surgiu entre os Bibliotecários norte-americanos e britânicos, no início da década de 1980. Podemos inferir, portanto, que seu surgimento é um reflexo do contexto social pelo qual a sociedade passara a vivenciar no período pós-guerra.

Por se configurar em uma abordagem ainda jovem, podemos observar algumas discussões em torno do termo, assim, especialistas da área da CI se empenham para definir o perfil deste profissional.

No entendimento de Le Coadic (1996, p. 106), os Profissionais da Informação são aqueles que “adquirem informação registrada em

---

<sup>8</sup> Cabe ressaltar que segundo a CBO os Arquivistas e os Museólogos não compõe a Família dos Profissionais da Informação e formam a Família: **Arquivistas e Museólogos**, sob o Código: **2613**. (BRASIL, 2010, p. 384).

qualquer suporte, organizam, descrevem, indexam, armazenam, recuperam e distribuem essa informação em sua forma original ou como produtos elaborados a partir dela”. Esta definição, no entanto, remete ao perfil do Bibliotecário, considerado um dos profissionais que compõe o referido grupo.

Ponjuán Dante (2000, p. 93, tradução nossa), por sua vez, entende que os Profissionais da Informação são:

[...] aqueles que estão vinculados profissional e intensivamente em qualquer etapa do ciclo de vida da informação e, portanto, devem ser capazes de operar eficientemente e eficazmente tudo o que se relaciona com a gestão da informação em organizações de qualquer tipo ou em unidades especializadas de informação.

González e Tejada (2004) advogam a favor do proposto no Relatório Final elaborado pela *Special Libraries Association*. No entendimento da Associação, o profissional da informação para atuar na sociedade contemporânea deve ter:

[...] um conjunto de habilidades, atitudes e valores que permitam aos bibliotecários trabalhar de forma eficiente; ser bons comunicadores; *focar no aprendizado contínuo ao longo de suas carreiras*; demonstrar a natureza de valor agregado de suas contribuições; e sobreviver no novo mundo do trabalho (SPECIAL LIBRARIES ASSOCIATION, 1998, p. 10, grifo nosso).

Considerando o cenário no qual este profissional se insere, repleto de equipamentos e ferramentas tecnológicas, Mota e Oliveira (2005) atentam que se exige do profissional da informação, além do domínio das habilidades e conhecimentos especializados, bom desempenho no uso das tecnologias de informação, possibilitando o tratamento da informação e sua recuperação, independente do suporte em que as informações estejam registradas.

Podemos observar que nas últimas décadas, os Bibliotecários, também chamados Profissionais da Informação, vêm conquistando novos espaços profissionais, bem como, o reconhecimento da sociedade. Em outros tempos sua atuação restringia-se praticamente às Bibliotecas<sup>9</sup>, Museus, Arquivos e Universidades. Embora estes

---

<sup>9</sup> Fossem elas, Bibliotecas Públicas, Universitárias, Escolares, Especializadas, ou mesmo, Centros Culturais.

continuem a ser ambientes de trabalho ocupados pelo Bibliotecário, na atual sociedade observamos que estes profissionais estão se inserindo em novos ambientes, tais como: editoras e livrarias, empresas privadas (por exemplo: escritórios de contabilidade, escritórios de advocacia), provedores de internet, banco de dados e em grandes organizações/corporações que necessitam de planejamento estratégico, bem como, gerir um fluxo muito grande informação para poderem “sobreviver” em uma sociedade globalizada e amplamente competitiva (VALENTIM, 2000).

Para atuação nessa nova era Valentim (2000, p. 23) vislumbra o Profissional da Informação com perfil mais observador, empreendedor, mais atuante e flexível, dinâmico, ousado, integrador, com postura proativa e principalmente com o olhar voltado para o futuro. Neste sentido, afirma que a formação do Bibliotecário deve focar no desenvolvimento de habilidades e competências que atendam essas características.

Ferreira (2003, p. 46) também elenca algumas atividades inerentes aos Profissionais da Informação, a saber: “classificar as fontes de informação, acesso, recuperação e análise da informação, desenvolver produtos e serviços de informação, unir conhecimento e experiências das pessoas dentro da organização, trabalhar com a proteção do conhecimento”.

Em sua abordagem sobre a função social atribuída ao Bibliotecário, Flávia Barros (2005, p. 70) defende que este profissional é aquele que se encontra capacitado para garantir o tratamento e o acesso às informações produzidas. Para o referido autor, as habilidades do Bibliotecário incluem saberes, tais como: “planejar, organizar, gerenciar museus, arquivos, editoras, bibliotecas (escolares, universitárias, especializadas, públicas), bancos, ONGs inseridas em projetos pedagógicos e outras instituições”.

Flávia Barros (2005) observa ainda que o papel social do Bibliotecário consiste em uma intervenção que possibilite a democratização social e a participação dos cidadãos em questões sociais aconteça de forma contundente e verdadeira. Neste sentido, o Bibliotecário ou Profissional da Informação assume uma postura de mediador da informação e de agente de mudanças.

Ainda podemos verificar outras habilidades inerentes ao Profissional da Informação, segundo Valentim (2002, p. 125-126) para a atuação dos profissionais brasileiros, a Comissão de Especialistas do MEC definiu as seguintes:

- a) Utilizar metalinguagens pertinentes;
- b) Demarcar campos específicos e integrar conteúdos de áreas correlatas em uma perspectiva multidisciplinar;
- c) Produzir e divulgar conhecimentos;
- d) Gerar produtos resultantes dos conhecimentos adquiridos;
- e) Desenvolver e aplicar instrumentos de trabalho adequados;
- f) Processar documentos, quaisquer que sejam os suportes, linguagens e formatos, de acordo com as teorias, paradigmas, métodos e técnicas da área;
- g) Gerenciar instituições, serviços e sistemas de documentação e informação;
- h) Desenvolver ações expositivas, visando à extroversão dos acervos sob sua responsabilidade;
- i) Desenvolver ações pedagógicas voltadas tanto para a melhoria do desempenho profissional, como para a ampliação do conhecimento em geral;
- j) Realizar atividades profissionais autônomas de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultorias, realizar perícias, emitir e assinar laudos técnicos e pareceres;
- k) Responder as demandas sociais determinadas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo;
- l) Refletir criticamente sobre sua prática profissional.

Com base na Proposta das Diretrizes Curriculares do MEC Valentim (2002, p. 126) assinala ainda que para o desenvolvimento adequado dessas atividades, espera-se que o profissional da informação tenha algumas atitudes, quais sejam:



- a) *Sensibilidade para a necessidade informacional de usuários reais e potenciais;*
- b) *Flexibilidade e capacidade de adaptação;*
- c) *Curiosidade intelectual e postura investigativa para continuar aprendendo;*
- d) *Criatividade;*
- e) *Senso crítico;*
- f) *Rigor e precisão;*
- g) *Capacidade de trabalhar em equipes profissionais;*
- h) *Respeito à ética e aos aspectos legais da profissão;*
- i) *Espírito associativo.* (grifo nosso)

Podemos observar que as habilidades e atitudes apresentadas remetem primeiramente às atividades relacionadas às técnicas deste profissional e à gestão da informação e de unidades de informação. O que evidencia que ainda se tem uma imagem do Bibliotecário direcionado mais às suas técnicas de trabalho em detrimento de atividades voltadas aos usuários e às questões sociais. Esta percepção concorda com o que diz Almeida Júnior (2004, p. 71) sobre as atividades e funções deste profissional. Para o autor, estas estiveram historicamente direcionadas mais à preservação dos acervos do que à disseminação das informações ali contidas.

Cabe destacar que a dimensão técnica e a preservação de acervos são necessárias no fazer do Bibliotecário, pois sem o desenvolvimento destas, a informação fica indisponível ao usuário. São exatamente essas atividades que desenvolvidas em uma Biblioteca ou Unidade de Informação possibilitam que o usuário tenha acesso, que ele recupere a informação da qual necessita.

O que pretendemos mostrar é que, conforme defende Almeida Júnior (2004, p. 85) cabe ao (Profissional da Informação) Bibliotecário direcionar seus esforços prioritariamente à mediação da informação. Ao assumir esta postura, o Bibliotecário torna-se o facilitador informacional, possibilitando que o usuário obtenha a informação desejada. Conforme destaca o referido autor, isso implica em proporcionar mais do que acesso físico aos suportes informacionais, significa possibilitar o desenvolvimento da Competência Informacional do usuário.

Entendemos que a função social do Bibliotecário é aquela de maior relevância em sua atuação. Assim, com base no apresentado por

Valentim (2002, p. 126), destacamos algumas habilidades, que em nosso entendimento, necessariamente estão presentes no perfil de caráter mais humanista e social do Bibliotecário, são elas: sensibilidade para a necessidade informacional de usuários reais e potenciais; curiosidade intelectual e postura investigativa para continuar aprendendo; criatividade; senso crítico; respeito à ética e aos aspectos legais da profissão e espírito associativo. Estas atitudes remetem a Dimensão Estética, tema central desta pesquisa e que será discutido posteriormente neste trabalho.

Observamos na literatura que predomina a crítica ao perfil tecnicista do Bibliotecário. Para elucidar a questão discutiremos a seguir a trajetória científica e profissional da Biblioteconomia no Brasil, que inicialmente seguiu o modelo biblioteconômico francês, e posteriormente adotou o modelo norte-americano no qual há o predomínio das técnicas.

### 3.4 BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL: HISTÓRICO E PERFIL

*Oh! Bendito o que semeia, livros... livros a  
mão cheia... e manda o povo pensar! O livro  
caindo n'alma, é germe - que faz a palma, é  
chuva - que faz o mar.*

*Castro Alves*

Entendemos que para se discutir sobre a Dimensão Estética da Competência Informacional do Bibliotecário brasileiro é necessário antes, uma abordagem, mesmo que brevemente, sobre a história das bibliotecas e sobre a evolução da Biblioteconomia neste país. Com a criação das primeiras bibliotecas surge a necessidade de profissionais capacitados para atuação nessas instituições, ou seja, de Bibliotecários, por consequência, de escolas que formem estes profissionais. Assim, apresentamos a seguir o surgimento das primeiras Bibliotecas Brasileiras e da institucionalização da Biblioteca Nacional (BN).

#### 3.4.1 As primeiras Bibliotecas e a Biblioteca Nacional

A história da Biblioteconomia no Brasil, se comparada a de outras nações, podemos dizer, é recente. Esse fato pode ser atribuído à própria juventude do país, descoberto e colonizado há pouco mais de

500 anos. Cabe observarmos que a instalação de bibliotecas é um fato que antecede a institucionalização do ensino de Biblioteconomia. As primeiras bibliotecas instaladas no Brasil, conforme lembra Castro (2000, p. 43), são aquelas criadas junto às escolas das “ordens religiosas dos Beneditinos, Franciscanos e Jesuítas”. No entanto, para esta pesquisa, interessa-nos a institucionalização da Biblioteconomia. Nesse sentido, abordaremos o contexto histórico a partir da fundação da Biblioteca Nacional, que deu início a trajetória da Biblioteconomia Brasileira.

Foi com a mudança da Família Real e da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808, que chegou ao país o importante acervo que pertencia a Família Real, composto por cerca “[...] de sessenta mil peças, entre livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas e medalhas [...]” (BRASIL, 2012a). Inicialmente esse acervo foi instalado no Hospital da Ordem Terceira do Carmo (FONSECA, 1979), posteriormente, em “29 de outubro de 1810 [o] decreto do Príncipe Regente determina que no lugar que serviu de catacumba aos religiosos do Carmo se erija e acomode a Real Biblioteca [...]” (BRASIL, 2012a). Assim, 29 de outubro de 1810 é considerada a data oficial da fundação da Biblioteca Nacional, na época denominada Biblioteca Real. Entretanto, devido às más condições de infraestrutura, ela só foi aberta ao público após quatro anos, em 1814 (BRASIL, 2012a). Diante deste contexto, concordando com Fonseca (1979, p. 25), podemos afirmar que os primeiros anos da Biblioteca Real no país é “uma vergonha nacional”.

Em 1821 a Família Real retorna para Portugal, deixando parte do acervo no Brasil. Com o tratado de 1925, este acervo que permaneceu no país torna-se oficialmente propriedade do Estado Brasileiro (MONTE-MÓR, 1972; BRASIL, 2012a).

Foi sob a direção do Frei Beneditino Camilo de Monserrate que a Biblioteca Nacional ganhou um novo endereço e em 4 de agosto de 1858 foi instalada em um prédio localizado na Rua do Passeio Público. A Biblioteca Nacional foi dirigida por Monserrate de 29 de abril de 1853 até 19 de novembro de 1870, quando veio a falecer e assim, deixar vago o cargo de Bibliotecário da BN (FONSECA, 1979).

Seu sucessor foi Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Com base em Caldeira (2012), podemos dizer que foi um homem de grande capacidade intelectual, atuou em algumas das mais importantes instituições de seu tempo, dentre elas a BN. Como diretor da Biblioteca, promoveu importantes melhorias na instituição, que abrangeram desde a reforma da estrutura física do prédio às das normas e regras de funcionamento. Foi sob sua direção que teve início, em 1876, a

publicação dos Anais da Biblioteca Nacional (CALDEIRA, 2012). Também em sua gestão, foram realizados os primeiros concursos para seleção de Bibliotecários para a instituição, na época, denominados Oficiais de Biblioteca. Estes concursos eram compostos por provas escritas de História Universal, Geografia, Literatura, Filosofia, Bibliografia, Iconografia, Classificação de Manuscritos e Línguas com traduções do Latim, do Francês e do Inglês (FONSECA, 1979; DIAS, 1955). Conforme atenta Fonseca (1979, p. 29), ao organizar tais concursos, podemos observar que para Ramiz Galvão “o Bibliotecário [deveria] ser, ao mesmo tempo, um erudito e um técnico”. Ramiz Galvão esteve à frente da Biblioteca Nacional por doze anos, considerando-os os melhores de sua vida (CALDEIRA, 2012).

Outro importante personagem que marcou a História da Biblioteca Nacional, conforme aponta Fonseca (1979), foi Manoel Cícero. Tomou posse como diretor da BN em julho de 1900 e comandou-a até 1924<sup>10</sup>. Sua gestão entrou para a história por ter viabilizado a construção do atual prédio da BN.

Como diretor da BN,

possibilitou a intensificação do Serviço de Intercâmbio Bibliográfico e do cumprimento da lei do Depósito Legal [...] Instalou na instituição em 1902 uma oficina de encadernação e uma tipografia [...] Instituiu a criação de um Catálogo Coletivo das bibliotecas da cidade, a catalogação cooperativa e incentivou a introdução da Classificação Decimal Universal (CDU) [...] Em 1904 aprovou o projeto do ex-Libris e do emblema da Casa, criados pelo artista Eliseu Visconti (BRASIL, 2012b).

Da gestão de Manoel Cícero, podemos destacar ainda a criação, em 1911, do curso de Biblioteconomia no Brasil, o primeiro curso de Biblioteconomia na América Latina e o terceiro no Mundo. Segundo Souza (2009) o primeiro curso de Biblioteconomia no mundo foi o da École Nationale des Chartes, fundado em 1821 na França. Já a escola de

---

<sup>10</sup> Sua gestão à frente da BN sofreu interrupções em decorrência do acúmulo de outras importantes funções administrativas ocupadas por Manoel Cícero (FONSECA, 1979).

Biblioteconomia fundada por Mevil Dewey na Universidade Americana de Columbia é considerada a segunda do mundo.

Nascia, então, o ensino de Biblioteconomia, que ocorreu em paralelo com a evolução pela qual passara a própria BN da época comandada por Manoel Cícero.

A seguir, apresentamos um panorama do ensino de Biblioteconomia no país.

### **3.4.2 O ensino de Biblioteconomia no Brasil**

Diante da carência de Bibliotecários para compor o quadro de funcionários da BN, em 1911 foi criado por Manoel Cícero o primeiro curso de Biblioteconomia do Brasil. No entanto, o curso só iniciou suas atividades em 1915 (MUELLER, 1985; CASTRO, 2000; SOUZA, 2009). Segundo Castro (2002), este curso foi criado sem o devido planejamento curricular, visando suprir as necessidades de pessoal da própria BN, formando profissionais com perfil erudito-guardião.

Souza (2003) observa que a organização do curso da BN considerava a estrutura interna da Biblioteca, desta forma, as disciplinas ofertadas correspondiam as suas seções e a formação de novos Bibliotecários visava garantir o funcionamento da BN. Resultante desta organização, as disciplinas oferecidas eram ministradas pelos chefes de cada seção, um reflexo da organização do curso. As disciplinas que compunham o currículo eram:

- a) Bibliografia;
- b) Paleografia e Diplomática;
- c) Iconografia e;
- d) Numismática (DIAS, 1955; FONSECA, 1979; SOUZA, 2003).

O modelo do curso de Biblioteconomia adotado pela BN teve influência francesa, mais precisamente da École Nationale des Chartes. Sob essa influência, o curso formava Bibliotecários dotados de um perfil humanista, erudito e guardião<sup>11</sup>. De acordo com Fonseca (1979) os conteúdos de teor mais técnico estavam inclusos na disciplina “Bibliografia”.

---

<sup>11</sup> Entendemos que este perfil conservador, preocupado com a guarda dos documentos condiz especificamente com as características da BN, que tem essa função de guarda e preservação do patrimônio histórico e cultural do país. Nas palavras de Oliveira (1983, p. 5), esta é “uma das funções básicas da Biblioteca Nacional, como a guardiã da memória nacional”.

Para ingressar no curso de Biblioteconomia da BN, exigia-se que o candidato fosse graduado em algum curso de humanidades, bem como, passasse por um exame de admissão (FONSECA, 1979; SOUZA, 2003). Castro (2000) e Dias (1955) atentam que para ser Bibliotecário nesta época o candidato deveria possuir ampla cultura geral e humanística, que englobava além de conhecimentos da língua portuguesa, conhecimentos universais e domínio de línguas estrangeiras, aquelas faladas nas Artes, nas Ciências e nas Letras. Podemos deduzir com isso, que para ingressar na Biblioteconomia o candidato precisava ser um grande estudioso, com vasto e variado conhecimento, ou seja, o Bibliotecário “era”<sup>12</sup> um profissional de “alto-nível”. O curso oferecido pela Biblioteca Nacional funcionou até 1922, quando por meio do Regulamento do Museu Histórico Nacional, de 2 de agosto de 1921, foi criado um “Curso *Technico*”, que o substituiu. Este curso, com duração de dois anos, visava formar profissionais para atuarem no Museu Histórico Nacional, na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional (CASTRO, 2000).

Podemos constatar que a grande crítica presente na literatura para o curso oferecido pela BN estava numa formação voltada exclusivamente aos objetivos da instituição em detrimento de uma formação que atendesse as necessidades das demais Bibliotecas existentes no Brasil. Neste sentido, começam a surgir no país outros cursos de Biblioteconomia, com o propósito de atender a demanda dessas outras Bibliotecas.

É **na década de 1930** que o ensino de Biblioteconomia no Brasil, assim como outros setores da sociedade, a exemplo da economia e da política, começa a sofrer a influência norte-americana (SOUZA, 2009). Monteiro Lobato, escritor e influente intelectual da época é apontado como responsável por despertar a atenção dos brasileiros às Bibliotecas dos EUA, onde esteve em 1929. (SOUZA, 2009).

Podemos verificar que neste mesmo ano foi implantado no Instituto Mackenzie de São Paulo um novo curso de Biblioteconomia. Este, com duração de um ano, recebeu influência norte-americana, na qual, predominavam as disciplinas técnicas, como: classificação; catalogação; referência e organização de Bibliotecas (OLIVEIRA, 1983; CASTRO, 2000; SOUZA, 2009). Para ministrar esse curso, diante da

---

<sup>12</sup> Não queremos com isso dizer que o Bibliotecário de hoje não o seja, apenas estamos ressaltando o alto grau de erudição exigido para sua formação na época.

ausência de Bibliotecários com este perfil no Brasil, o Colégio Mackenzie “importou” dos EUA uma profissional, a Ms. Dorothy Murriel Gropp. (CASTRO, 2000; SOUZA, 2009). Também ficou sob a responsabilidade de Gropp a reorganização do acervo da escola, bem como a introdução de novos processos “nos catálogos e na localização dos livros nas estantes” (CASTRO, 2000, p. 65).

Segundo Castro (2000) e Dias (1955) em 1931, por meio do Decreto nº 20.673 de 17 de novembro, a BN volta a oferecer o curso de Biblioteconomia em suas dependências. O curso apresenta uma nova estruturação e passa a ter duração de dois anos. No primeiro ano, eram oferecidas as disciplinas Bibliografia; Paleografia; e Diplomática, já, no segundo ano os alunos estudavam: História Literária; Iconografia e Cartografia (CASTRO, 2000). Podemos notar que não houve grandes mudanças curriculares e o curso ministrado na BN permanece sob a influência francesa, com caráter mais erudito que técnico (SOUZA, 2009; DIAS, 1955). No entanto, segundo Souza (2009) o curso agora admitia pessoas de todo o país que tivessem interesse pela Biblioteconomia e não somente aqueles que integravam o quadro de pessoal da própria BN.

A partir da década de 1930, podemos constatar a crescente influência dos EUA na área da Biblioteconomia e Documentação. Esta nova fase caracterizada pela formação de Bibliotecários predominantemente técnicos substituiu aquele anterior, mais preocupado com as questões culturais, formado até então pela BN. Segundo Oliveira (1983), este ‘novo’ Bibliotecário torna-se um bom técnico, voltado para as atividades técnicas e internas das Bibliotecas, mas despreparado para lidar com as questões culturais e com os usuários.

A **década de 1940** foi relevante para Biblioteconomia Brasileira, nesta década aconteceu a consolidação do modelo norte-americano no Brasil, bem como o surgimento de novas escolas, conforme apresentamos na sequência. Em 1940 um novo curso de Biblioteconomia é implantado no Brasil dirigido por Lydia de Queiroz Sambaquy: o curso do DASP, que assim como o curso do Colégio Mackenzie, é orientado pelo modelo pragmático norte-americano (FONSECA, 1979). Neste mesmo ano a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo incorporou o curso oferecido pelo Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo. Em 1942 é implantado em Salvador o terceiro curso, que foi orientado pela célebre bibliotecária Bernadette Sinay Neves e patrocinado pela Universidade Federal da Bahia.

Nesta década também a Biblioteca Nacional adota o modelo tecnicista dos EUA. Em 1944 o curso da BN dirigido por Josué Montello passa por uma reorganização, na qual, adota um perfil mais pragmático. Já em 1946 quando a BN, sob a direção de Rubens Borba de Moraes, passou pela terceira reforma, aderiu à orientação norte-americana, bem como, ao Sistema de Classificação Decimal de Melvil Dewey (CDD) e do catálogo dicionário (FONSECA, 1979). Em 1945 é criado mais um curso de Biblioteconomia, em Campinas. Em 1947, Porto Alegre passa a ter também este curso e no ano seguinte, Recife também é contemplada com um curso de Biblioteconomia (FONSECA, 1979). Podemos observar, em consonância com Castro (2000), que a década de 1940 foi expressiva para a Biblioteconomia Brasileira. Foi um período de expansão com o surgimento de novas escolas em todo o país. Podemos destacar ainda, a adoção de novas técnicas de organização das bibliotecas e do sistema de classificação universal, a criação do serviço nacional de catalogação cooperativa, além da consolidação do modelo pragmático norte-americano.

A **década de 50** do século XX, por sua vez, também teve acontecimentos importantes para a Biblioteconomia, além da criação de novos cursos (em Minas Gerais, em Pernambuco, no Paraná e no Rio de Janeiro), em 1953 aconteceu o Primeiro Congresso de Bibliotecas do Distrito Federal. No ano seguinte em Recife foi realizado o Primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, posteriormente denominado de Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBBD) hoje, Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. Atualmente este evento desponta como um dos mais expressivos da área (SOUZA, 2009).

O CBBBD surge em um momento histórico de transformações sociais, no qual a sociedade estava passando por um processo de industrialização. No entanto, no entendimento de Souza (2009) este evento buscava principalmente o reconhecimento e garantia do *status* profissional, assim, os esforços desta classe convergiam para tentar incorporar os cursos às universidades, recebendo o título de bacharelado. O autor observa que não havia preocupação com os interesses da população operária, nem tão pouco com as características de cidadãos instalados em localidades afastadas dos centros urbanos.

Por meio do Decreto Federal nº 35.124, foi criado em 1954 na cidade do Rio de Janeiro o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), transformado em Instituto Brasileiro de



Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) no ano de 1976. A criação deste instituto surgiu de uma proposta conjunta da Fundação Getúlio Vargas (tradicional representante da UNESCO no Brasil), do Departamento Administrativo do Serviço Público e do Conselho Nacional de Pesquisas (FONSECA, 1979; KRZYZANOWSKI, 2007; SOUZA, 2009). Segundo Castro (2000) o IBBD teve papel significativo para a Biblioteconomia Brasileira interferindo no ensino e nos eventos e congressos realizados no país, a exemplo da inclusão do termo ‘Documentação’ nos eventos científicos e na nomenclatura de algumas escolas. Krzyzanowski (2007) observa que o IBBD desempenhou importante papel com serviços de cooperação básicos, a exemplo da revitalização do Catálogo Coletivo Nacional (CCN).

Souza (2009, p. 70) faz uma análise detalhada, o que lhe é peculiar e, em seu entendimento a criação do IBBD se deve muito mais a uma imposição estrangeira, com interesses em desenvolver uma infraestrutura básica necessária à industrialização do país, do que aos esforços de Bibliotecários brasileiros. Neste sentido, observa que no decorrer da década de 1950 não houve grandes progressos para a área.

Outro passo relevante, em termos de conquistas profissionais, ocorreu em 1958, quando a classe bibliotecária obtém êxito em suas reivindicações e a profissão é reconhecida pelo Ministério do Trabalho como profissão liberal por meio da Portaria nº 162 de 07 de outubro de 1958.

Podemos deduzir conforme o contexto que neste período a classe bibliotecária estava direcionando sua atenção e seus esforços para questões ‘internas’, buscando a garantia de *status* e reconhecimento diante das autoridades em detrimento de sua função final: o atendimento aos usuários. Não havia preocupação com o acesso à informação e com a construção da cidadania para todos<sup>13</sup>, incluindo as classes menos favorecidas. Em nosso entendimento, a função maior da Biblioteconomia.

Na **década de 1960** podemos observar a criação de mais cursos de Biblioteconomia. Segundo Souza (2009) foram fundados mais nove,

---

<sup>13</sup> Na década de 1950 o país vivia um cenário econômico instável, num primeiro momento o foco era a consolidação da indústria de base, posteriormente, na segunda metade da década passou-se a privilegiar o fortalecimento da produção de bens de consumo duráveis, com destaque para a indústria automobilística (SOUZA, 2009, p 65-66). Neste contexto, a preocupação maior era com a produção industrial em detrimento de questões sociais, esse pensamento parece ter influenciado também a área biblioteconômica.

que resultou ao final da década, num total de 19 cursos de Biblioteconomia em pleno funcionamento nos principais Estados brasileiros. Para a educação bibliotecária podemos destacar a aprovação do primeiro Currículo Mínimo do Curso de Biblioteconomia por meio do Parecer nº 326 de 1962 do Conselho Federal de Educação. Com o Currículo Mínimo ocorreram algumas mudanças: a duração do curso passou a ser de três anos; havia predomínio das disciplinas técnicas na composição do currículo (SOUZA, 2009).

Em termos de conquistas profissionais, podemos ressaltar a sanção da Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a profissão de Bibliotecário e regulamenta o seu exercício profissional. É também neste período que surge a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB). A FEBAB foi criada em 25 de julho de 1959 durante o Segundo Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, no entanto, foi somente em 1961 que tomou posse a primeira Diretoria da Instituição. Seu principal objetivo consiste em “defender e incentivar o desenvolvimento da profissão” (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES, 2012). Além destas conquistas mencionadas, também merecem destaque a criação, em 1963 do Primeiro Código de Ética do Bibliotecário e em 1965 do Conselho Federal de Biblioteconomia (CASTRO, 2000).

O referido autor ressalta que ainda em 1962 a BN passa por uma nova reforma, que resultou na ampliação do tempo do curso de dois para três anos; na inclusão de novas disciplinas no Curso Superior em Biblioteconomia (CSB). No entanto, esta nova “versão” do curso manteve as características da reforma de 1944: permanece o predomínio das disciplinas técnicas (CASTRO, 2000).

Entendemos que a década de 1960 se configura como uma das mais relevantes para a classe bibliotecária, já que foi neste período, que se conquistou o reconhecimento profissional por meio de legislação específica, a Lei nº 4.084 de 1962. No entanto, há que se considerar que a categoria manteve um distanciamento das questões sociais. Podemos atribuir isso ao caráter excessivamente tecnicista característicos da formação destes profissionais. Acreditamos que esse distanciamento esteja, possivelmente, relacionado também com o momento histórico político vivido na época. Período em que se deu no Brasil o Golpe

Militar, tendo assim início a uma longa e dolorosa fase de repressões característicos do autoritarismo ditatorial.

Embora o período da Ditadura Militar tenha acontecido entre 1964 e 1985, as ideias de autoritarismo do Estado tiveram início no período do Governo Vargas. Segundo Leitão (2011, p. 142) com a implantação do Estado Novo, no governo do Presidente Getúlio Vargas, houve controle das produções e manifestações culturais e de novas ideias, com o objetivo de se publicar somente aquilo que era conveniente ao governo. A autora lembra que foi no governo Vargas que teve início ao “uso e abuso de formas violentas de coerção e repressão para coibir e controlar a difusão de ideias e de críticas ao governo, assim como o acesso ao conhecimento e ao saber” (LEITÃO, 2011, p 142).

Incumbido de monitorar a produção Bibliográfica, em 1937 foi criado o Instituto Nacional do Livro e, segundo o governo, era seu dever (do Estado) proteger o livro facilitando sua produção, divulgação, bem como, o de controlar os conteúdos, para que os livros não se tornassem instrumentos do mal. (LEITÃO, 2011). Todas as ações de repressão e controle do governo se refletiram nas bibliotecas e nas escolas. Assim, o governo adotou como estratégia a formação, desde a infância, de cidadãos que tivessem pensamento conveniente ao Estado. Ou seja, o sistema educacional passou a ser entendido como uma possibilidade de adestramento dos indivíduos para serem submissos à nova ordem política (ALMEIDA, 2001, p. 62).

É evidente que muitos Bibliotecários ao contrariar os pressupostos do Estado, ao tentar burlar a censura correram riscos, tanto profissional quanto pessoal. No entanto, o fato é que em períodos como estes as pessoas tendem a “obedecer aos desmandos” políticos buscando se proteger. E isso, acreditamos, pode se refletir na forma de atuação dos profissionais, especialmente daqueles que são alvos da censura.

Já **na década de 1970** podemos observar o surgimento dos cursos de Pós-Graduação no Brasil. O primeiro a ser criado foi o Curso de Mestrado em Ciência da Informação oferecido pelo IBBD (SOUZA, 2009). Segundo Castro (2000) a partir da década de 1970, pode-se notar a estabilização da criação dos cursos de Graduação em Biblioteconomia, em contrapartida se inicia uma expansão dos cursos de Pós-Graduação. Com a criação e consolidação dos cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação podemos observar o fortalecimento e desenvolvimento do corpo teórico-conceitual da área, o que representa uma busca por maturidade a partir de novas abordagens e de uma relação interdisciplinar (CASTRO, 2000).

Também podemos observar que nesta década aconteceram novas discussões acerca do currículo mínimo de Biblioteconomia, essas discussões resultaram numa proposta de um novo currículo encaminhado pela Associação Brasileira das Escolas de Biblioteconomia e Documentação<sup>14</sup> (ABEBD) ao Conselho Federal de Educação (SOUZA, 2009).

Nesta proposta foi recomendado que o curso passasse a ter duração de quatro anos, com disciplinas distribuídas em duas linhas de concentração, a saber: matérias de fundamentação geral e matérias de natureza profissional (SOUZA, 2009). Foi também um período marcado pela expansão das revistas científicas. Na percepção de Souza (2009, p. 117) podemos considerar um “aparecimento tardio” resultante “da pouca reflexão teórica que se fazia sobre os temas da profissão”. Isso reforça o que é bastante evidente na literatura: que o Bibliotecário assumiu uma postura direcionada ao seu fazer técnico, negligenciando, podemos assim dizer, a sua função social e seu papel investigativo.

Dois grandes acontecimentos marcam a **década de 1980**. No cenário internacional, no final da década, acontece a queda do Muro de Berlim e o final da chamada Guerra Fria entre os EUA e a União Soviética. No panorama nacional, encerra-se em 1985 o período marcado pelo autoritarismo da Ditadura Militar.

Em 1982, por meio da Resolução nº 08/82 foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação o novo currículo mínimo para os Cursos de Biblioteconomia ministrados em terras brasileiras. Embora esta aprovação represente mais de uma década de esforço dos professores de Biblioteconomia, o texto aprovado não correspondia à proposta entregue ao CFE. O novo Currículo Mínimo foi aprovado com mudanças propostas pelo relator do processo. Sendo assim, o resultado final não agrudou a classe bibliotecária (SOUZA, 2009).

---

<sup>14</sup> A ABEBD foi uma instituição formal que reúne as Escolas de Biblioteconomia Documentação e Ciência da Informação do Brasil, tem por objetivo o debate das questões inerentes à formação do profissional, do mercado de trabalho e do próprio profissional da informação. (VALENTIM, 2000, p. 9-10). Segundo Souza (2009, p. 91) foi criada num período de turbulência política, mas que optou em não confrontar essas questões, ocupando-se das questões relativas à organização das Escolas de Biblioteconomia e Documentação e ações técnico-burocráticas que envolvem a formação profissional do bibliotecário.

Já na **década de 1990** a novidade foi a criação pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ENANCIB). Este evento surge como um espaço de discussão das pesquisas realizadas na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação, uma oportunidade de reunir os pesquisadores, professores e discentes dos cursos de pós-graduação no Brasil (SOUZA, 2009), oportunizando a troca de experiências e a divulgação das pesquisas realizadas e em andamento no país.

Um dos principais acontecimentos que podemos identificar **na década de 2000** está relacionado a uma reformulação nos currículos dos cursos de Biblioteconomia. Conforme relatam Oliveira, Carvalho e Souza (2009) no início desta década, especificamente em 2001, foram aprovadas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Biblioteconomia. Dentre as competências gerais elencadas, podemos destacar aquelas de caráter mais humanísticas, tais como: compreender e identificar as necessidades informacionais de seus usuários; desenvolver as suas atividades profissionais de forma autônoma e criativa e; estar atento às novas demandas sociais advindas das constantes transformações e inovações tecnológicas (BRASIL, 2001). Reforçando estes aspectos na formação do Bibliotecário, as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2001 (BRASIL, 2001) recomendam que se intensifiquem a adoção de uma perspectiva humanística no planejamento e formulação dos conteúdos a serem lecionados para os futuros Bibliotecários, com intuito de formar profissionais dotados de um perfil que mantenha o equilíbrio entre as disciplinas técnicas e humanísticas.

Diante deste contexto apresentado podemos verificar que a Biblioteconomia no Brasil surge inicialmente para suprir as necessidades da Biblioteca Nacional, sendo nesta primeira fase, orientada pelo modelo francês. Esta influência francesa possibilitou a formação de Bibliotecários com perfil mais humanista do que técnico. Este profissional centrava seus esforços na organização e preservação do acervo da BN. Apesar de possuir uma formação mais humanista, incluindo vasto conhecimento cultural, o Bibliotecário formado pela BN preocupava-se mais com a guarda dos documentos do que em possibilitar o acesso destes aos usuários da Biblioteca.

Podemos observar que em outro momento, mais especificamente a partir da década de 30 do século XX um novo perfil começa a ser adotado na formação dos Bibliotecários. Trata-se do pragmatismo norte-americano, que visava formar profissionais com pleno domínio das técnicas biblioteconômicas. Assim, os currículos destes cursos

implantados no Brasil ao longo das décadas que sucederam a de 1930, priorizavam as disciplinas de teor mais técnico, em detrimento de uma formação erudita.

Com a consolidação do modelo tecnicista norte-americano na formação dos Bibliotecários, este passa a centrar seus esforços no fazer-fazer. Ou seja, interessava o domínio da técnica. No entanto, conforme aponta Castro (2000), este profissional encontrava-se despreparado para lidar com as questões sociais, culturais e econômicas que o cercava, bem como, sem dominar as habilidades necessárias ao atendimento adequado aos usuários das bibliotecas.

Ressaltamos, em nosso entendimento e em consonância com o pensamento de Fonseca (1979), o problema não estava na adoção do modelo tecnicista americano, mas sim no fato de que este modelo foi “importado” sem se considerar as diferenças entre o contexto do Brasil e dos EUA. Conforme lembra Fonseca (1979, p. 36), “quem visita as bibliotecas dos Estados Unidos não sabe o que mais admirar: se o valor das coleções e a significação das iniciativas culturais, ou a perfeição técnica dos processos e correto atendimento dos consultores.” Neste sentido, entendemos que o equívoco da Biblioteconomia Brasileira foi implantar um Currículo sem manter o devido equilíbrio entre a Dimensão Técnica e as demais dimensões que envolvem as questões éticas, políticas e estéticas.

Ao privilegiar o domínio, quase que exclusivo das técnicas, o contexto Biblioteconômico vai ao encontro do raciocínio de Lesgards (1996, p. 10-11), que entende que onde há o predomínio técnico, observa-se uma pressão contemporânea pela constante competitividade em detrimento de uma sensibilidade e de uma capacidade de reagir, de questionar as próprias técnicas e estimular o espírito e o pensamento crítico.

Consideramos que ambas as abordagens, tanto a técnica quanto a humanística ou erudita, são de extrema relevância para a formação do Bibliotecário. A técnica nos remete “a ideia de técnica refere-se [...] a uma atividade eminentemente prática, de caráter objetivo, que se revela na própria ação cotidiana”, no contexto da biblioteconomia, é a técnica que nos permite a correta organização dos acervos, permitindo que se consiga recuperar o documento, a informação necessária de forma rápida e eficaz. (VITORINO; PIANOLA 2011, p. 102). Já a abordagem humanística é aquela que possibilita ao Bibliotecário a

compreensão dos aspectos sociais e humanos, ou seja, é o que aproxima o profissional dos usuários.

É sob a perspectiva humana e social que se destaca o papel educativo do Bibliotecário. Esta função se concretiza quando o Bibliotecário demonstra uma preocupação particular às questões como: democratização do acesso à informação; capacitação dos usuários para o uso crítico da informação; em proporcionar as condições necessárias para que o indivíduo possa refletir, criticar e construir novas ideias e conhecimentos (CAMPELLO, 2009, p. 19). Segundo Campello (2009), o papel educativo do Bibliotecário está fundamentado em três ações: a mediação; o acesso à informação e a atividade colaborativa.

A mediação, segundo a autora, diz respeito a uma postura em que o Bibliotecário se coloca entre dois pontos: de um lado o usuário, inexperiente que precisa adquirir conhecimentos para o uso dos recursos informacionais, de outro lado, a informação registrada e os recursos disponíveis para sua devida recuperação. Neste contexto o Bibliotecário, mediador entre usuário e informação atua na orientação e instrução para que o usuário desenvolva as habilidades necessárias para o uso dos recursos informacionais de forma autônoma.

O acesso à informação envolve mais do que a obtenção ou localização da informação. Para Campello (2009, p. 42), relaciona-se com o acesso intelectual à informação. Implica em proporcionar, por meio do Serviço de Referência, o ensino do funcionamento dos “processos intelectuais mais elaborados, como por exemplo, com a interpretação da informação contida nos recursos informacionais”.

A atividade colaborativa, por sua vez, envolve a interação do Bibliotecário com outros profissionais, por exemplo, no caso das Bibliotecas Escolares e Universitárias, o trabalho conjunto com professores e outros profissionais que integram a equipe pedagógica da instituição.

Entendemos que o perfil ideal do Bibliotecário é alcançado ao se manter o equilíbrio entre ambas as abordagens, técnica e humanística, acreditamos que os primeiros passos foram dados em 2001, com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais rumo ao alcance desta meta. No entanto, podemos deduzir que ainda há um grande percurso a ser trilhado e que os resultados a serem apresentados ao final desta pesquisa podem contribuir para que se realize no país esta formação bibliotecária “equilibrada” que almejamos.

A Estética consiste em uma área de conhecimento da Filosofia, sendo assim, julgamos ser necessária uma abordagem acerca de seus aspectos históricos, pontuando seu surgimento e desenvolvimento no

mundo. Buscamos, no entanto, apresentar o pensamento de alguns filósofos, aqueles que, em nossa percepção, apresentam em suas doutrinas as características estéticas. O que acreditamos nos dará as condições necessárias para, em um segundo momento, analisar a Estética e identificar quais as suas contribuições para o desenvolvimento da Competência Informacional do Bibliotecário. Desta forma, cabe ressaltar que a apresentação da história da Filosofia<sup>15</sup> neste trabalho será realizada de forma sintética, sem uma análise detalhada dos pensamentos e das doutrinas destes filósofos.

### 3.5 A FILOSOFIA NO MUNDO

*A única coisa de que precisamos para nos tornarmos bons filósofos é a capacidade de nos admirarmos com as coisas.*

*Jostein Gaarder*

O termo Filosofia, conforme observam Reale e Antiseri (2003) foi criado por Pitágoras, e significa “amor pela sabedoria”. Para estes autores, a filosofia busca “explicar a totalidade das coisas, ou seja, toda a realidade, sem exclusão de parte ou momentos dela.” (REALE; ANTISERI, 2003, p. 11). Engelmann (2008) observa ainda que os primeiros filósofos buscavam, além da compreensão da origem das coisas, compreender a natureza e seus fenômenos. Para se chegar ao conhecimento da totalidade das coisas e do ser, faz-se necessário descobrir a natureza do primeiro princípio, isto é, do “primeiro ‘por que’ das coisas” (REALE; ANTISERI, 2003). Neste sentido, os primeiros filósofos buscam responder a esta questão.

A Filosofia tem suas origens na Grécia antiga, seu surgimento é marcado pela passagem que se dá do pensamento mítico-religioso, predominante na cultura grega até então, para o pensamento filosófico-científico, isso se deu por volta do século VI a.C. (MARCONDES, 2010; ENGELMANN, 2008). Aranha e Martins (2003) atentam que este acontecimento não ocorreu de forma repentina, mas foi resultado de um longo processo de transformações sociais e culturais ocorridas durante o

---

<sup>15</sup> Entendemos ser pertinente alertar que esta pesquisa está sendo desenvolvida por uma pesquisadora da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação, neste sentido, corremos o risco de apresentarmos uma interpretação acerca da Filosofia mais distante daquela feita por um pesquisador da própria área.



período arcaico – aproximadamente nos séculos VII e VI a.C. – que proporcionaram as condições necessárias ao surgimento do pensamento filosófico, ou seja, dos primeiros filósofos. Segundo as autoras, dentre essas mudanças, podemos destacar o invento da escrita e da moeda, a criação da lei e a estruturação da polis, ou seja, da cidade-estado.

A Filosofia Antiga grega e greco-romana, segundo Reale e Antiseri (2003), vai do século VI a.C. até 529 d.C. e observam que durante esse longo período, é possível identificar várias fases, ou períodos da Filosofia, quais sejam: período Naturalista, também denominado Pré-Socrático; período Humanista, no qual se destacam os Sofistas e Sócrates; o período das grandes sínteses de Platão e Aristóteles; o período das Escolas Helenísticas; o período Religioso, caracterizado pelo renascimento do pensamento platônico; e o período do Pensamento Cristão que busca definir a religião a luz da razão (REALE; ANTISERI, 2003).

Já Engelmann (2008) apresenta uma cronologia acerca da Filosofia da Arte, na qual podemos identificar os aspectos estéticos no pensamento dos filósofos. Ou seja, identifica os filósofos que se dedicaram, mesmo que não exclusivamente, ao estudo da Arte e da Estética. Em seu entendimento, a Filosofia da Arte está dividida em quatro períodos: a Antiguidade Clássica; a Arte Medieval; o Renascimento e a Modernidade. Nesta última, o autor destaca a concepção estética da filosofia alemã.

Consideramos a cronologia apresentada por Engelmann (2008) pertinente ao nosso estudo, já que buscamos destacar as concepções estéticas no pensamento filosófico ao longo da história da filosofia no mundo. Sobre isto, discorreremos na sequência.

### **3.5.1 A filosofia da antiguidade clássica**

O pensamento filosófico entre os séculos V e IV a.C. é identificado como período da Filosofia Clássica. Segundo Aranha e Martins (2003) é caracterizado como o auge da civilização grega, especialmente nas dimensões política e artística. Neste período, destacam-se os filósofos Sócrates, Platão e Aristóteles.

Marcondes (2010) pondera que o pensamento **socrático** é um marco para a filosofia, dando início ao período da filosofia clássica. No entendimento deste autor, é com a filosofia socrática que se tem a passagem da filosofia centrada na natureza, na *physis*, para a concepção filosófica centrada no homem, ou seja, nas questões éticas e políticas.

Embora não estejam em foco neste texto, cabe lembrar que contemporâneos de Sócrates, os Sofistas também centram seus interesses nas questões que envolvem a ética, a política, a educação, ou seja, nas questões do homem enquanto membro de uma sociedade, no entanto, não partilham da filosofia socrática (ARANHA; MARTINS, 2003; REALE; ANTISERI, 2003; MARCONDES, 2010).

**Sócrates** (470-399 a.C.) nasceu em Atenas e foi condenado a morte, sob a acusação de “impiedade”, por não crer nos deuses da cidade e por corromper os jovens com suas doutrinas (REALE; ANTISERI, 2003). Não fundou nenhuma escola, assim como, não escreveu suas doutrinas. Seus ensinamentos eram transmitidos por meio de diálogos, em locais públicos como praças e ginásios. Assim, devemos principalmente a Platão e a Xenofonte, seus discípulos, os registros dos ensinamentos do mestre, fazendo com que a filosofia socrática não se perdesse e fosse transmitida às gerações futuras (ARANHA; MARTINS, 2003; MARCONDES, 2010).

Marcondes (2010) entende que a filosofia socrática se caracteriza pelo método de análise conceitual. Segundo o autor, com essa metodologia Sócrates se apresenta como leigo e no decorrer do diálogo levanta questionamentos acerca do conhecimento comum, das crenças e opiniões, derrubando assim a tese de seu oponente, fazendo-o reconhecer a própria “ignorância”. Desta forma, Sócrates mostra que frequentemente não sabemos aquilo que pensamos saber. Em um segundo momento, os questionamentos tentam reconstruir um conceito, buscando o saber, por meio da reflexão. Para Sócrates, reconhecer a própria ignorância é o primeiro passo em busca da sabedoria (MARCONDES, 2010).

Para Marcondes (2010, p. 47), na concepção socrática a compreensão das coisas resulta da reflexão do próprio indivíduo, “que descobrirá, a partir de sua experiência, o sentido daquilo que busca.” Em consonância com Marcondes (2010, p. 47), entendemos que essa compreensão consiste em um exercício intelectual, reflexivo que faz emergir das experiências individuais o verdadeiro conhecimento. Aqui podemos identificar características estéticas no pensamento de Sócrates.

**Platão** (428-347 a.C.) nasceu e viveu em Atenas, onde fundou a escola denominada Academia, localizada nos arredores da cidade, no ginásio de Academos. Segundo Reale e Antiseri (2003) seu verdadeiro nome era Arístocles e o nome Platão é apelido, que derivou de suas características físicas e de seu estilo. De acordo com estes autores,

Platão viveu em um período de transformação cultural caracterizada pelo conflito entre a oralidade e a escrita. Neste sentido, Platão buscou conciliar as duas formas, registrando em documentos partes de seus ensinamentos. No entanto, recusara-se a escrever sobre temas mais complexos, a exemplo de sua filosofia acerca do Bem – “a mais alta em perfeição e a mais geral de todas: os seres e as coisas não existem se não enquanto participam do Bem. E o Bem supremo é também a Suprema Beleza” (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 122) – pois acreditava que estes ensinamentos só podiam ser transmitidos após várias discussões sobre o assunto, de convívio e de preparação adequada (REALE; ANTISERI, 2003).

Platão foi um dos principais discípulos de Sócrates, embora, em alguns aspectos não compartilhasse da filosofia socrática. Por exemplo, enquanto Sócrates acreditava ser possível chegar ao conhecimento verdadeiro por meio da reflexão partindo de nosso conhecimento e experiências individuais, Platão advoga em sua *metafísica*<sup>16</sup> que para se alcançar o conhecimento supremo, verdadeiro, à natureza das coisas em seu sentido eterno e imutável, é necessário transcender às nossas experiências e ao nosso conhecimento sensível (MARCONDES, 2010).

Segundo Marcondes (2010), Platão, assim como seu mestre Sócrates, centra sua filosofia em questões voltadas a dimensão ética e política. Desta forma, Platão assume uma postura negativa em relação à arte e a beleza. Para ele a poesia se constitui numa ilusão que confunde a mente; a pintura e a escultura são meras cópias da coisa real (HERWITZ, 2010). A beleza na filosofia platônica se encerra no conhecimento e no Bem, pois estes, no entendimento do filósofo, compreendem a verdadeira realidade das coisas (MARCONDES, 2010).

De acordo com Aranha e Martins (2003), partindo do “mito das cavernas” – livro VII de “A República” – Platão distingue duas formas de conhecimento: o sensível e o intelectual. O mundo sensível, dos fenômenos é aquele em que percebemos as coisas pelos sentidos, é o mundo de multiplicidades e de ilusões. Superior a este, há o mundo inteligível, das ideias, das essências imutáveis, que se torna acessível ao homem por meio da contemplação e pela correção ou purificação dos enganos do conhecimento sensível (ARANHA; MARTINS, 2003; REALE; ANTISERI, 2003). Platão defende, portanto, que “os sentidos confundem certas qualidades dos objetos, as quais precisam ser distinguidas pela inteligência” (PLATÃO, 2011, p. 292).

---

<sup>16</sup> Para Reale e Antiseri (2003, p. 132), Platão é o fundador da metafísica.

Outro filósofo que se destacou no período da filosofia clássica foi **Aristóteles** (384-322 a.C.). Nascido em Estágira, mudou-se para Atenas aos dezoito anos, ingressando em seguida na Academia de Platão, de quem tornou-se amigo e notável discípulo, no entanto, sua filosofia divergia da de seu mestre em alguns aspectos (ARANHA; MARTINS, 2003; REALE; ANTISERI, 2003; MARCONDES, 2010). Segundo estes autores, após a morte de seu mestre Aristóteles afasta-se da Academia e funda a própria escola, o Liceu. Elabora ainda a sua própria filosofia, tendo como ponto de partida a crítica à filosofia de Platão. Assim, Aristóteles rejeita a concepção platônica do mundo das ideias separadas em duas dimensões: o mundo sensível e o mundo inteligível (ARANHA; MARTINS, 2003).

Para Aristóteles a metafísica, por ele denominada de filosofia primeira, se constitui em uma ciência elevada, pois está desvinculada das necessidades materiais dos indivíduos, ou seja, esta ciência é aquela que se ocupa das necessidades espirituais. Estas, por sua vez, surgem quando às necessidades físicas estão saciadas, o que implica dizer, é a busca pelo conhecimento verdadeiro, pelos “porquês”, consiste em um exame profundo do ser e suas propriedades. (REALE; ANTISERI, 2003).

Segundo a metafísica Aristotélica, para apreendermos o conhecimento verdadeiro, a filosofia primeira, é necessário o conhecimento sensível. Pois considera que é a partir deste, das reflexões advindas de nosso conhecimento sensitivo é que partimos em busca das causas fundamentais e universais, ou seja, da metafísica (ARANHA; MARTINS, 2003).

Podemos, portanto, identificar no pensamento destes três filósofos da antiguidade características da estética. Sócrates defende em sua filosofia que é possível se chegar ao verdadeiro conhecimento por meio de reflexões acuradas de nossas experiências, questionando aquilo que entendemos por certo, encontrando novas respostas, novos conceitos.

Platão, por sua vez, reconhece a existência do conhecimento adquirido por meio das experiências e percepções, mas julga esse conhecimento falacioso, ilusório. O filósofo acredita que para se chegar à dimensão do conhecimento das essências imutáveis é necessário transcender, superar o mundo sensível.

Já Aristóteles, contrariando a filosofia de seu mestre – Platão –, argumenta em sua teoria que não é possível a existência de duas

dimensões distintas, a do mundo sensível e a do mundo das ideias. Para Aristóteles há somente uma dimensão, e para se chegar ao conhecimento supremo, precisamos do conhecimento sensível, é partir dele que buscamos descobrir o que há de mais essencial, de mais fundamental no ser e nas coisas.

### **3.5.2 A Filosofia no período Medieval**

A Idade Média ou Período Medieval abrange aproximadamente 1000 anos. Segundo Marcondes (2010) vai do século IV-V a.C. com o final do Helenismo, até o século XV-XVI, quando se inicia o Renascimento. Para Aranha e Martins (2003), podemos considerar como marco inicial deste período a queda do Império Romano, já a tomada de Constantinopla pelos turcos sinaliza o seu final.

Caracteriza-se por ter sido um momento da história em que a cultura grega é substituída pela cultura cristã, que por sua vez, passa a predominar durante todo o período. Neste sentido, a igreja católica assume papel relevante na sociedade, influenciando – podemos dizer, até mesmo, determinando – o comportamento espiritual/religioso e político dos indivíduos (MARCONDES, 2010; ARANHA; MARTINS, 2003). Segundo Aranha e Martins (2003, p. 171), partindo da máxima “crer para compreender, e compreender para crer”, foi uma época em que se buscava o equilíbrio entre a fé e a razão. No entanto, a razão torna-se auxiliar da fé, subordinando-se a ela.

Segundo Engelmann (2008), é também uma fase da história em que o desenvolvimento da sociedade esteve limitado, pois, o raciocínio e a reflexão acerca dos fatos ou das coisas eram considerados pecado. Há que se ressaltar ainda, que foi o período de constituição do sistema feudal, caracterizado pela economia rural, enfraquecimento comercial e pelas relações de vassalagem (ARANHA; MARTINS, 2003; FARIA, 2007). Esta limitação cognitiva, mencionada por Engelmann (2008), pode ser entendida também como um reflexo da cultura educacional da época, na qual o ensino das letras, ou seja, a alfabetização era um privilégio exclusivo dos monges, estando os demais indivíduos, inclusive àqueles da nobreza, excluídos (ARANHA; MARTINS, 2003).

Marcondes (2010, p. 105) observa que, embora a Idade Média seja caracterizada como um período obscuro e pelas diversas restrições políticas, culturais e educacionais que marcaram a época, se considerarmos “a arte gótica com suas catedrais, a poesia lírica dos trovadores”, a originalidade no pensamento de filósofos como Pedro

Abelardo, São Tomás de Aquino e Guilherme de Ockham, essa concepção acerca deste período se mostra bastante equivocada.

Segundo Marcondes (2010), o Período Medieval pode ser dividido em dois períodos: o primeiro compreende a fase inicial, com a queda do Império Romano e vai até aproximadamente o século IX-X. Já a segunda fase corresponde ao período que abrange do século XI ao XV-XVI, aproximadamente. Neste período se destaca o desenvolvimento da escolástica e pela produção filosófica em virtude da criação das universidades.

Cabe destacar o período que compreende o final da Idade Média e início da Idade Moderna, também conhecido como Renascimento. Podemos afirmar, em consonância com Aranha e Martins (2003, p. 177) que uma das características do Renascimento se constitui principalmente na cisão à obediência cega ao Clero. É o período em que as pessoas começam a questionar o poder da Igreja, passando a se enxergar como indivíduo capaz de “discernir, distinguir e comparar” (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 177), e pelo uso da razão chegar às próprias conclusões e ao conhecimento. A título de conhecimento, lembramos que o filósofo Guilherme de Ockham (1280/87-1347) desponta como um dos principais pensadores do período. Sua filosofia introduz a ideia de separação entre o poder espiritual, de responsabilidade do Papa, e o poder político, ao cargo do Imperador (MARCONDES, 2010, p. 133). Essa concepção se fortalece na Idade Moderna, conforme veremos adiante.

Retomando a discussão acerca da Idade Média, em virtude da amplitude de tempo que compreendeu este período histórico, e considerando que há um número significativo de filósofos<sup>17</sup>, apresentamos na sequência, uma síntese do pensamento de dois filósofos que, segundo a literatura consultada, se destacaram na Idade Média, são eles: Santo Agostinho e São Tomás de Aquino.

**Santo Agostinho (354-430)**, embora seja considerado um filósofo da Idade Média, viveu no final da Antiguidade e sua filosofia teve forte influência no Período Medieval (ARANHA; MARTINS,

---

<sup>17</sup> Apresentamos nos Apêndices A; B; C; D e E os filósofos que, segundo os autores consultados, pertencem ao Período Medieval. Destacamos que, para melhor visualização, decidimos listar conforme apresentado pelos autores, já que, em virtude da quantidade de filósofos a literatura costuma relacionar aqueles considerados mais relevantes para cada estudo. Desta forma, em cada Apêndice estão os filósofos medievais mencionados por cada autor.

2003; MARCONDES, 2010). Foi bispo de Hipona, cidade localizada ao norte da África. Santo Agostinho ao desenvolver a sua filosofia, baseia-se no pensamento platônico, adotando desta forma, a ideia de dois mundos, o sensível e o das ideias. No entanto, no entendimento de Santo Agostinho, há o mundo sensível e o mundo das ideias divinas. Sob essa concepção, o filósofo advoga em sua teoria da iluminação que o conhecimento verdadeiro, supremo, é dado ao homem por Deus, que “ilumina a razão e torna possível o pensar correto” (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 125).

Neste sentido, Santo Agostinho entende que o conhecimento não se dá inteiramente por meio das experiências e da apreensão sensível das coisas, já que para o filósofo a sensação se constitui no primeiro degrau do conhecimento. Defende ainda que a verdade das coisas se abriga no interior da alma humana, portanto, é possível descobri-la quando o homem olha para si, para o seu interior, buscando-a com os sentidos da alma (MARCONDES, 2010; REALE; ANTISERI, 1990).

Segundo Reale e Antiseri (1990), Santo Agostinho configura-se no maior filósofo do período Patrística (filosofia cristã desenvolvida pelos padres) e o mais influente teólogo da Igreja Católica. “A sua influência se estendeu não só ao domínio da filosofia, da dogmática, da teologia moral e da mística, mas também à vida social e caritativa, à política eclesiástica e ao direito público”. Assim, podemos afirmar, concordando com os autores, que Santo Agostinho é o grande representante da “cultura ocidental na Idade Média” (REALE; ANTISERI, 1990. p. 434).

**São Tomás de Aquino (1224-1274)** viveu em um momento em que se iniciavam algumas transformações na sociedade medieval. O sistema feudal começava a perder força e tem-se início às atividades artesanais e comerciais, marcando, portanto, uma nova ordem social e econômica (MARCONDES, 2010). Segundo Marcondes (2010), nesse contexto, o campo filosófico também se modifica, e o pensamento escolástico se desenvolve fortemente em decorrência, principalmente, de dois fatores: a criação das universidades e das ordens religiosas dos franciscanos e dos dominicanos.

São Tomás de Aquino é considerado o mais importante filósofo da Idade Média, dotado de grande criatividade e originalidade. Com base na filosofia aristotélica, desenvolveu seu próprio pensamento, estruturado de forma sistemática, abordando várias questões filosóficas e teológicas relevantes de sua época (MARCONDES, 2010).

Conforme relata Marcondes (2010) Tomás de Aquino nasceu em Nápoles, era de origem nobre, e ingressou a contragosto da família para

a ordem dos dominicanos. Lecionou em várias universidades, onde iniciou o desenvolvimento de suas obras. Ainda de acordo com Marcondes (2010), por adotar o pensamento aristotélico, foi inicialmente censurado pela Igreja. No entanto, posteriormente, a igreja reconhece a relevância da filosofia de Aquino e no período da contrarreforma, em 1567, é declarado doutor da Igreja pelo Concílio de Trento (MARCONDES, 2010).

Segundo Aranha e Martins (2003, p. 126; 171) ao resgatar a filosofia aristotélica, Tomás de Aquino adapta-a as concepções cristãs, mostrando a compatibilidade entre elas. Neste sentido, o filósofo defende a fé como elemento de conhecimento, no entanto, não ignora o conhecimento natural ou sensitivo neste processo. Reconhecendo desta forma os elementos estéticos na filosofia de Aristóteles, considerando os sentidos – a apreensão das coisas pelas nossas percepções - na construção do conhecimento (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 126). Conforme relatam Aranha e Martins (2003, p. 171), para Aquino, nesta relação entre a fé e a razão, a fé está acima da razão e a filosofia a serviço da teologia.

Assim, podemos inferir que na concepção de São Tomás de Aquino a fé se constitui em uma forma de conhecer, e é confirmada pelo uso da razão, pelo intelecto humano.

### **3.5.3 A Filosofia na Idade Moderna**

A Idade Moderna marca o início de uma nova forma de pensar e refletir sobre o mundo, sobre o homem e sobre as verdades fundamentais. Essa nova filosofia, que vai aproximadamente do século XV até o século XVIII, difere daquela do período anterior, o Medieval. Segundo Marcondes (2010) a Idade Moderna tem como características alguns acontecimentos que marcaram a história, como a descoberta das Américas, então denominado Novo Mundo; o crescimento de núcleos urbanos; o desenvolvimento de novas atividades econômicas ligadas principalmente à indústria e ao comércio. Segundo o autor, a Idade Moderna surge no contexto do Humanismo Renascentista, o qual podemos dizer, é um período de transição que marca a cisão do pensamento medieval para uma filosofia moderna. Outros acontecimentos históricos deste período merecem destaque: reforma protestante; a revolução científica e o renascimento do ceticismo (MARCONDES, 2010, p. 162).



Já Reale e Antiseri (1990, p. 32), defendem que o Renascimento pode ser considerado como uma época diversa, ou seja, diferente da Idade Média. No entanto, para os autores, o início da Idade Moderna pode ser atribuído à revolução científica, mais especificamente, na figura de Galileu.

No entendimento de Aranha e Martins (2003, p. 130) na Filosofia Moderna, ao contrário do que se aceitava no Período Medieval, as reflexões filosóficas buscam “no *sujeito* a questão do conhecimento”. Para as autoras, a filosofia na Idade Moderna nasce com René Descartes (1596-1650), considerado “o pai da filosofia moderna” e notam que na evolução de seu pensamento filosófico, Descartes valorizou a razão, o entendimento e o intelecto. Como resultado, desenvolveu a sua teoria do *cogito*, na qual define o homem como um ser pensante (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 132).

Podemos observar que há duas correntes filosóficas neste período: o Racionalismo e o Empirismo, ambas se consolidam no século XVII e influenciam a filosofia moderna até o século XVIII, quando Kant – ainda no período moderno –, com sua filosofia crítica busca superar o duelo entre o empirismo e racionalismo (ARANHA; MARTINS, 2003; MARCONDES, 2010).

O Racionalismo é a linha de pensamento que enfatiza a razão no processo do conhecimento, considera a existência de ideias inatas<sup>18</sup> e entendem que há sempre a possibilidade de se justificar ou fundamentar de forma definitiva nossas teorias (MARCONDES, 2010). Cabe ressaltar que, segundo Marcondes (2010, p. 192) o racionalismo tem como marco referencial a filosofia de René Descartes, embora nem sempre concorde com ela.

A outra linha de pensamento, a Empirista, rejeita a noção de ideias inatas. O Empirismo toma como critério para o desenvolvimento do conhecimento as experiências dos indivíduos. Sob esta concepção, os empiristas defendem que “todo conhecimento resulta de uma base empírica, de percepções ou impressões sensíveis sobre o real, elaborando-se e desenvolvendo-se a partir desses dados” (MARCONDES, 2010, p. 181).

---

<sup>18</sup> O termo “ideias inatas” significa um conhecimento que não é adquirido com a experiência ou por meio da experiência. “Para Descartes algumas ideias são inatas como a ‘capacidade de pensar e de compreender as essências verdadeiras, imutáveis e eterna das coisas’”. (ABBAGNANO, 2007, p. 630)

São vários os filósofos do período moderno<sup>19</sup>, no entanto, vamos citar aqui, aqueles que se destacaram em uma área específica da filosofia: a Estética. No decorrer desta pesquisa, pudemos notar que alguns filósofos se sobressaem nos estudos sobre estética, a saber: Alexander Gottlieb Baumgarten (1714-1762); Immanuel Kant (1724-1804); Schelling (1775-1854); Hegel (1770-1831); Friedrich Schiller (1759-1805). No entanto, não iremos, neste momento discorrer sobre o pensamento filosófico destes intelectuais. Ante a impossibilidade de aprofundarmos as leituras dos textos de todos estes filósofos mencionados, apresentaremos na seção 4.1 desta dissertação o pensamento de: Baumgarten, Kant e Hegel, os quais apresentam maior vínculo com as ideias tratadas nesta pesquisa.

### 3.5.4 A Filosofia Contemporânea

A Filosofia Contemporânea, também conhecida como Pós-Moderna se inicia no século XIX e prossegue até nossos dias. Segundo Marcondes (2010), o período contemporâneo pode ser dividido em dois grandes grupos de filósofos: “herdeiros da modernidade” e “pós-modernismo”. Segundo o autor, entre os filósofos que compõe o grupo “herdeiros da modernidade” estão os adeptos às correntes filosóficas da fenomenologia; do existencialismo; da filosofia analítica e da escola de Frankfurt. O segundo grupo é composto por Martin Heidegger (1889-1976); Ludwig Wittgenstein (1889-1951) e pelo pensamento pós-moderno que segue o modelo do estruturalismo.

#### a) A Fenomenologia

Segundo Marcondes (2010, p. 261), a fenomenologia surgiu no final do século XIX e se consolidou na França e na Alemanha, vindo posteriormente a se tornar uma das principais linhas do pensamento filosófico do século XX. Edmund Husserl (1859-1958) é considerado o principal filósofo da fenomenologia (MARCONDES, 2010; ARANHA; MARTINS, 2003; REALE; ANTISERI, 1991).

A fenomenologia consiste na “noção de *intencionalidade*”, ou seja, nessa linha filosófica, toda consciência é intencional, contrapondo-se à filosofia positivista que se concentra na concepção objetiva do

---

<sup>19</sup> Ver o apêndice “A” desta dissertação.

mundo (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 150; REALE; ANTISERI, 1991, p. 556). Marcondes (2010, p. 262) observa que a fenomenologia de Husserl se orienta para “a análise das **essências**, entendidas como unidades ideais de significação, como elementos constitutivos do sentido de nossa experiência”. Sob esta perspectiva Reale e Antiseri (1991, p. 554) atentam que a fenomenologia não se interessa pelos fatos, mas pela essência destes e, para melhor compreensão exemplificam: para o filósofo da fenomenologia não interessa analisar e compreender uma norma moral ou ética, mas sim, em analisar porque ela é moral e não jurídica ou comportamental. Aranha e Martins (2003, p. 150) afirmam que “a fenomenologia é uma filosofia da vivência”, pois se ocupa em descrever a realidade do ponto de vista de quem vivencia, das experiências individuais, por meio das reflexões do próprio ser humano que busca compreender as próprias experiências.

## **b) O Existencialismo**

Destacam-se como precursores do existencialismo Sören Kierkegaard (1813-1885) e Friedrich Nietzsche (1844-1900), segundo Aranha e Martins (2003, p. 148) o pensamento destes dois filósofos influenciou a filosofia no século XX. É também no século XX que se sobressai a filosofia existencialista de Jean-Paul Sartre (1905-1980), que conforme pondera Marcondes (2010, p. 263) tem as suas origens na fenomenologia da consciência intencional. O existencialismo, uma das mais marcantes correntes filosóficas contemporâneas, se consolidou em terras europeias por volta de meados do século XX, após a Primeira Guerra Mundial (REALE; ANTISERI, 1991, p. 593).

Podemos dizer que no existencialismo o homem é percebido como um ser existente e responsável por seu destino. Esse entendimento fica evidente no pensamento de Sartre, na obra “O ser e o nada” na qual o filósofo

caracteriza o homem como o ser que se define por uma autoconsciência em que existir e refletir são o mesmo, que se define portanto por sua própria consciência. [...] O homem não tem portanto uma essência determinada, mas ele se faz em sua existência. (MARCONDES, 2010, p. 263).

Silva (2009, p. 107) também destaca essa concepção na filosofia de Sartre ao defender que o homem primeiro existe, sem nele haver uma essência que determine esta existência. Portanto, segundo o autor, a existência não se constitui numa explicitação da essência humana, mas

se caracteriza pelo processo de construção do ser, do que o homem se tornará.

### c) Filosofia Analítica

A filosofia analítica tem suas origens em duas escolas inglesas: a escola de Cambridge e a escola de Oxford. Essa linha filosófica é também conhecida como filosofia da linguagem. Segundo Aranha e Martins (2003, p. 152), nesta linha o foco deixa de ser a relação homem e objeto e passa a ser a linguagem, ou seja, em consonância com Marcondes (2010, p. 265), os problemas filosóficos devem ser apreciados e resolvidos por meio da “análise lógica da linguagem”. Segundo Reale e Antiseri (1991, p. 670) na filosofia analítica não há um corpus teórico único, nem concordância quanto aos resultados obtidos. Para os autores a consonância está na essência da filosofia analítica, um tipo de ocupação, de estudo sobre a língua **que possibilite a compreensão das coisas por meio da linguagem**, que nos permita observar o mundo de forma clara e profunda.

Em Cambridge, no entendimento de Reale e Antiseri (1991, p. 671) havia certo consenso entre os filósofos: estes defendiam que “a Filosofia é análise a clarificação da linguagem e, portanto, do pensamento”. Essa afirmação expressa o entendimento de que o pensamento do homem é externalizado por meio da linguagem, dos conceitos e das representações mentais.

Já na escola de Oxford o movimento analítico foi mais forte. Embora não com o mesmo olhar da escola de Cambridge, em Oxford o problema da filosofia também estava direcionado aos estudos da linguagem. Conforme destacam Reale e Antiseri (1991, p. 673), um dos filósofos de maior destaque desta escola, G. Ryle, defende que a função do filósofo consiste no estudo da linguagem, no intuito de identificar, corrigir e prevenir as falhas (aqueles equívocos) em atribuir um conceito a um grupo do qual não é integrante, mas que apresenta semelhanças gramaticais e não de significado. Para Ryle, ao concentrar seus esforços na linguagem, os filósofos devem atentar-se a linguagem comum, que em sua percepção é rica em significados (REALE; ANTISERI, 1991, p. 673).

Aranha e Martins (2003, p. 152) observam que ao considerar o conhecimento por meio de conceitos linguísticos, a filosofia analítica se utiliza de outras correntes filosóficas em seu processo analítico, dentre

elas: a lógica matemática ou simbólica; a semiótica; o positivismo lógico, neopositivismo ou empirismo lógico e o estruturalismo linguístico.

#### **d) A Filosofia da escola de Frankfurt**

A Escola de Frankfurt foi fundada em 1923 com o nome de Instituto para a Pesquisa Social. A filosofia de Frankfurt, também conhecida como “Filosofia Crítica” tem por objetivo compreender a sociedade em sua totalidade, assim, ocupou-se em desenvolver uma teoria crítica acerca da sociedade industrial (REALE; ANTISERI, 1991, p. 839). Segundo os autores, essa teoria crítica intenta uma transformação racional da sociedade, considerando o homem em sua totalidade, ou seja, contemplando todos os aspectos que o envolve: a liberdade, a criatividade, o desenvolvimento colaborativo e solidário. Segundo Aranha e Martins (2003, p. 150), os principais representantes da Escola de Frankfurt são os filósofos: Teodor Adorno; Marx Horkheimer; Herbert Marcuse e Walter Benjamin.

Marcondes (2010, p. 268) observa que os filósofos da teoria Crítica defendem uma diferenciação na metodologia aplicada às Ciências naturais e às Ciências Humanas e Sociais, pois entendem que ambas possuem características e objetivos diferentes. O autor ressalta ainda que, as Ciências Humanas e Sociais objetivam compreender a sociedade e a cultura do homem, de tal forma que lhe possibilite a sua libertação do controle e dominação da sociedade industrial, que permita a sua emancipação enquanto ser.

#### **e) A Filosofia de Martin Heidegger**

Heidegger (1889-1976) foi um filósofo revolucionário, em seu pensamento filosófico desenvolveu uma intensa crítica ao pensamento filosófico tradicional e da metafísica ocidental (MARCONDES, 2010, p. 270). Heidegger em sua compreensão da metafísica entende que para encontrar a verdade o homem precisa resgatar a ontologia, ou seja, o homem precisa buscar pelo sentido do ser (MARCONDES, 2010, p. 270). Segundo observa Marcondes (2010, p. 271) para Heidegger, na filosofia platônica o termo verdade passa a ser definido como uma adequação do pensamento a alguma coisa, perdendo seu sentido original, que em sua origem grega *alétheia* significa a revelação do ser.

Outra questão essencial na filosofia de Heidegger é a temporalidade. O filósofo destaca em seu pensamento que o tempo é a estrutura essencial do ser. Pois atenta que o ser está inegavelmente vinculado ao tempo. O futuro se configura como as possibilidades do homem. Para seu desenvolvimento e crescimento intelectual está dependente da sua memória, ou seja, do passado. E como presença, o homem está vinculado ao agora, ao presente (STEIN, 2008; MARCONDES, 2010).

### **f) A Filosofia de Ludwig Wittgenstein**

A filosofia de Wittgenstein (1889-1951) parte da ideia, presente também na filosofia de Frege e na de Russel, de que o conhecimento humano está fundamentado na lógica e não na epistemologia (MARCONDES, 2008; 2010). Conforme destaca Marcondes (2008, p. 314; 2010, p. 273) em sua obra “*Tractatus*” Wittgenstein defende que a “forma gramatical e a forma lógica da linguagem não coincidem.” E afirma que muitos problemas relacionados à metafísica resultam da incompreensão da língua.

Para o filósofo austríaco, a “linguagem disfarça o pensamento”, em outras palavras, implica dizer que não é possível traduzir por meio da linguagem aquilo que de fato está no intelecto, no pensamento. Assim, Wittgenstein defende que a função da filosofia é fazer uma análise da linguagem de tal forma que permita conhecer sua forma e sua relação com os fatos (MARCONDES, 2008; 2010). Desta forma, define a filosofia como uma atividade com objetivo de esclarecer a lógica dos pensamentos, e não de apresentar proposições filosóficas, que em seu entendimento, seriam sem sentido lógico.

### **g) Pós-modernismo ou Estruturalismo**

A filosofia do período pós-moderno ou estruturalista surgiu no final do século XX, desenvolvida pelo linguista Ferdinand de Saussure (1857-1913). Conforme observa Marcondes (2010, p. 276), o estruturalismo tem como base para sua metodologia e sua construção teórica a ideia de estrutura, de um sistema no qual as relações estão definidas por regras e princípios básicos que estabelecem as conexões, a integração das partes com o todo. Na concepção de Reale e Antiseri (1991, p. 941), em linhas gerais, podemos afirmar que as estruturas se

constituem em um conjunto de leis e regras que definem as relações entre as coisas ou elementos.

Para Marcondes (2010, p. 276) o estruturalismo pode ser caracterizado como uma metodologia de análise das relações de significação por meio do estudo das regras e princípios existentes em um sistema. Michel Foucault (1926-1984); Guilles Deleuze (1925-1995) e Jean-François Lyotard (1924-1998) estão entre os filósofos que, na percepção de Marcondes (2010) se destacam no pensamento pós-moderno. O pensamento pós-moderno busca superar as características e pressupostos existentes na filosofia moderna. Neste sentido, na filosofia pós-moderna os valores estéticos, como “a criatividade, a inspiração e o sentimento” ganham destaque na sociedade dotado de caráter científico e político (MARCONDES, 2010, p. 278).

Considerando o contexto histórico da filosofia, podemos identificar características estéticas no pensamento de vários filósofos, desde o período da Filosofia Antiga até nossos dias. Apresentaremos na seção 4.1 desta pesquisa a *Estética* como um campo de estudos da filosofia, no intuito de identificar e apresentar as contribuições da Estética para o desenvolvimento da Competência Informacional do Bibliotecário.





## 4 FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL

Para que possamos dar seguimento ao desenvolvimento deste trabalho, entendemos ser necessário apresentarmos a fundamentação conceitual, que consiste na seção do trabalho em que são expostos os conceitos mais significativos sobre a temática estudada. Estes conceitos são os elementos essenciais que nos permitem compreender o real significado do estudo e suas implicações na sociedade. Entendemos ser por meio dos conceitos e das definições apresentadas que poderemos aprimorar as reflexões sobre a formação do Bibliotecário, o que nos permitirá construir a caracterização da Dimensão Estética da Competência Informacional deste profissional. Sob esta percepção, apresentamos no decorrer desta seção os elementos conceituais resgatados no pensamento filosófico sobre a Estética, bem como, aqueles que sob a perspectiva da Ciência da Informação e da Educação tratam da Competência Informacional.

### 4.1 A ESTÉTICA EM SUA CONCEPÇÃO FILÓSOFICA

*Fazer Estética não é adaptar-se ao mundo como ele é. É mostrar o que pode fazer sentido, o que põe em crise os significados e as práticas, através da reflexão sobre o imprevisível, o imponderável, o complexo e o incalculável.*

*Marly Ribeiro Meira*

Conforme apresentamos na seção 3.5, na qual conhecemos o contexto do surgimento e formação do pensamento filosófico no mundo, as características Estéticas já se faziam presentes nas reflexões dos filósofos nos períodos que marcam a história da Filosofia. Essas características encontradas estavam associadas à arte e também à forma de se adquirir conhecimentos por meio das vivências e experiências de cada um. No entanto, a utilização do termo “Estética” surgiu pela primeira vez em 1750 na obra “*Aesthetica*” de autoria do filósofo “Alexander Gottlieb Baumgarten”. (ABBAGNANO, 2007; REICHER, 2009; HERWITZ, 2010, HEGEL, 2009). Hegel (2009, p. 13) pontua que na obra, Baumgarten fez desabrochar a Estética como a “ciência das sensações”, ou “teoria do belo”, ao apresentar as suas inferências sobre a arte e o poema. Na concepção de Baumgarten a Estética se constituiu numa Ciência do Conhecimento Sensitivo (BAUMGARTEN, 1993, p. 95).

Assim, podemos observar que a Estética como uma área de estudos filosóficos surge vinculada à Filosofia da Arte, já que Baumgarten se dedicava ao estudo da poesia da arte.

Por estar relacionada ao belo e, conseqüentemente aos caprichos do gosto, a Filosofia da Arte enfrentou, e ainda enfrenta algumas objeções ou resistências por parte de alguns filósofos quanto a sua aceitação como uma ciência de fato. Hegel<sup>20</sup> (2009, p. 8-15) não ignora esta questão e apresenta o que em seus estudos encontrou como objeções à Filosofia da Arte. Segundo o pensador, um dos motivos de tais resistências consiste na amplitude do domínio do belo, ou seja, da infinita gama do que podemos chamar de belo; outra questão implica na concepção de que o belo se constitui um “objeto da imaginação, da intuição, do sentimento” desta forma, não estaria apta a compor uma ciência ou a provocar reflexões filosóficas (HEGEL, 2009, p. 11).

Também Baumgarten (1993, p. 96-98) pontua algumas questões que se apresentam como objeções à Estética como uma ciência, dentre elas, destacamos: 1- a amplitude que a temática abrange; 2- as sensações e imaginações situam-se abaixo do horizonte filosófico; 3- por ser ‘confusa’ induz ao erro; 4- é considerada uma arte; as faculdades inferiores não merecem ser estudadas e afirmadas. Ambos os filósofos apresentam argumentos em defesa da Filosofia da Arte e da Estética.

Baumgarten justifica que mesmo considerando a sua amplitude é possível se fazer delimitações e apresentar algumas considerações acerca do tema, lembra ainda, que o filósofo não pode ignorar parte tão significativa e ampla do pensamento humano e, que um dos pressupostos da filosofia é a constante busca pela verdade. Baumgarten observa também que com base em princípios da psicologia a arte deve ser elevada à categoria científica já que não se trata de estudar e afirmar faculdades tidas como inferiores, mas evitar que estas sejam corrompidas, permitindo também que sejam compreendidas (BAUMGARTEN, 1993, p. 96-98).

Hegel, por sua vez, também parte em defesa da filosofia da arte e afirma que

---

<sup>20</sup> Hegel foi um filósofo que se dedicou profundamente ao estudo do universo da arte, e ministrou cursos de estética em Berlim, principalmente entre 1820 e 1829.

a filosofia tem por objeto a verdade; pensa a verdade e o seu único objeto é Deus. A filosofia é essencialmente, teologia e serviço divino. Poderá ser designada, se assim se quiser, pelo nome teologia racional, de serviço divino do pensamento. A arte, a religião e a filosofia só diferem quanto à forma; seu objeto é o mesmo. (HEGEL, 2009, p. 122-123)

Hegel lembra ainda que as belas-artes embora consideradas por alguns indivíduos como algo supérfluo são na realidade elementos que suprem em parte às necessidades da vida prática, sendo ainda, compatíveis com a moral e a piedade. Em seu entendimento, a arte, em sua essência, cumpre um papel mediador entre a razão, o intelecto e a sensibilidade, mantendo, desta forma, o equilíbrio e a serenidade à alma humana (HEGEL, 2009, p. 20).

Em consonância com Hegel, Ostrower (1998, p. 25) afirma que “a arte é uma necessidade de nosso ser”. Para a autora, esse entendimento se confirma no fato incontestável de que todas as culturas de que temos conhecimento, fizeram e fazem uso das mais variadas formas artísticas para expressarem a realidade em que vivem. E argumenta, com base na filosofia aristotélica, que nem todas as motivações humanas atendem às necessidades físicas e utilitárias e que existem aquelas que se fundamentam nas capacidades criativas, que são essenciais à realização da pessoa como ser humano, tais como:

[a] sua consciência sensível e inteligente, e também consciência no sentido moral, do senso de responsabilidade, sua imaginação e seu poder de simbolização e associação livre, sua permanente busca de significados maiores, sua capacidade de empatia, de amizade e de real **amor**, sua generosidade, em suma, sua vida espiritual (OSTROWER, 1998, p. 25, grifo nosso)<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Cabe aqui mencionarmos o trabalho publicado por Freire; Silva e Lima (2013, p. 10) sobre a Mandala das Virtudes da Biblioteconomia, publicado no CBBB de 2013. Neste artigo as autoras destacam a relevância do desenvolvimento das virtudes na formação do Bibliotecário, sendo que, o amor se constitui a principal das virtudes, pois é a virtude do amor que “nos vincula à natureza, aos outros seres humanos e à nossa ação na sociedade”. Em nosso entendimento, as virtudes apresentadas pelas autoras estão em consonância com as os elementos humanos que motivam as pessoas.

Se considerarmos que a arte é uma forma de representação das coisas, da natureza, ou mesmo dos sentimentos e experiências dos indivíduos, podemos dizer que as habilidades necessárias para a construção dessas representações podem ser desenvolvidas por meio dessas capacidades criativas, mencionadas por Ostrower. A arte, por sua vez, sob o olhar crítico de Hegel (2009), é constituída por diferentes formas e elenca algumas, por exemplo: a intuição sensível, a representação consciente e a forma do pensamento livre. A intuição sensível é aquela que possibilita à verdade alcançar as representações sensíveis, carregadas de significados, que embora estejam além da sensibilidade ainda são incapazes de fornecer ao espírito a compreensão de toda a sua amplitude; a representação consciente é a consciência religiosa, na qual a compreensão absoluta se dá no movimento da objetividade da arte para a subjetividade da alma; já na terceira e última forma, a do pensamento livre, está a forma mais pura do saber humano, aquele que dá vida à ciência, aquele que permite ao pensamento fazer as abstrações e reflexões necessárias ao saber (HEGEL, 2009, p. 130-133). Com base nessas colocações, Hegel observa que a consciência sensível se constitui na primeira forma de conhecimento apreendida pelo homem, sem a qual, as outras formas de conhecimento não seriam possíveis, já que, o que chamamos de conhecimento sensível, ou sensitivo, é o que precede as demais formas de saber.

Outro filósofo que estudou com profundidade a Estética foi Immanuel Kant, contemporâneo de Baumgarten e de Hegel, Kant escreveu três obras que se tornaram clássicos na Filosofia e referência na área até os dias atuais, são elas: a “Crítica da Razão Pura” redigida em 1781, a “Crítica da Razão Prática” em 1788 e, por fim, a “Crítica da Faculdade do Juízo” publicada em 1790.

É interessante observar que no mesmo período em que Baumgarten defendia a Estética como uma disciplina filosófica, Kant rejeitava-a clara e enfaticamente, pois em seu entendimento, à teoria do belo e do gosto não era suscetível uma crítica *a priori* (KIVY, 2008). No entanto, posteriormente, na década de 1790, Kant muda radicalmente sua concepção sobre o tema, e publica parte do que se tornaria a sua famosa “Crítica do Juízo”, na qual defende a crítica transcendental (KIVY, 2008) e expõe as suas reflexões em relação à Estética, ao juízo do gosto e do conhecimento sensitivo. Segundo Hessen (2003, p. 7), nesta obra Kant assume “os valores estéticos como objeto de investigação crítica”, de auto-reflexão e autoconhecimento.

Em sua primeira crítica, Kant (2009, p. 13-31) admite que nenhum conhecimento é possível sem que experimentemos alguma experiência, no entanto, distingue o conhecimento empírico – aquele que obtemos por meio de nossas experiências – do conhecimento puro, que ele denomina de “Conhecimento *a priori*”. Para ajudar a esclarecer essa distinção, Kant apresenta algumas definições:

*Intuição* é a relação imediata de um conhecimento com os objetos, que serve de instrumento a todo o pensamento; [...] *Sensibilidade* é a capacidade (receptividade) de obter representações de como somos afetados pelos objetos (KANT, 2009, p. 31).

A partir dessas definições Kant afirma que é por meio de nossa sensibilidade, de nossas experiências que obtemos as representações (mentais) dos objetos e, conseqüentemente, também do que ele definiu por *Intuição*, no entanto, ele faz uma ressalva: embora os objetos nos sejam dados a “conhecer” pela sensibilidade, eles são pensados e definidos pelo nosso entendimento. E é justamente na ação de pensar e definir os objetos que encontramos o conhecimento *a priori*, que na concepção do filósofo, é aquele que ultrapassa o mundo sensível, que não aceita a experiência como guia, é onde brota as necessidades de investigação e de reflexão, considerado um conhecimento sublime, superior ao que obtemos por meio da sensibilidade (KANT, 2009, p. 16). Para Kant, as proposições que encontramos na matemática são exemplos do conhecimento *a priori*, além das exatas, segundo Kant, Deus, liberdade e imortalidade são temas que constituem a razão pura, estudados pela Ciência denominada metafísica (KANT, 2009, p. 16).

Embora Kant considere o conhecimento *a priori* superior ao conhecimento sensitivo, ele admite que sem este, aquele não seria possível, pois, fica evidente que “sem sensibilidade, nenhum objeto nos seria dado e, sem entendimento [sem o uso da razão], nenhum [objeto] seria pensado” (KANT, 2009, p. 53). Assim, Kant deduz que “só unidos o entendimento e a sensibilidade podem determinar os objetos em nós” (KANT, 2009, p. 187). No decorrer do desenvolvimento de seu pensamento filosófico Kant aprofunda seus estudos sobre a Estética: é o que encontramos em sua terceira crítica, que veremos posteriormente.

Também Baumgarten (1993, p. 12) confere ao conhecimento sensível um patamar abaixo daquilo que Kant define como conhecimento *a priori*. Para melhor compreendermos a questão,

recorremos a Tolle (2007, p. 24), que em sua Tese sobre a “reconstrução do conceito de ciência do sensível” a partir da obra de Baumgarten, esclarece que não devemos entender esse “nível inferior” de forma negativa, mas sim, que isto significa que o conhecimento sensível consiste em conhecimentos que ainda não foram inferidos pela razão, que ainda permanecem confusos, assumindo desta forma uma condição de imediatez, ou seja, são os conteúdos e conhecimentos que descobrimos por meio de nossas percepções, por meio de nossos sentidos. E destaca que podemos compreender o conhecimento sensível se partimos do pressuposto de que a razão não se constitui o único elemento de cognição, mas que a sensibilidade como forma de interação da consciência representa a capacidade que temos de prestar atenção, de perceber e de identificar as coisas com o uso de nossas sensações.

Entendemos, portanto, que é após esse primeiro momento, que descobrimos as coisas por meio de nossos sentidos, que poderemos chegar ao patamar mais elevado, que é o uso da razão como forma de cognição, o que, conforme vimos, é definido por Kant como conhecimento *a priori*.

Em sua obra “Estética”, Baumgarten (1993, p. 95) argumenta que a aplicação da Estética como um conhecimento sensitivo pode ser engrandecido se:

- 1 – Preparar, sobretudo pela percepção, um material convincente às ciências do conhecimento;
- 2 – adaptar cientificamente os conhecimentos à capacidade de compreensão de qualquer pessoa;
- 3 – estender a aprimoração do conhecimento além ainda dos limites daquilo que conhecemos distintamente;
- 4 – fornecer os princípios adequados para todos os estudos contemplativos espirituais e para as artes liberais;
- 5 – na vida comum, superar a todos na meditação sobre as coisas, ainda que as demais hipóteses sejam semelhantes.

Assim, à luz da concepção de Baumgarten, podemos entender a Estética como uma ciência que busca estimular no indivíduo o pensamento crítico, a partir das experiências e percepções. Busca ainda, disseminar e tornar acessível a todas as pessoas, aqueles conhecimentos tidos formalmente como científicos, o que em nosso entendimento,

constitui-se numa faceta da solidariedade humana que visa o bem estar coletivo.

Kant (2012, p. 162) em sua terceira crítica, a da *Faculdade do Juízo*, traz a Estética vinculada às Artes Belas<sup>22</sup>, distinguindo esta do que ele denomina de “Artes Agradáveis”. Em sua concepção, as artes agradáveis são aquelas descompromissadas, que servem unicamente para o entretenimento, ao contrário, as Belas Artes são aquelas que promovem “a cultura das faculdades para o ânimo da comunicação em sociedade” que envolve o “prazer na reflexão”, assim, a arte estética é aquela que consiste na faculdade do juízo reflexiva e tem por objetivo proporcionar prazer ao indivíduo enquanto forma de conhecimento (KANT, 2012, p. 161-162), ou seja, é o gostar de aprender, de conhecer novos olhares, novas culturas.

Para o filósofo, as Belas Artes é produto do gênio. Por sua vez, por gênio entende ser o dom natural, o talento que dá regra à arte. Em relação à arte, observa que para ser considerada uma Belas Artes ela deve ser ‘impregnada’ de espírito. O espírito a que Kant se refere é, em seu entendimento, a faculdade de se apresentar as ideias estéticas. E por ideias estéticas Kant compreende que é a representação da faculdade da imaginação (KANT, 2012, p. 163-170).

Julgamos que este resgate das falas de Kant é necessário para melhor compreendermos o significado da imaginação no âmbito da Estética. Ainda em sua companhia discurremos um pouco mais sobre a temática ‘imaginação’.

A faculdade da imaginação é aquela que direciona o indivíduo ao pensamento, à reflexão, já que, enquanto faculdade de conhecimento produtiva possibilita a criação de representações da natureza a partir daquilo que ela própria nos fornece (KANT, 2012, 171) e possibilita a reflexão para além do conceito em si. Ou seja, é a criação de algo novo a partir daquilo que já nos é conhecido e, até mesmo, familiar. Neste sentido, afirma que

A faculdade da imaginação é criadora e põe em movimento a facultade de ideias intelectuais (a razão), ou seja, põe a pensar, por ocasião de uma representação (o que na verdade pertence ao

---

<sup>22</sup> Na obra de Kant – *Crítica da Faculdade do Juízo* – a expressão aparece como “Arte Bela”, no entanto, nos parece pertinente utilizarmos em nosso texto a expressão “Belas Artes”, já que esta é mais familiar aos leitores contemporâneos.

conceito do objeto) mais do que nela pode ser compreendido e distinguido (KANT, 2012, p. 172).

Considerando que a faculdade da imaginação é aquela que impulsiona a razão à ação, que nos orienta às reflexões mais amplas do que aquelas contidas em determinado conceito, concordamos com Kant (2012, p. 174) quando afirma que o Gênio é aquele que reúne em seu espírito o entendimento, ou seja, a razão, e a imaginação, que é a capacidade criativa. Podemos deduzir, portanto, que a imaginação e a criatividade são elementos que resultam da união do raciocínio, da criticidade do indivíduo e de suas percepções sensíveis, de suas experiências primeiras, intuitivas.

Considerando que a sensibilidade, a imaginação e a criatividade são elementos, ou características intrínsecas dos seres humanos, e que acontecem no íntimo de cada indivíduo – o que inclui as experiências pessoais –, podemos deduzir que a estética também pode ser considerada como uma ‘experiência individual’. Conforme ressalta Herwitz (2010, p. 105) “a estética é uma característica da experiência *per se*, [...] uma questão de experiências vividas”, segundo o autor, com base no proposto por Baumgarten,

A estética [é] o estudo da sensibilidade como um tipo específico de cognição de coisas particulares, em vez de conceitos abstratos. A sensibilidade é a sensação (o uso dos cinco sentidos), mas também é algo mais, um tipo de intuição/cognição/formulação da coisa [...] (HERWITZ, 2010, p. 29)

Este entendimento vai ao encontro do pensamento de Coelho Neto (1973, p. 9), que ao estudar a teoria da informação estética, destaca que “a palavra *estética* possui uma significação idêntica à de sua matriz grega: o conhecimento pelo sensível, o conhecimento intuitivo, primário (no sentido de primacial e não de primitivo)”. Também Dufrenne (2008, p. 90) expressa esse entendimento, ao afirmar que “ninguém põe em dúvida que a experiência estética diga respeito primariamente à sensibilidade”.

Herwitz (2010) observa que a Estética é também considerada como uma teoria da imaginação, o que indica que a Filosofia está



intimamente ligada à criatividade e ao desenvolvimento cognitivo do cidadão. Para Duffenne (2008, p. 90), “a sensibilidade parece exercer a função do juízo” não o juízo tradicional, no sentido de julgamento, mas como “reconhecimento de uma experiência satisfeita”. O autor observa ainda que, o belo tem a capacidade de estimular e sensibilizar a alma.

A Estética como Ciência do Conhecimento Sensitivo pode contribuir de forma significativa para o desenvolvimento nos indivíduos das habilidades cognitivas, como a imaginação, a criatividade e a compreensão, além de fazer desabrochar a sensibilidade e a solidariedade humanas, que juntas leva a uma sociedade melhor. Estes são elementos que, juntamente com habilidades técnicas para o uso adequado dos recursos informacionais, ancorados nas concepções éticas e políticas que orientam a sociedade, constituem o que conhecemos como Competência Informacional, que apresentamos a seguir.

## 4.2 COMPETÊNCIA INFORMACIONAL

*“Quem não sabe o que busca, não identifica  
o que acha.”  
Immanuel Kant*

As discussões acerca da temática Competência Informacional<sup>23</sup> nasceram na década de 1970, tendo como “berço” uma sociedade na qual se podia observar um crescimento vertiginoso dos fluxos informacionais. Concomitante a isto, o rápido desenvolvimento tecnológico também se tornava cada vez mais evidente, com reflexos imediatos no campo informacional. Desde então, o tema passou por transformações e sob diferentes perspectivas, desperta o interesse de profissionais de várias áreas do saber, o que em nosso entendimento se constitui num processo de maturação e consolidação. Veremos na seção: 4.3 As Dimensões da Competência Informacional, que a Competência Informacional pode ser desenvolvida em quatro dimensões: Técnica, Estética, Ética e Política. Mas antes de nos dedicarmos a essa discussão, faz-se necessário uma abordagem primeira sobre a Competência Informacional, resgatando seus aspectos históricos e conceituais.

---

<sup>23</sup> Neste trabalho optamos por utilizar o termo “Competência Informacional” para tradução de “Information Literacy”. Apresentamos ainda, na seção “4.2.1 Competência Informacional: a expressão em cena” algumas considerações acerca da forma como a expressão *Information Literacy* é traduzida para o nosso idioma, bem como, a justificativa por nossa opção.

Atualmente a Competência Informacional é considerada um pré-requisito para a formação dos indivíduos, isso porque, a partir de meados do século passado a informação assumiu papel de destaque na sociedade como um elemento básico de desenvolvimento econômico e social. Jesús Lau (2008, p. 6) complementa essa ideia e acrescenta que certamente a informação é também “o componente básico da educação”. Neste sentido, desenvolver habilidades para o uso adequado dos recursos informacionais torna-se necessário à inserção do indivíduo neste novo contexto.

Cabe destacarmos que as habilidades exigidas na atual sociedade são definidas não somente pelas demandas mercadológicas, inerentes de um mundo predominantemente capitalista, mas também pelas demandas sociais, estas são aquelas que expressam as reais necessidades dos integrantes de determinada comunidade (RIOS, 2010, p. 83; BELLUZZO, 2005, p. 34).

De acordo com as pesquisadoras brasileiras Elizabeth Dudziak (2003) e Bernadete Campello (2003), a expressão *Information Literacy* surgiu nos EUA. Naquele primeiro momento, o termo emana de uma necessidade do mercado da indústria da informação, expressada no relatório elaborado pelo então presidente da *Information Industries Association*, Paul Zurkowski<sup>24</sup>. No documento, redigido em 1974 e encaminhado à *National Commission on Libraries and Information Science*<sup>25</sup>, Zurkowski apresenta uma relação dos produtos e serviços de informação oferecidos por instituições públicas, privadas e por bibliotecas dos EUA, sugerindo que se iniciasse um movimento em direção a *Information Literacy*, visando o emprego de recursos informacionais para a solução dos problemas no cotidiano profissional dos cidadãos (DUDZIAK, 2003; CAMPELLO, 2003). A partir de então

---

<sup>24</sup> Não podemos afirmar com precisão qual a formação de Paul Zurkowski, na literatura nacional a informação é de que ele graduou-se em Biblioteconomia. Já em sites como o Infolit.org (<http://infolit.org/paul-g-zurkowski/>) e o site da Conferência Europeia para Competência Informacional (<http://www.arber.com.tr/ecil2013.org/index.php/page.72.keynotes>) que acontecerá em 2013 a informação é de que se formou em Direito, em 1957, pela Universidade de *Wisconsin Law School*.

<sup>25</sup> A *National Commission on Libraries and Information Science* é a agência nacional do governo dos EUA responsável por assessorar organizações públicas e privadas no que tange às políticas de bibliotecas e de informação (CAMPELLO, 2003).

a utilização do termo *Information Literacy* passou a ser atribuído em referência ao uso eficiente dos recursos informacionais.

A Competência Informacional ganha uma perspectiva social em 1976 ao ser apontada como elemento capaz de transformar a vidas dos indivíduos, proporcionando a tomada de decisão mais adequada em relação as suas responsabilidades sociais e políticas, bem como, a resolução de questões informacionais complexas (CAMPELLO, 2003). Assim, em consonância com Dudziak (2001) entendemos que a questão já não estava centrada na recuperação da informação, mas sim na necessidade do indivíduo em acessar e fazer uso efetivo desta para a resolução de problemas e tomada de decisão, seja em âmbito profissional, político ou social.

A década seguinte, a de 1980, é marcada pelo crescimento e difusão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), isso significa que quando nos reportamos ao uso adequado dos recursos informacionais, estamos nos referindo não somente às bibliotecas e às unidades de informação, mas também às tecnologias e sistemas de informação. Campello (2009, p. 13) atenta para este fato e afirma que “[...] a tecnologia é o instrumento que facilita o acesso a esse universo informacional amplo e complexo, bem como a seu uso.” Neste cenário a Competência Informacional surge como uma alternativa no processo de capacitação para o uso destas tecnologias (DUDZIAK, 2001, p. 26). Este contexto tecnológico favorece o desenvolvimento da Competência Informacional priorizando as habilidades direcionadas às ferramentas computacionais. Implica em orientar os indivíduos para o uso das tecnologias computacionais para a recuperação de informações *on-line*, ou registradas e armazenadas em formato eletrônico e digital. Além disso, inclui apresentar as bases de dados eletrônicas e as estratégias de busca adequadas ao uso destas ferramentas.

Sob a perspectiva tecnológica, Bruce (1997), apresenta em seu texto *Seven faces of Information Literacy*, uma das concepções para a Competência Informacional, na qual o foco são as experiências relacionadas às Tecnologias de Informação, o uso do computador e da internet e às variadas formas de acesso à informação que estas ferramentas possibilitam.

Ainda na década de 1980, um fator novo direciona a Competência Informacional para o cenário educacional e biblioteconômico. Trata-se da divulgação do relatório oficial do governo norte americano, intitulado “*Nation at Risk*” elaborado pela *National Commission on Excellence in Education*, no qual fica completamente ignorado o papel exercido pelas Bibliotecas no sistema educacional do

país (DUDZIAK, 2001; CAMPELLO, 2003). Estas autoras destacam que a publicação deste documento evocou uma reação enérgica da classe bibliotecária, gerando várias publicações dando destaque ao papel da biblioteca e, conseqüentemente, do Bibliotecário, para a formação dos alunos. A *National Commission on Libraries and Information Science (NCLIS)* argumenta que as habilidades para busca e uso das informações e dos recursos informacionais, são habilidades que devem ser desenvolvidas sob a orientação do Bibliotecário e o ambiente mais adequado para isso, é a Biblioteca, constituindo-se ambos nas bases necessárias ao aprendizado (DUDZIAK, 2001, p. 27).

Também foi destaque na década de 1980, o trabalho desenvolvido pela professora e pesquisadora norte americana Carol Kuhlthau, que ampliou o conceito da Competência Informacional não mais centrado em habilidades informacionais, mas principalmente no aprendizado (DUDZIAK, 2001). Com uma proposta voltada à Educação para a Competência Informacional a autora pressupõe o desenvolvimento de um aprendizado autônomo e contínuo, no qual o indivíduo – no caso da proposta, o aluno – deve saber identificar, conhecer as suas necessidades informacionais, estando apto a recuperá-la e utilizá-la de tal forma que atenda as essas necessidades, este modelo proposto por Kuhlthau está ancorado em concepções construtivistas<sup>26</sup> de aprendizagem e na teoria de Jean Piaget<sup>27</sup> sobre o desenvolvimento cognitivo (KUHLETHAU, 2009, p. 10; CAMPELLO, 2009).

Em consonância com a argumentação da *National Commission on Libraries and Information Science*, Kuhlthau (2009, p. 10) afirma que “[...] os recursos informacionais irão se constituir num rico manancial para propiciar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para viver e conviver na sociedade da informação”.

---

<sup>26</sup> Segundo Lau (2008, p. 9) a abordagem construtivista centra suas reflexões em alunos que fazem uso da informação para solucionar problemas e que por meio da pesquisa e reflexão constroem um novo entendimento, um novo conhecimento. Uma metodologia que objetiva substituir a tradicional memorização de conteúdos.

<sup>27</sup> Na concepção pedagógica de Piaget “a interação social é forma de se favorecer o desenvolvimento do raciocínio lógico e a aquisição de conteúdos escolares, num processo de reorganização cognitiva” (COSTA, 2004, p. 21).

Assim, podemos observar que durante o processo de amadurecimento conceitual da Competência Informacional, este vem ganhando corpo e se consolidando como uma disciplina emancipadora, capaz de transformar a sociedade à medida que permite a formação de cidadãos capazes de compreender o seu contexto social e econômico, possibilitando a interferência e a interação dos cidadãos, o que entendemos ser a essência da democracia.

Esta concepção da Competência Informacional como uma disciplina de emancipação econômica e social é evidenciada por Organizações Internacionais, e em 1989 a *American Library Association* (ALA), apresenta um novo conceito:

para ser competente em informação a pessoa deve ser capaz de reconhecer quando precisa de informação e possuir habilidade para localizar, avaliar e usar efetivamente a informação. Para produzir esse tipo de cidadania é necessário que escolas e faculdades compreendam o conceito de competência informacional e o integrem em seus programas de ensino e que desempenhem um papel de liderança preparando indivíduos e instituições para aproveitarem as oportunidades inerentes à sociedade da informação. Em última análise, pessoas que têm competência informacional são aquelas que aprenderam a aprender. Essas pessoas sabem como aprender porque sabem como a informação está organizada, como encontrar informação e como usar informação, de tal forma que outros possam aprender com elas (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1989, p. 1, tradução nossa).

Esta definição foi amplamente divulgada e aceita pelos estudiosos da área, tornando-se um clássico. Podemos observar que na concepção da ALA a Competência Informacional aparece vinculada à questão do aprendizado contínuo e à solidariedade. O primeiro, **aprender a aprender**, consiste em compreender os processos de organização da informação, que possibilita ao indivíduo elaborar métodos de estudos que lhe propiciem o aprendizado autônomo. Segundo Daniela Barros (2005, p. 87), “a aprendizagem só acontece quando conseguimos nos atualizar. Para nos atualizar precisamos de informações que modifiquem os conhecimentos, ou seja, que os atualizem”. Compreender os

processos de construção e organização das informações se configura uma necessidade no processo de aprendizado autônomo, pois é partir desta compreensão e do domínio das habilidades para recuperar a informação que o indivíduo será capaz de se apropriar da informação, fazendo uso efetivo, construindo um novo conhecimento.

Sobre a autonomia no processo de aprendizado, Freire (2011, p. 105) afirma que ela deve “estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade” que em sua concepção significa em experiências respeitadas da liberdade. Parece-nos pertinente acrescentar aqui o posicionamento enfático deste renomado pedagogo em favor da “liberdade, seriedade, amorosidade e da solidariedade”, isso porque, em nosso entendimento, a Competência Informacional traz implícito estes elementos. Pois ser competente em informação implica em saber recuperar e usar a informação, mas abrange ainda o uso responsável e ético da informação em favor de uma sociedade mais justa e solidária.

Freire (2011, p. 116) também confere ao pedagogo a missão de apoiar o aluno para que ele possa superar as suas dificuldades de aprendizagem, avivando a curiosidade do aprendiz, para que ele se sinta estimulado a estudar, a buscar novos conhecimentos e, recompensado ao compreender algo novo. Entendemos que esta missão também é pertinente ao Bibliotecário, que em sua atuação como mediador, possa instigar os usuários na busca contínua pelo aprendizado e pelo conhecimento.

A segunda questão a considerar na definição da ALA é a **solidariedade**, no sentido de compartilhar o seu aprendizado com aqueles que lhe são próximos, o que entendemos, abrange as discussões, trabalhos em grupo e a socialização dos conteúdos aprendidos. Esta “tarefa” ou “vontade” de compartilhamento é favorecida por meio do uso das tecnologias informacionais, a exemplo do correio eletrônico e das redes sociais, bastante disseminadas na sociedade contemporânea.

A partir da década de 1990 a Competência Informacional se consolida em meio aos programas educacionais e pode-se observar uma aproximação dos docentes e Bibliotecários, ante ao entendimento de que estes grupos de profissionais partilhavam de um objetivo comum, qual seja: a capacitação e a atualização informacional, despertando o interesse pela construção de programas educacionais em conjunto, direcionados ao desenvolvimento da Competência Informacional (DUDZIAK, 2001).

O conceito de Competência Informacional se disseminou por todo o globo terrestre<sup>28</sup>, alcançando outras Organizações Internacionais, a exemplo da *International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)*, que também se debruçou a refletir sobre o tema, e no documento “Os faróis da Sociedade da Informação – Declaração de Alexandria” publicado em 2005, afirma que:

A Competência Informacional está no cerne do aprendizado ao longo da vida. Ele capacita as pessoas em todos os caminhos da vida para buscar, avaliar, usar e criar a informação de forma efetiva para atingir suas metas pessoais, sociais, ocupacionais e educacionais. É um direito humano básico em um mundo digital e promove a inclusão social em todas as nações. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2005, tradução nossa)

Mais do que preparar o cidadão para o uso eficiente dos recursos informacionais, percebe-se que um dos objetivos da Competência Informacional consiste em contribuir para o desenvolvimento social e econômico das nações, à medida que possibilita a inclusão social por meio do acesso às informações e o aprendizado no decorrer de toda a vida. É reconhecer que estamos em constante processo de

---

<sup>28</sup> A propagação da temática no mundo pode ser evidenciada ante as várias publicações científicas, livros, teses e dissertações que abordam o tema, também é possível observarmos nos últimos 10 anos a divulgação de Declarações em favor da Competência Informacional, apresentadas em Eventos e Conferências que discutem o tema. Para exemplificar, podemos citar além da IFLA, a ALA e as Declarações de Praga em 2003; de Alexandria em 2005; de Toledo em 2006; de Lima em 2009; de Paramillo em 2010; de Murcia em 2010; as de Maceió e de Fez em 2011 e; a Declaração de Moscow em 2012. Esta última foi elaborada num processo que envolveu participantes de 40 países, dentre eles, do Brasil. Além disso, nos EUA o mês de outubro é considerado oficialmente o mês da conscientização da Competência Informacional.

Esta expansão da Competência Informacional no mundo é evidenciada também no documento “Overview of Information Literacy Resources Worldwide”, publicado em 2013 pela UNESCO, sob a coordenação de Forest Woody Horton, Jr., no documento é apresentada uma lista com as publicações sobre o tema em vários países.

aprendizagem, seja por meio de estudos – em ambiente formal ou autônomo –, ou por meio de nossas experiências do dia-a-dia, no convívio com o outro.

Johnston e Webber (2006) entendem que a Literacia da Informação (termo por eles adotado), surge como uma disciplina essencial na Sociedade da Informação, e a definem como a adoção de um comportamento informacional que possibilite a identificação da informação necessária, independente do canal ou meio em que se encontrem, conduzindo ao uso sensato e ético da informação.

Walton e Hepworth (2010, p. 2) definem a Competência Informacional como um conjunto de habilidades que possibilitam ao indivíduo analisar seu conhecimento de forma crítica, dando sentido ao mundo, participando efetivamente e aprendendo a fazer uso do contexto informacional em que está inserido, bem como, a dar suas contribuições a ele.

Sing (2008), por sua vez, defende que a Competência Informacional objetiva desenvolver as habilidades de construção de significados, ou sentidos cognitivos, que possibilitem o aprendizado independente e o pensamento crítico. Todavia ressalta que o processo de desenvolvimento da Competência Informacional envolve vários elementos, e que as questões culturais e as desigualdades sócio-econômicas devem receber atenção, já que influenciam de forma significativa neste processo. Walton e Hepworth (2010, p. 24), partilham da mesma ideia, no entanto, afirmam que os modelos de programas para o desenvolvimento da Competência Informacional existentes raramente exploram os fatores sociais envolvidos no processo de aprendizagem.

A Competência Informacional, segundo as definições acima, se propõe a capacitar os cidadãos para o uso eficiente dos recursos informacionais, ou seja, torná-las capazes de identificar suas necessidades informacionais, recuperar informações que as satisfaçam, possuir um mínimo de habilidades informáticas (computacionais, internet e bases de dados) e por fim, utilizá-las de forma consciente e responsável, exercendo assim a cidadania. Desenvolver e integrar às universidades e instituições de ensino programas direcionados ao desenvolvimento dessa competência também é uma preocupação explícita entre os pesquisadores.

Entretanto, esta não é uma tarefa fácil e, conforme indica Ward (2006), mais do que desenvolver as habilidades ‘técnicas’ relativas ao acesso à informação, é necessário também que se desenvolvam as



habilidades cognitivas, relativas às experiências individuais. Segundo o autor, para ser competente em informação o indivíduo precisa ter algum domínio de conhecimentos e pensar de forma crítica as informações acessadas, além disso, a competência abrange ainda a imaginação, a criação de informações, as experiências individuais e a apreciação desse reservatório de significados e de vida interior.

#### 4.2.1 Competência Informacional: a expressão em cena

Conforme vimos, o termo *Information Literacy* foi cunhado em língua inglesa, nos EUA. Ao se trazer as discussões sobre o tema para o Brasil surgiram algumas traduções que buscam dar conta do conceito em língua portuguesa.

Assim, podemos encontrar no país, várias expressões que são apontadas como alternativas para traduzi-la, tais como: letramento informacional, alfabetização informacional, competência informacional, competência em informação (DUDZIAK, 2003; VITORINO; PIANTOLA, 2009; HATSBACH; OLINTO, 2008; CAMPELLO, 2003; 2009).

Contudo, em terras brasileiras, o termo Competência Informacional tem recebido um crescente destaque e tornou-se um dos mais usados como tradução de *Information Literacy*. Embora num contexto geral, esses termos sejam empregados para expressar a mesma ideia, ou o mesmo conceito, conforme observa Gasque (2012) temos que atentar que não se tratam de sinônimos. Habilidade, competência, letramento e alfabetização são palavras que, embora apresentem certo ‘parentesco’ ou afinidades conceituais possuem significados distintos.

Segundo Gasque (2012, p. 34) é possível, num primeiro momento, fazermos a distinção entre Competência e Habilidade. Em seu entendimento, **competência** é a “capacidade dos indivíduos de resolver problemas e realizar tarefas específicas e circunscritas” enquanto que as “**habilidades** decorrem das competências adquiridas e referem-se ao plano imediato do ‘saber fazer’”. Assim, entendemos que as habilidades são elementos que compõem a competência, pois para que possamos resolver problemas e executar tarefas específicas é necessário saber fazer.

Terezinha Azerêdo Rios (2011, p. 58) ao analisar as possibilidades para o desenvolvimento da competência do educador, define a **competência** como o “saber fazer bem”. Para a autora, este “saber fazer bem” vincula-se à dimensão técnica, ou seja, do saber fazer, o que implica dizer “ter domínio dos conteúdos de que o sujeito

necessita para desempenhar o seu papel, aquilo que se requer dele socialmente [...]”. E acrescenta que além da técnica, que é o “saber fazer”, a competência que é o “saber fazer bem”, inclui ainda os aspectos políticos e éticos agregando valor ao conceito. Segundo Perrenoud (1999, p. 22) “construir uma competência significa aprender a identificar e a encontrar conhecimentos pertinentes”. O autor (PERRENOUD, 2000, p. 13) afirma ainda que a noção de competência constituiu “uma capacidade de mobilizar diversos recursos cognitivos para enfrentar um tipo de situação”. Em consonância, Demo (2010, p. 11), embora não considere habilidades e competências termos distintos, afirma que a competência sugere em uma combinação de análise e intervenção, ou seja, é a capacidade que o indivíduo tem de fazer uma análise das situações, buscando resgatar seus conhecimentos já adquiridos, comparando as várias ocorrências já vividas para então tomar uma decisão e resolver o problema.

Assim, podemos dizer que a **competência** consiste no domínio das técnicas que possibilitem ao indivíduo o desempenho de suas tarefas, sejam elas em âmbito profissional, educacional, pessoal ou de lazer, de forma responsável e ética, atendendo as próprias expectativas e as da sociedade.

Já entre Alfabetização e Letramento Gasque (2012, p. 31) apresenta as seguintes definições:

A **alfabetização** vincula-se ao domínio básico do código da língua, abrangendo conhecimentos e destrezas variadas, como a memorização das convenções existentes entre letras/sons, a comparação entre palavras e significados, o conhecimento do alfabeto, o domínio do traçado das letras e a aprendizagem de instrumentos específicos como lápis, canetas, papéis, cadernos, computador.

O **letramento**, por sua vez, envolve o conceito de alfabetização, transcendendo a decodificação para situações em que há o uso efetivo da língua nas práticas de interação, em um contexto específico.

Soares (2010) também desenvolve um estudo na área da educação, no qual distingue os termos alfabetização e letramento. Para esta autora o termo **alfabetização** diz respeito à capacidade do indivíduo para decodificar o alfabeto, ou seja, a sua capacidade em ler e escrever.

Enquanto que o termo **letramento** envolve habilidades mais complexas, como o uso da leitura e da escrita para práticas sociais. Soares (2010) afirma que após o desenvolvimento da alfabetização dos indivíduos é necessário a inserção destes “em um ambiente de letramento” que segundo a autora consiste

num mundo em que as pessoas têm acesso à leitura e à escrita, têm acesso aos livros, revistas e jornais, têm acesso às livrarias e bibliotecas, vivem em tais condições sociais que a leitura e a escrita [a alfabetização] têm uma função para elas e tornam-se uma necessidade e uma forma de lazer (SOARES, 2010, p. 58-59).

Também Costa (2004, p. 18) ao abordar as questões relativas à alfabetização e ao letramento no Brasil, afirma que **alfabetização**, consiste na “aprendizagem sistemática do código convencional de escrita (sistema alfabético/ortográfico e suas relações com o sistema fonológico)”. Com base em Soares, Costa (2004, p. 14) advoga que o letramento está além da alfabetização, que **letramento** é o que garante aos indivíduos o domínio da leitura e da escrita, intenta ainda, propiciar condições de interação, de atitudes e competências discursivas e cognitivas, ou seja, proporciona a inserção e plena participação do indivíduo numa sociedade letrada.

Considerando os conceitos de alfabetização e letramento apresentados, podemos deduzir que o uso da expressão “Alfabetização Informacional” se torna mais conveniente a propostas direcionadas aos indivíduos, ou alunos que frequentam as séries iniciais de ensino e que se encontram em fase de alfabetização. Já a expressão “Letramento Informacional” parece-nos mais adequada aos projetos voltados aos grupos de pessoas com habilidades de leitura e escrita avançadas, já que conforme visto envolve habilidades cognitivas mais complexas, como o raciocínio e a compreensão da informação lida. Por sua vez, a expressão “Competência Informacional” nos parece mais adequada quando se associa o seu desenvolvimento para grupos de profissionais, pois, entendemos que os profissionais possuem competências inerentes a sua área de atuação – medicina, direito, biblioteconomia, pedagogia, administração, etc. Portanto, em nosso entendimento a competência profissional será favorecida se o profissional tiver desenvolvido também a competência em informação.

A distinção entre “Competência em Informação” e “Competência Informacional” nos parece mais uma questão de nomenclatura. Deste modo, entendemos que a expressão “Competência Informacional” deve ser utilizada quando nos referimos a ela enquanto uma disciplina, uma área de estudos e de pesquisas. Por “Competência em Informação” entendemos a habilidade desenvolvida por um indivíduo, assim, podemos dizer que um cidadão ou grupo de pessoas são Competentes, ou que possuem Competência em Informação. Neste sentido, a expressão Competência Informacional nos parece ser a que melhor representa o nosso estudo.

#### **4.2.2 A Competência Informacional no Brasil**

No Brasil, os primeiros estudos voltados para a temática surgiram no início da década de 2000 e, foram desenvolvidos por Bibliotecários que direcionavam as suas pesquisas para projetos de educação e capacitação dos usuários para o uso dos vários recursos informacionais oferecidos pelas bibliotecas (DUDZIAK, 2003). É possível notar que, assim como o conceito de Competência Informacional passou por um processo de “amadurecimento” em âmbito internacional, no Brasil, ele emana das práticas de capacitação de usuários de bibliotecas, para posteriormente, ganhar um significado mais amplo e complexo, conforme veremos na sequência.

De acordo com Dudziak (2001), as pesquisas e discussões acerca da educação de usuários de bibliotecas já acontecem no país desde a década de 1960. Mas, segundo Belluzzo (1989, p. 15), essas publicações sobre o tema são escassas e baseadas em “estudos de caso” ou “relatos de experiências”. Segundo a autora (BELLUZZO, 2007, p. 19), podemos considerar a bibliotecária Teresine Ferraz pioneira nas pesquisas de usuários, quando em 1955 ofertou os primeiros cursos de pesquisas bibliográficas direcionados aos usuários de bibliotecas.

Outra pesquisadora brasileira que se dedicou à temática foi a Bibliotecária e professora Neusa Dias de Macedo, tendo várias publicações desde o início da década de 1960 (DUDZIAK, 2001). Assim, desde meados do século passado os estudos estavam direcionados especificamente a capacitação de usuários com o objetivo de prepará-los para o uso dos recursos da biblioteca para o desenvolvimento de suas pesquisas acadêmicas de forma autônoma.

A expressão *Information Literacy*, traduzida como “Alfabetização Informacional” surge então, pela primeira vez no Brasil em um artigo publicado pela pesquisadora Caregnato, no qual ela destaca o papel das Bibliotecas Universitárias na educação dos usuários para o uso dos mais variados recursos informacionais, em um novo contexto, em que as informações estão disponibilizadas na internet (CAREGNATO, 2000). Segundo a autora, o usuário passa a estar no centro do processo de aprendizagem, e capacitar os usuários para o “desenvolvimento de habilidades informacionais” desponta como umas funções da biblioteca. Com base em McClure, Caregnato destaca algumas habilidades informacionais, a saber: localizar, processar e usar efetivamente a informação, fazendo uso de vários mecanismos de busca independente do suporte em que a informação está registrada. Possuir essas habilidades técnicas que possibilitam a recuperação da informação é importante, mas, para Caregnato (2000) as competências cognitivas para analisar, sintetizar e utilizar a informação são os elementos fundamentais da Competência Informacional. Assim, considerando os conceitos apresentados, e concordando com Caregnato, podemos afirmar que os aspectos cognitivos que envolvem a Competência Informacional são essenciais.

Podemos conferir na literatura consultada<sup>29</sup> que em terras brasileiras, as pesquisadoras Dudziak, Campello, Belluzzo e Caregnato surgem como as precursoras nas pesquisas com abordagem da Competência Informacional, com vários trabalhos publicados no decorrer da primeira metade da década de 2000. Na segunda metade desta década, ‘fazem companhia’ a estas estudiosas citadas (que continuam estudando o tema), também as pesquisadoras Vitorino, Piantola, Gasque e Hatschbach ao publicarem novas pesquisas teóricas e conceituais sobre a temática<sup>30</sup>. Assim, de forma bastante sintetizada, apresentamos um panorama com os aspectos predominantes, mas não exclusivos, que encontramos nas publicações destas pesquisadoras.

---

<sup>29</sup> Esta afirmação está ancorada no levantamento bibliográfico realizado no decorrer desta pesquisa em Revistas Científicas Nacionais da área da Ciência da Informação.

<sup>30</sup> Não obstante, neste período surge uma série de outros trabalhos publicados com foco em práticas, mas com escasso aprofundamento teórico e conceitual, principalmente após a conferência realizada em Curitiba, no ano de 2005 pelo pesquisador Jesús Lau, na ocasião do XXI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD).

As pesquisas publicadas por Dudziak, Vitorino, Piantola, Gasque e Hatschbach em grande parte apresentam uma análise sobre os aspectos históricos e conceituais da Competência Informacional, sobre as Dimensões da Competência – Técnica, Estética, Ética e Política - bem como, sobre a aplicabilidade dos modelos de desenvolvimento da Competência Informacional aos vários grupos de indivíduos.

Nas pesquisas desenvolvidas por Campello, podemos observar uma atenção especial para a temática vinculada à Biblioteca Escolar e à função educativa do Bibliotecário, buscando desenvolver a competência nos indivíduos desde o início de sua vivência escolar. Assim o aluno aprende as habilidades de recuperação da informação e mais que isso: passa a ter um domínio cognitivo das informações de tal forma que ao atingir a idade adulta terá alcançado o domínio da competência e estará apto a buscar o aprendizado autônomo por meio de estratégias de estudos.

Podemos notar que algumas publicações sobre a Competência Informacional estão mais direcionadas à formação e às práticas do profissional (Bibliotecários, Profissionais da Informação, Professores, etc.), é sob esta perspectiva que se concentram os estudos de Belluzzo. Podemos notar nas publicações de referida autora uma preocupação não somente em desenvolver as habilidades técnicas para a Competência Informacional do Bibliotecário, mas principalmente, em desenvolver habilidades para as questões sociais. Isso implica em instigar o Bibliotecário, competente em informação, para as questões sociais que envolvem o seu fazer profissional, buscando um desempenho mais qualificado, mais eficiente, no qual predominem características pessoais como: qualidade, dinamismo e criatividade na solução dos problemas (BELLUZZO, 2013). É despertar a atenção deste profissional da informação para as reais e potenciais necessidades dos seus usuários e da sociedade na qual estamos inseridos. Isso envolve, segundo Belluzzo (2009), uma competência para a compreensão da cidadania. Esta compreensão exige um pensamento reflexivo que resulte em ação, ou seja, requer que o Bibliotecário seja um personagem atuante na sociedade, contribuindo para mudanças que resultem em uma sociedade melhor. Esse entendimento vem ao encontro da Dimensão Estética da Competência Informacional do Bibliotecário, que abordamos nesta pesquisa.

Belluzzo, na companhia de Kobayashi e Feres (2004, p.87), definem a Competência Informacional como o “[...] conjunto de

comportamentos, habilidades e ações que envolvem o acesso e uso da informação de forma inteligente, tendo em vista a necessidade da construção do conhecimento e a intervenção na realidade social”.

Um dos principais conceitos de Competência Informacional desenvolvido no Brasil é apresentado por Dudziak, para quem a expressão pode ser definida como:

[um] processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessário à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida. (DUDZIAK, 2003, p. 28)

Para a autora, a Competência Informacional é formada por um conjunto de componentes: “o processo investigativo; o aprendizado ativo; o aprendizado independente; o pensamento crítico; o aprender a aprender e, o aprendizado ao longo da vida”. Dudziak (2001, p. 146) apresenta ainda três características essenciais da Competência Informacional:

**É transdisciplinar**, incorporando um conjunto integrado de habilidades, conhecimentos, valores pessoais e sociais;  
**É um processo de aprendizado contínuo** que envolve informação, conhecimento e inteligência;  
**Permeia qualquer processo de criação**, resolução de problemas e/ou tomada de decisões (grifo nosso).

Deste modo, a Competência Informacional passa a ser entendida como uma condição necessária para o desenvolvimento humano, pois possibilita, além do domínio das habilidades básicas no processo de identificação, busca, recuperação da informação e o desenvolvimento cognitivo, necessário para o uso das informações, contribuindo assim para ampliação das formas de pensamento, da imaginação, e da criatividade, fortalecendo a aprendizagem para a vida, com base também nas experiências individuais.

Gasque (2012, p. 38) traz para a discussão os elementos individuais, considerando a Competência Informacional um processo de aprendizagem contínuo, afirma que

o sentido da aprendizagem relaciona-se à construção do conhecimento, inerente ao ser humano, que perpassa as várias atividades do comportamento informacional, considerando as experiências e informações, que abrange as atitudes, as disposições morais e o cultivo das apreciações estéticas. Assim, entende-se tal processo como o conjunto das mudanças relativamente permanentes resultantes das inter-relações entre a nova informação, a reflexão e a experiência prévia, sem desconsiderar as interações do indivíduo com o meio social.

A Competência Informacional concebida como “um processo de busca da informação para a produção do conhecimento” abrange o “uso, interpretação de significados, a construção de modelos e hierarquização mentais”, ou seja, implica em desenvolver a capacidade criativa, para dar novos significados e gerar um novo conhecimento a partir da informação recuperada (DUDZIAK; BELLUZZO, 2008, p. 49).

Parece-nos ser pertinente pontuar, se a Competência Informacional abrange a construção do conhecimento e integra os processos de criação e as apreciações estéticas sugeridas por Gasque (2012), conforme vimos na fala de Dudziak (2001), o próprio conceito da Competência Informacional carrega em si características Estéticas. Ou seja, estão integrados de tal forma que não podemos dissociá-los, mesmo que tratemos da Competência Informacional sem nos referirmos à sua Dimensão Estética, ela está lá, presente, mesmo que implícita.

Podemos observar que Competência Informacional é um tema ainda recente no país, o que fomenta discussões, bem como, reforça a necessidade de novos estudos para formação de um *corpus* teórico e conceitual, contribuindo para um melhor entendimento de seus impactos na sociedade, especialmente no tocante as Dimensões da Competência Informacional.

O item a seguir apresenta, além de uma abordagem sobre as dimensões Técnica, Estética, Ética e Política da Competência Informacional, uma seção dedicada à Dimensão Estética, foco deste trabalho, associada à Competência Informacional.



### 4.3 AS DIMENSÕES DA COMPETÊNCIA INFORMACIONAL

*Técnica, Estética, Ética, Política não são apenas referências de caráter conceitual – podemos descobri-las em nossa vivência concreta real, em nossa prática.*

*Terezinha Azerêdo Rios*

Buscamos, nesta seção, apresentar reflexões acerca das Dimensões da Competência Informacional: Técnica, Estética, Ética e Política. Iniciamos a discussão a luz da proposta de Rios (2010; 2011) sobre as dimensões da Competência voltada para o contexto educacional e, de sua posterior adequação<sup>31</sup> para a área da Ciência da Informação, nos estudos realizados por Vitorino (2007; 2009) e, Vitorino e Piantola (2009; 2011).

Sob este cenário bibliográfico, a Competência Informacional se constitui num conjunto de habilidades e saberes que nos possibilitam utilizar os recursos informacionais disponíveis de forma adequada. No entanto, para que ela possa ser desenvolvida em plenitude, deve ser orientada por quatro dimensões (em equilíbrio). Embora na prática estas dimensões encontrem-se integradas e não podem ser dissociadas. No entanto, para fins de pesquisas acadêmicas podemos estudá-las em separado, permitindo analisarmos cada dimensão da Competência Informacional de forma individual: é o que apresentamos nos tópicos a seguir.

#### 4.3.1 Dimensão Técnica

A Técnica considerada em seu sentido mais amplo “compreende qualquer conjunto de regras aptas a dirigir eficazmente uma atividade qualquer” (ABBAGNANO, 2007, p. 1106). Neste sentido, a Técnica perpassa por todas as atividades desenvolvidas pelo homem. Na concepção de Rios (2010, p. 94) é a realização, a execução de uma ação, é a forma específica de se fazer algo, de se exercer um ofício.

Segundo nos mostra Abbagnano (2007) a Técnica pode ainda ser dividida em dois grupos, a saber: das Técnicas Racionais, são aquelas

---

<sup>31</sup> Cabe esclarecer que embora as datas nas citações de Rios (2010; 2011) sejam mais recentes, os estudos desenvolvidos pela autora antecedem aos realizados por Vitorino e Piantola (2009; 2011). O fato de termos utilizado as últimas edições das obras de Rios justifica essa “incoerência” nas datas.

independentes das crenças e autocorrigíveis e, das Técnicas Mágicas e Religiosas, que só podem ser executadas segundo determinadas crenças ou rituais. Aqui nos interessa o grupo das Técnicas Racionais. Este grupo subdivide-se em três outros grupos:

- a) **Técnicas Simbólicas:** são técnicas cognitivas e artísticas e se constituem pelo uso dos signos;
- b) **Técnicas de Comportamento:** caracterizam-se pela relação que o homem assume com seu próximo, com o outro. Engloba as técnicas econômicas, administrativas, de propaganda, etc. e;
- c) **Técnicas de Produção:** são aquelas que abrangem o comportamento humano em relação à natureza e à produção de bens (ABBAGNANO, 2007).

Para o autor, nesta última, a Técnica é reconhecida como elemento indispensável à sobrevivência da humanidade. Neste sentido, a sobrevivência e o bem estar do homem estão cada vez mais condicionados ao desenvolvimento da técnica. Ou seja, em busca de qualidade de vida e de conforto o homem desenvolve técnicas que lhe permite agir no processo criativo de objetos, produtos e serviços para o seu bem-estar.

No entanto, a aceitação desses processos técnicos se deu de forma gradativa. O processo social de construção da técnica passa pela valorização das artes e ofícios pela sociedade democrática da antiguidade, mais especificamente da Grécia antiga rompendo com os misticismos da época e com a crença de que as habilidades técnicas eram dadas pelos Deuses (CHAUÍ, 2002, p. 141).

Assim, ao desmistificar as atividades desenvolvidas na sociedade, a Técnica passa a ser compreendida de forma mais objetiva e racional, sendo definida como:

um saber prático obtido por meio da experiência e realizado por habilidades; exige grande capacidade de observação, memória e senso de oportunidade. Refere-se a toda atividade humana realizada de acordo com regras que ordenam a experiência, afastando o acaso (CHAUÍ, 2002, p. 141).

Desta forma, no contexto mencionado pela autora, a técnica tem por objetivo utilizar a natureza de tal forma que possibilite criar algo, não somente objetos ou utensílios, mas também serviços que sejam úteis e favoráveis para o homem. Chauí (2002) complementa que o técnico, portanto, é aquele que cria, que desenvolve certas habilidades dando forma a um elemento da natureza. Completa seu raciocínio ao afirmar que isso é possível porque ele conhece a matéria com a qual trabalha, isto é, tem um entendimento, uma percepção das formas adequadas que podem ser dadas à matéria.

A técnica, portanto, se configura no fazer, ou melhor, no *saber fazer*, na realização de uma ação. Implica dizer, dominar os conteúdos necessários ao desenvolvimento de suas atividades cotidianas. Ao trazeremos esse entendimento para “o fazer profissional” do Bibliotecário, tem-se o domínio das normas técnicas, das regras necessárias ao processamento técnico das informações e do atendimento aos usuários das unidades de informação.

Ter domínio das suas atividades abrange também a resolução de problemas. Neste sentido Lesgard (1996, p. 10) assegura que pensar tecnicamente consiste em elaborar [e identificar] situações de problemas para imediatamente apresentar soluções ótimas.

Desenvolver em plenitude as habilidades técnicas na formação do Bibliotecário se configura numa necessidade fundamental, sem a qual, não haveria razão de existir. Sem o domínio das técnicas inerentes a sua profissão (catalogação, classificação, indexação etc.), o Bibliotecário se tornaria um profissional “inconsistente”, “inapto” ou “incapaz” de atender e orientar os usuários nos processos de busca e uso da informação.

A dimensão técnica, portanto, se apresenta como elemento fundamental, é o suporte da Competência. No entanto, se a formação do Bibliotecário for orientada unicamente pela técnica, o seu fazer, a sua atuação na sociedade ficam empobrecidos, distante das questões sociais, éticas e políticas que a constituem (VITORINO, 2009, p. 55).

Assim, a Dimensão Técnica da Competência Informacional do Bibliotecário torna-se plena quando se vincula as questões éticas e políticas, tendo a estética como elemento unificador.

#### **4.3.2 Dimensão Estética**

A dimensão Estética é aquela que revela a presença da sensibilidade e da criatividade na Competência Informacional. A

sensibilidade, entendida a luz da filosofia, ultrapassa os sentidos humanos, se refere a uma percepção consciente da realidade, o que remete ao intelecto (OSTROWER, 1986). Assmann e Sung (2000, p. 134) discutem os aspectos solidários presentes na sensibilidade, e afirmam que ela constitui numa forma de conhecer o mundo, marcado pela afetividade, empatia, compaixão. Rios (2010, p. 97) também partilha dessa compreensão, para a autora a sensibilidade caracteriza-se pela afetividade dos indivíduos e por sua capacidade criadora.

Sensibilidade e criatividade são elementos humanos, que se destacam no campo das artes. Isso porque a arte, por si só, é um processo criativo, uma manifestação humana, uma forma de expressão “[...] que envolve contextos e condições de trabalho, [abrange uma] ação dentro de uma comunidade afetiva [...] é preciso perceber como se tramam as ideias com as imagens e com os aspectos gestuais” por vezes não captados pela razão (MEIRA, 2009, p. 33).

Assim a dimensão Estética ao ser desenvolvida apresenta-se como um elemento “mediador entre a teoria e a técnica, entre o inteligível e o sensível” (MEIRA, 2009, p. 23). Neste sentido a Estética permite a compreensão da sociedade, a percepção das necessidades dos indivíduos e, se converte em solidariedade e generosidade ao assumir um compromisso com o bem estar coletivo. Mais adiante, na seção cinco deste trabalho, retomaremos a discussão no intuito de apresentarmos uma caracterização da Dimensão Estética da Competência Informacional.

### 4.3.3 Dimensão Ética

A dimensão Ética diz respeito à ação humana, orientada por princípios para a orientação da boa conduta dos indivíduos, é nesta dimensão que se atribui valores e significados plenos às atividades desenvolvidas e, se encontra a noção de respeito ao próximo, no qual se estabelecem os limites entre os direitos e deveres de cada indivíduo.

O primeiro filósofo a se ocupar e refletir sobre as questões éticas foi Aristóteles. Para ele a Ética se constitui numa ciência prática, numa ciência da *práxis*<sup>32</sup> humana. Ou seja, é um conjunto de saberes que

---

<sup>32</sup> Segundo o dicionário de filosofia, “*práxis*” significa ação, “na terminologia Marxista designa o conjunto de relações de produção e trabalho, que constituem a estrutura social, e a ação transformadora que a revolução deve exercer sobre tais relações” (ABBAGNANO, 2007, p. 922).

orientam as ações, as práticas humanas, para que o homem, convivendo em grupo, na *pólis*, - ou, como podemos dizer nos dias de hoje, vivendo em sociedade -, alcance o bem viver e o bem agir que resultam num comportamento coletivo orientado por boas práticas necessárias à vida social (CHAUI, 2002, p. 440; VITORINO; PIANTOLA, 2011, p. 105).

É necessário também apresentarmos a distinção entre a *Ética* e a *Moral*, embora sejam heterogêneas, são frequentemente usadas como sinônimos. Considerando a etimologia da palavra, *Ética* tem sua origem no grego “*ethos*”, que significa costume. Já o termo *Moral* deriva do latim “*moris*” usado para expressar o costume, a forma de comportamento regulada pelo uso (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 301).

Se pela origem etimológica, *Ética* e *Moral* apresentam significados muito próximos, Rios (2010, p. 101) nos mostra que no decorrer do tempo, é possível observar que a *Ética* passa a designar a reflexão, o questionamento sobre os costumes, no intuito de compreender, ou mesmo, encontrar seu fundamento, seus princípios. Sob esta perspectiva, a autora considera que no *ethos*, ou na *Ética*, revela-se um aspecto fundamentalmente humano: a construção de valores (RIOS, 2010, p. 100).

Rios (2008, p. 85-86) faz ainda uma distinção bastante esclarecedora: a **Ética** tem caráter reflexivo sobre a moralidade, baseada em três princípios – o respeito, a justiça e a solidariedade – possibilita que as ações morais possam ser compreendidas e julgadas. A **Moral**, segundo a autora possui um caráter normativo, ou seja, constitui-se em um “conjunto de valores, de princípios, de regras que norteiam o comportamento humano” e está presente nas ações e nas relações que se estabelecem entre os indivíduos num determinado contexto.

Em consonância, Souza (2002, p. 17) argumenta que a *Moral*, regida por um princípio *Ético*, apresenta-se como um elemento norteador ao comportamento e às ações dos indivíduos. A moralidade é, portanto, formadora do comportamento e da cultura das pessoas e manifesta-se em todas as sociedades (RIOS 2010, p. 102).

Se a *Ética* propicia a criação de valores nas sociedades, podemos deduzir que esta não pode ser entendida como um elemento estático. Ao contrário, a sociedade está em constante transformação e evolução, neste sentido, novos valores podem ser concebidos e conseqüentemente, novos comportamentos e atitudes serão aceitos como bons ou maus.

A antropoética, nomenclatura dada por Morin (2011, p. 93) à ética propriamente humana, envolve, segundo o autor, três elementos: o indivíduo, a sociedade e a espécie. Da interação permanente entre estes

elementos é que emergem a consciência e o espírito humano. Assim a ética representa a esperança de se construir uma sociedade global consciente, que se reflete na compreensão e na solidariedade intelectual e moral. Para Morin (2011, p. 89), compreender se caracteriza pelo aprendizado permanente. À luz a educação progressista, Freire (2011, p. 116) destaca uma das funções primordiais do educador: a de orientar o indivíduo para que ele possa vencer as dificuldades de forma autônoma, instigando a curiosidade e a vontade incessante pelo aprendizado.

O Bibliotecário ao assumir a função educativa, pode, portanto, contribuir para a construção dessa sociedade a que se refere Morin, orientando o indivíduo na busca de informações que fomentem a geração de novos conhecimentos. Segundo Souza (2002, p. 13) “a informação é o fluir permanente do conhecimento”, sendo assim, o Bibliotecário ao agir eticamente assume o compromisso com o bem comum, isto é, cumpre a sua missão social de organizar, coordenar e possibilitar o acesso às informações, e a formação do pensamento crítico.

Pensar criticamente, segundo Rios (2011, p. 86) significa considerar todas as possibilidades, é clarear, trazer luz ao que estamos pesquisando, no intuito de aperfeiçoar o que já está bom e corrigir o que ainda não está. É adotar uma postura de questionamentos, indagações que nos direcionem a buscar respostas e a ampliar nossa base de conhecimentos, o que caracteriza o processo de educação contínua. Este processo se torna pleno quando “ao lado da razão, a imaginação, os sentimentos, e os sentidos” se refletem na ação do indivíduo (RIOS, 2010, p. 61).

A Dimensão Ética ao nortear a ação, o fazer profissional, se constitui na base que dá sustentação as demais dimensões. O desenvolvimento da Competência Informacional é engrandecido quando a Técnica, a Estética e a Política se orientam por princípios Éticos, o que implica o domínio dos recursos informacionais, a apropriação efetiva da informação voltada ao uso responsável, à construção de um novo saber que resulte num bem comum social, revelando assim, a sensibilidade e a solidariedade presentes na Ética.

#### **4.3.4 Dimensão Política**

A Dimensão Política está relacionada com as questões sociais, com os direitos e deveres de cada cidadão, “é no espaço político que

transita o poder, que se configuram acordos, que se estabelecem hierarquias, que se assumem compromissos” necessários para a vida em sociedade (FARIAS; VITORINO, 2009, p. 9; RIOS, 2010, p. 104). É nesta dimensão que se encontram as leis que regem a atuação dos profissionais e sua relação com a sociedade. Ou seja, é a relação entre o profissional, o cidadão e a sociedade.

Platão foi um dos filósofos que se ocupou das reflexões políticas, dentre suas obras, destacam-se “A República” e “Leis”. Platão discordava do modelo político vigente em sua época, e apresentou em “A República” o que, em sua concepção, constituía o modelo ideal de uma sociedade política (ARANHA; MARTINS, 2003). Em “O mito da Caverna” livro VII de “A República” o filósofo destaca que a Política consiste na arte de governar um povo, ou a *polis*, com a concordância de seus integrantes, no entanto, o filósofo admitia a possibilidade do uso da força. E acrescenta que esta missão, a de governar, deve ser dada ao indivíduo portador de sabedoria e conhecedor da ciência política, isto é, ao filósofo, já que este está mais preparado para participar dos assuntos políticos e da filosofia (PLATÃO, 2011; ARANHA; MARTINS, 2003).

Também Aristóteles ocupou-se das questões Políticas, para ele, o papel do Estado consiste em possibilitar que o indivíduo desenvolva as suas potencialidades no intuito de alcançar o bem individual, este por sua vez, só é possível ante a participação efetiva em uma comunidade política (TAYLOR, 2009, p. 300). Embora discípulo de Platão, Aristóteles discordava do pensamento político de seu mestre. E argumentou em sua filosofia política que todo bom governante deve possuir a *phronesis*, isto é, a virtude da prudência prática, que visa um governo capaz de gerar uma cidade justa e feliz (ARANHA; MARTINS, 2003, p. 225). Neste sentido, afirma que a Política é uma ciência prática, com objetivo fim a alcançar: “o bem propriamente humano”. Isso significa que a Política é uma ciência que objetiva o bem comum, abrangendo todos os integrantes da sociedade (CHAUI, 2002). Segundo Arendt (2012, p. 44) o sentido da política é a liberdade dos indivíduos. Por liberdade entendemos a capacidade de o homem agir com responsabilidade, de decidir e orientar suas ações segundo as próprias convicções, respeitando os espaços do outro. Sob este aspecto é que reside a maior proximidade entre a Ética e Política. Estas duas dimensões se integram, se complementam e é difícil observá-las desconectadas.

Quando falamos em bem comum, evidenciamos aí uma questão essencial no tocante à Política, que é o convívio entre as pessoas. Pessoas que possuem suas particularidades, que convivem e interagem

entre si, mas com uma diversidade de personalidade e formas de “ver” o mundo. Sobre isso Arendt (2012, p. 21) esclarece que a “política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças”. Neste sentido, a Política é o elemento que norteia os indivíduos a uma convivência pacífica e harmoniosa, à medida que estabelece as regras, os limites e espaços de cada indivíduo, para que um não “invada os espaços” do outro. Arendt (2012, p. 45) revela isso ao afirmar que a Política é uma necessidade imprescindível para a vida humana, tanto em seu aspecto individual, quanto coletivo. Que a própria existência depende do outro para a manutenção da vida, esta dependência se confirma em sua relação de convivência e interação.

Para que o desenvolvimento da Competência Informacional aconteça plenamente nesta dimensão, ela precisa ser irrigada pela Ética, para que as Leis, as regras que norteiam a sociedade estejam alicerçadas em princípios que conduzam os indivíduos a condutas íntegras e felizes. Assumindo o vínculo entre a dimensão Técnica, Ética e Estética, a dimensão Política se encerra então no saber fazer, no saber executar as regras, as normas sociais, considerando, em última análise, uma sensibilidade com o outro, que resulta em solidariedade e no bem estar em sociedade.



## 5 A DIMENSÃO ESTÉTICA (SENSÍVEL) DA COMPETÊNCIA INFORMACIONAL NA FORMAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO

*O estético só tem qualidade quando é partilhável como expressão, conhecimento, comunicação. O estético, neste sentido, significa vivência de intersubjetividade.*

*Marly Ribeiro Meira*

Neste momento retomamos a discussão acerca da Dimensão Estética, resgatando os conceitos oriundos da Filosofia, bem como, os que definem a Competência Informacional, no intuito de caracterizarmos a Dimensão Estética da Competência Informacional direcionada para a formação e atuação profissional do Bibliotecário. Concomitantemente, apresentaremos o discurso coletivo, em fonte itálica, integrando-o a esta dimensão da Competência Informacional<sup>33</sup>.

Podemos notar na literatura que os estudos sobre Competência Informacional, em linhas gerais, estão direcionados aos usuários, isso significa que se tem priorizado a formação de usuários das bibliotecas e unidades de informação para torná-los competentes em informação (VITORINO, 2009, p. 51). Parece-nos que isso decorre do entendimento de que o Bibliotecário, ao graduar-se em Biblioteconomia já domina os recursos informacionais, e que desenvolveu as habilidades necessárias para o uso adequado das TIC. Não se pode ignorar que o Bibliotecário, ao graduar-se, já desenvolveu habilidades informacionais, no entanto, um dos pressupostos da Competência Informacional é o aprendizado contínuo, por toda a vida. Assim, desenvolver a Competência Informacional desde a graduação é uma necessidade para a formação deste profissional e a formação continuada torna-se uma prioridade para estes profissionais.

Outro fator que reforça esse entendimento é que a sociedade está em constante transformação. Isso significa que as informações e as tecnologias tornam-se obsoletas rapidamente, o que, por si só, requer do indivíduo uma atualização contínua. Os profissionais que trabalham com informação, dentre eles o Bibliotecário, deparam-se frequentemente com novos recursos, novas tecnologias informacionais, que impactam de forma significativa as formas de aprendizagem e de atuação profissional

---

<sup>33</sup> Nos Apêndices: H; I e; J apresentamos os discursos dos entrevistados na íntegra.

(DELORS<sup>34</sup>, 1998, p. 64). Ante esse contexto, para que possa orientar e intermediar o acesso à informação, o Bibliotecário ao adotar uma estratégia de aprendizado contínuo para si, segundo Delors (1998, p. 64) precisa “compreender a natureza destas novas tecnologias” e os impactos que elas trazem ao cotidiano das pessoas.

A primeira pergunta que fizemos aos entrevistados foi: O que você entende por Competência Informacional? As respostas a esta questão resultou no seguinte DSC:

*A Competência Informacional é a reunião, a mobilização de um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes voltados ao uso dos recursos informacionais, implica em saber utilizar as estratégias de busca, localizar e usar a informação de forma inteligente para a construção de novo conhecimento e intervenção na sociedade. Essa mobilização só é possível por meio da educação continuada, ao longo da vida, pela capacidade de aprender a aprender autonomamente, se concretiza na ação, no preocupar-se com o outro.*

Podemos observar que neste DSC a Competência Informacional é compreendida em consonância com os principais conceitos apresentados anteriormente. É central no discurso a questão do desenvolvimento das habilidades para o uso adequado dos recursos informacionais (identificar a necessidade informacional, saber usar estratégias de busca, conhecer as fontes de informação, recuperar e utilizar a informação para a solução de problemas e para geração de novos saberes), bem como, a educação ao longo da vida, o aprender a aprender.

O aprender a aprender na concepção de Delors (1998, p. 89-102) encontra sustentação em quatro pilares: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver juntos e; aprender a ser.

**I. O aprender a conhecer** envolve, primeiramente, o exercício da memória, do pensamento e da atenção. Implica em aprender uma gama de conhecimentos culturais que possibilite ao indivíduo a compreensão do mundo e se fundamenta no prazer pelo aprendizado.

**II. O aprender a fazer** está intimamente relacionado à formação profissional, que possibilite a construção de competências para que

---

<sup>34</sup> O relatório “Educação: um tesouro a descobrir” coordenado por Jacques Delors (1998) é direcionado aos profissionais envolvidos com a educação, não especificamente ao Bibliotecário. No entanto, considerando que este profissional é também um ator do contexto educacional, as orientações e discursos encontrados no documento são adequados e neste trabalho serão direcionados ao Bibliotecário.

indivíduo esteja apto a desenvolver as suas atividades e a enfrentar e solucionar problemas.

**III. Aprender a viver juntos** é desenvolver a capacidade de compreender o outro, de respeitar as individualidades e saber trabalhar em conjunto, bem como, saber lidar de forma serena com os conflitos existentes no convívio em sociedade.

**IV. O aprender a ser** requer que a educação contribua para a formação do indivíduo em sua totalidade, propiciando a “liberdade de pensamento, discernimento, sentimentos e imaginação”, necessários ao desenvolvimento de suas potencialidades, para que, em certa medida, assumam os rumos de suas próprias vidas.

Estes quatro pilares apresentados por Jacques Delors (1998) como alicerces da educação para o Século XXI, se assemelham às quatro Dimensões da Competência Informacional que apresentamos na seção anterior. O Aprender a Conhecer, nos parece ter características que encontramos na Dimensão Ética, de conhecer os aspectos culturais que norteiam nosso fazer. Aprender a Fazer relaciona-se diretamente com a Dimensão Técnica. O Aprender a Viver Juntos é imbuído dos aspectos Políticos, de convivência e respeito mútuo e às regras sociais. E por fim, o Aprender a Ser é aquele que carrega em si os aspectos Estéticos, como a imaginação, a sensibilidade e a criatividade.

A Competência Informacional também é compreendida no DSC como um elemento de emancipação social, à medida que proporciona o aprendizado e o pensamento crítico. Sobre a pedagogia da emancipação, Dudziak (2011, p. 179-180) argumenta que ela está além das situações pré-estabelecidas, envolvendo questões intrínsecas do ser humano, como a “emoção, senso de pertença, ser aceito como é, e ser desafiado a melhorar sempre” e complementa que “o domínio emancipatório significa exercer o autoconhecimento voltado para a mudança e aperfeiçoamento social que busca valores como a solidariedade, o respeito à individualidade, liberdade e comprometimento consigo e com o grupo”. Esses elementos: o autoconhecimento e a solidariedade revelam as características estéticas da Competência Informacional.

Podemos afirmar que a Competência Informacional é, portanto, uma disciplina para mudança, no sentido de que possibilita ao indivíduo a compreensão de seu contexto, o instiga a assumir uma postura crítica e responsável ante as várias demandas sociais e, a partir da geração de novos conhecimentos resulte em benefícios que possam ser aplicados na sociedade tendo em vista o bem comum. Segundo Behrens (2012, p. 79), no processo de construção de conhecimentos, alguns elementos são essenciais: a ousadia, a criatividade, a reflexão sobre as informações

acessadas, para que então, se possa criar um novo conhecimento que seja relevante e significativo, e acrescentamos: que seja passível de aplicação para transformação da realidade social. Entendemos que a Competência Informacional pode contribuir significativamente para este processo.

Assim, o Bibliotecário ao adotar os princípios da Competência Informacional em sua prática profissional estará contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. No entanto, para que ele tenha essa consciência, acreditamos que no período de sua formação, a Competência Informacional já deve estar integrada ao currículo, instigando-o (o aluno de Biblioteconomia) a questionar a realidade na qual está inserido, a refletir sobre a sua atuação, e de que forma ele pode contribuir para transformação da realidade social. Esse entendimento se confirma no DSC.

A segunda pergunta da entrevista foi: O Bibliotecário é um profissional que pela sua formação, já desenvolve habilidades para o uso adequado dos variados recursos informacionais. Como você vê o desenvolvimento da Competência Informacional direcionado aos profissionais Bibliotecários?

O desenvolvimento da Competência Informacional para o Bibliotecário está explícito nas falas dos especialistas, formando um discurso que revela *que a Competência Informacional deve estar institucionalizada, inserida nos projetos pedagógicos dos cursos de biblioteconomia. Deve focar o aprendizado continuado, envolvendo as mudanças tecnológicas e os novos perfis de usuários. A Competência Informacional está além de habilidades informacionais, implica no desenvolvimento e mobilização de seu conjunto de habilidades, atitudes e recursos para sanar as próprias necessidades de informação, bem como, para educar outras pessoas para serem competentes em informação. O Bibliotecário deve ser o mediador entre o acesso e o uso da informação, tendo uma ampla visão da Competência e de suas aplicações no contexto social.*

Aqui também é reforçado o papel educativo do Bibliotecário que deve estar preparado para orientar o desenvolvimento da Competência Informacional nos indivíduos a que atende. Na concepção de Delors (1998, p. 99) cabe ao sistema educacional – do qual o Bibliotecário é integrante – “contribuir para o desenvolvimento total da pessoa”, o que inclui o desenvolvimento de todos os aspectos humanos, como “espírito e corpo, inteligência e sensibilidade, sentido estético, responsabilidade

pessoal [e] espiritualidade”. Podemos identificar, nessa situação, que os objetivos da Educação e da Competência Informacional apontam para a mesma direção. Ambas almejam contribuir para a formação de indivíduos capazes de assumir responsabilidades, de refletir sobre sua vida e sobre a sociedade. Planejando e criando alternativas capazes de modificar o seu contexto, com qualidade de vida, de tal forma que isso se reflita no outro e na sociedade. As características estéticas estão presentes nesta concepção, e a criatividade e a imaginação devem ser estimuladas. Uma das ferramentas mais eficazes para isso é a leitura. Ser curioso, querer aprender, são características notórias nas pessoas esteticamente desenvolvidas, mesmo que elas não tenham a consciência disso. A educação formal passa necessariamente pela leitura e encontra – ou deveria encontrar – na figura do Bibliotecário um incentivador. A promoção da leitura é uma das funções educativas do Bibliotecário e deve acontecer em parceria com os professores, de forma natural e permanente.

A educação consiste num processo contínuo de desenvolvimento do ser humano, que requer, antes de tudo, um autoconhecimento, para posteriormente, o indivíduo poder criar os vínculos e as relações com o outro (DELORS, 1998, p 101). Assmann (2007, p. 32) destaca ainda que, a educação só atinge os resultados almejados quando direciona seus esforços para geração de “experiências de aprendizagem”, quando se utiliza da criatividade para geração de novos saberes e, se preocupa em desenvolver as habilidades necessárias ao acesso das mais variadas fontes de informação e dos mais variados assuntos. É possível, portanto, inferir que da mesma forma como a Competência Informacional se vincula as práticas educativas, a Educação também precisa se apropriar dos princípios da Competência Informacional para alcançar com êxito os seus objetivos.

Ainda sobre o seu papel educativo, Lau (2008, p. 35) afirma que o Bibliotecário precisa estar preocupado em buscar novas oportunidades de aprender e de melhorar a suas habilidades de mediador e facilitador no processo de aprendizagem. Neste sentido, o autor ressalta que conhecer e familiarizar-se com as diversas teorias educacionais<sup>35</sup> torna-

---

<sup>35</sup> Jesús Lau menciona duas teorias educacionais e os modelos de aprendizagem, quais sejam: Teoria do Comportamento, que tem como base os conceitos de *Condicionamento*, do *Reforço* e da *Aprendizagem por Observação*; Teoria Construtivista que tem como principais Modelos de Aprendizagem: *Atividades práticas de resolução de problemas*, o *modelo de Etapas do desenvolvimento*

se essencial em sua atuação profissional. O segundo passo consistiria em adotar uma teoria, aquela com que o Bibliotecário mais se identificar, para então desenvolver com propriedade a sua função educativa.

As discussões até o momento nos mostram que a Competência Informacional se constitui das quatro dimensões: Técnica, Estética, Ética e Política, que ela só existe alicerçada nestes princípios. Destacamos, em virtude de nosso objeto de estudo, a Dimensão Estética. Buscamos agora, no DSC, a resposta para a terceira e última pergunta da entrevista (No seu entendimento, qual a importância da Dimensão Estética para o desenvolvimento da Competência Informacional dos profissionais Bibliotecários?) aplicada aos especialistas em Competência Informacional.

Para esta questão, há dois discursos centrais, que demonstram simultaneamente: o caráter inédito desta abordagem, direcionando o estudo da Estética para a Competência Informacional e; a relevância da pesquisa para a formação do Bibliotecário e para a construção e fortalecimento teórico e conceitual da área.

Destacamos, primeiramente, o DSC no qual os sujeitos afirmam *que não estão em condições de responder a esta questão, já que não possuem, ainda, conhecimento aprofundado sobre o tema, há pouca literatura na área sobre esta abordagem, “na verdade, a sua é a primeira que eu vejo”, a Dimensão Estética “é desconhecida pela maioria dos profissionais”*. Neste discurso, fica evidente que embora já existam discussões sobre as Dimensões da Competência Informacional, como podemos conferir nos estudos realizados por Vitorino (2007; 2009) e Vitorino e Piantola (2009; 2011), este estudo, direcionado especificamente à Dimensão Estética, parece ser pioneiro e consequentemente, complexo.

O segundo DSC encontrado para esta questão destaca a relevância da Estética para a formação do Bibliotecário, já que *possibilita encontrar novos caminhos para a solução de problemas relacionados à informação e ao cotidiano de seu trabalho. Ela envolve a capacidade de criar, organizar e, talvez, a de oferecer novos significados àquilo que está obsoleto. Envolve ainda a sensibilidade para observar aquilo que está além das aparências, nas entrelinhas, o que há de subjetivo. A ausência da sensibilidade no saber-fazer resulta*

---

*cognitivo e, por fim, o modelo de Construção com base no conhecimento prévio.*

*em um fazer "frio" e metódico, já a imaginação propicia ao profissional se antecipar aos acontecimentos e a se tornar um criador efetivo das suas obras, assim, revestida de sensibilidade, a ação alcança o outro. A criatividade é de grande relevância, principalmente para o desenvolvimento da leitura, que é um dos pilares da Competência Informacional. O equilíbrio proposto pela Estética é uma fusão cuidadosa de dois elementos que mobilizam as pessoas: o sentimento e o entendimento. Ela destaca a importância da criatividade para que o Bibliotecário possa alcançar a consciência sobre suas potencialidades, sua liberdade pessoal e autonomia, propiciando uma transformação integradora com as outras dimensões que envolvem a Competência em Informação.*

A Estética é sem dúvida um elemento que deve estar presente na formação não somente do Bibliotecário, mas de todos os profissionais, pois, a partir dela o indivíduo desenvolve um olhar crítico para a sociedade, para as questões que a Técnica não dá conta de resolver. Neste sentido é que Meira (2009, p. 24) explica que a Estética tem como consciência e reflexão o universo que chega a nós pelos sentidos, sentimentos, linguagem afetiva, pelo mundo histórico, pessoal e radical, em termos de vida, ou seja, envolve a compreensão das questões exclusivamente humanas.

Esse entendimento se confirma na fala de Sanchez Vázquez (1999, p. 55): o autor afirma que embora a Estética envolva os elementos como a sensibilidade, a imaginação, a afetividade, ela também abarca um elemento intelectual. Em nosso entendimento, isso vai ao encontro das concepções de Hegel (2009), Kant (2009) e Baumgarten (1993). Retomamos, de forma sintetizada, o discurso destes filósofos. Para Hegel a consciência sensível se apresenta como a primeira forma de conhecimento do homem. Kant, por sua vez, alerta que é impossível se construir algum conhecimento, sem antes vivenciarmos alguma experiência; e Baumgarten afirma que a Estética envolve a capacidade que temos de prestar atenção, de perceber e reconhecer as coisas por meio de nossa sensibilidade.

Essa percepção que nos permite reconhecer os objetos – e por que não, as coisas e acontecimentos que nos envolvem diariamente –, se constitui num complexo, que inclui além da percepção, os processos cognitivos de recordação, imaginação, sentimentos (bons e maus) e os pensamentos. É um ato individual, já que acontece no íntimo de cada ser, mas é também um ato social, já que o indivíduo está inserido num contexto social e tanto influencia, como é influenciado pelo meio,

portanto, as suas percepções são condicionadas pela sociedade em que está inserido (SANCHEZ VÁZQUEZ, 1999, p. 137).

Neste sentido, a Dimensão Estética da Competência Informacional está relacionada à construção de novos conhecimentos, por meio da sensibilidade, da criatividade e das percepções do mundo no qual estamos inseridos, considera ainda as experiências vividas pelo indivíduo. Podemos reafirmar ainda que a Competência Informacional traz em seu conceito, mesmo que subentendido, as características Estéticas. Estas características resgatadas da filosofia evidenciam que a Competência Informacional, ao buscar amparo na Estética, visa à formação do Bibliotecário particularmente preocupado com os aspectos humanos e sociais. Ou seja, implica em despertar neste profissional o seu lado humano, adormecido por um longo período em que se vivenciou uma formação bibliotecária predominantemente técnica, conforme destacamos na seção 2.4.2 deste trabalho.

Desenvolver a Competência Informacional do Bibliotecário, ou mesmo em outros indivíduos, supera as questões essencialmente capitalistas, em que predominam os pensamentos oportunistas que objetivem atender exclusivamente ao mercado de trabalho. O aprendizado ao longo da vida, uma marca essencial da Competência Informacional, tem por objetivo maior a formação de indivíduos críticos, detentores de autonomia e criatividade para solucionar os problemas, bem como, reflexivos e questionadores, que saibam analisar o seu contexto social e planejar ações que se reflitam em mudança e resulte em um bem estar coletivo (BEHRENS, 2012, p. 71).

O Bibliotecário ao desenvolver a Dimensão Estética da Competência Informacional, mantendo-a em pleno equilíbrio com as demais Dimensões: Técnica Ética e Política será um profissional com domínio das técnicas inerentes ao seu fazer cotidiano, sem, contudo, descuidar-se das questões Éticas e Políticas que sustentam a sua atuação profissional, e com uma capacidade criativa e imaginativa, antecipando-se aos problemas e criando soluções que se refletem na sua ação, ou seja, na qualidade dos serviços prestados. A sensibilidade cumpre a função de enaltecer os aspectos humanos, a capacidade de se comover e se preocupar com o outro, resultando em um exercício profissional solidário.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões desenvolvidas neste trabalho apontam para o entendimento de que a Dimensão Estética da Competência Informacional se faz necessária na atuação profissional do Bibliotecário. Buscamos na Filosofia os conceitos sobre a Estética, para então, apresentarmos uma caracterização desta dimensão da Competência Informacional.

A Competência Informacional desponta na sociedade como uma disciplina capaz de direcionar as preocupações dos indivíduos para a emancipação social, à medida que desenvolve a capacidade de saber lidar com universo informacional turbulento e em ritmo acelerado de crescimento, ao mesmo tempo em que, associada às tecnologias de informação e comunicação, a informação transforma-se, a partir de meados do século XX, em elemento essencial para o desenvolvimento econômico, político e social.

Ser competente em informação é, portanto, uma característica fundamental para a vivência em sociedade. Implica em reconhecer quando se necessita de uma informação; conhecer como a informação é estruturada e organizada; construir estratégias de busca, saber identificar as fontes de informação (tanto às formais quanto as informais); recuperar a informação e apropriar-se de seu conteúdo para resolução de seu problema e para gerar um novo conhecimento de tal forma que as outras pessoas também sejam beneficiadas. Consiste em uma busca permanente pelo aprendizado, não de forma leviana ou fragmentada, mas de forma serena, tranquila, num processo que se dá no decorrer da vida. Desenvolver estas habilidades envolve a inteligência, a criatividade, a imaginação, a serenidade e a sensibilidade do ser.

A Competência Informacional é sustentada por quatro Dimensões, que se complementam e se equilibram. A Dimensão Técnica garante o saber fazer, ou seja, é o fazer cotidiano que envolve tanto os processos de organização da informação, como o saber fazer direcionado ao atendimento aos usuários, o saber atender e orientar para o uso eficaz dos recursos informacionais. A Estética é a que proporciona a criatividade e sensibilidade do profissional e se concretiza no outro, na solidariedade e na serenidade. As Dimensões, Ética e Política, determinam as regras de convívio social, os direitos e deveres de cada cidadão. Desenvolvidas em equilíbrio, as quatro dimensões proporcionam o desabrochar de um profissional completo, que busca fazer de sua prática uma ferramenta de democracia e de bem estar coletivo.

Vimos que a formação do Bibliotecário por muitos anos priorizou a Dimensão Técnica. Assim, num determinado período da formação destes profissionais, os aspectos humanos e sociais foram pouco explorados nos cursos de graduação em Biblioteconomia no Brasil. Isso se deu pelo fato de se ter importado um modelo de ensino caracteristicamente tecnicista oriundo dos EUA, sem, no entanto, adequar esse modelo à realidade e as características nacionais. Consequentemente, uma geração de Bibliotecários se preocupou com a técnica em detrimento de ações voltadas à cultura e às questões políticas e sociais. Ou seja, em grande maioria, estas questões estiveram “adormecidas” no cotidiano das práticas profissionais do Bibliotecário.

Outro fator que contribuiu para esse cenário tecnicista é que a própria sociedade vivenciava períodos de transformações econômicas e políticas, nas quais as preocupações centrais estavam voltadas à industrialização, à produção, à economia, características de uma sociedade capitalista. Também a noção de tempo se alterou a partir desse período: com a inserção das tecnologias no dia-a-dia das pessoas novas habilidades foram atribuídas aos profissionais e o tempo para sua realização foi reduzido. Esse novo ritmo, sempre acelerado, resultou em uma constante “falta de tempo”, inclusive para as pessoas dedicarem-se às questões sociais, para refletirem sobre a realidade, o que, por sua vez, gerou também certo individualismo.

Integrar a Competência Informacional ao ensino de Biblioteconomia consiste numa forma de se despertar os aspectos humanos e sociais da profissão, adormecidos. Nosso intuito não é fazer uma crítica aos aspectos técnicos biblioteconômicos, até porque, entendemos que uma formação sem o ensino das técnicas é vazio e inconsistente, e que estas sustentam as bases da profissão. Apenas destacamos que a técnica não se configura no objeto fim das práticas Bibliotecárias, mas como meio, já que é pela técnica que a organização e recuperação da informação ocorrem. Ou seja, na Competência Informacional esta dimensão tem seu devido espaço e crédito. Assim, a preocupação maior da Biblioteconomia – o usuário competente em informação – possibilitará o uso autônomo das ferramentas tecnológicas e de acesso à informação rumo a uma sociedade mais homogênea e que proporcione equidade dos direitos de cada cidadão. O DSC também destaca a relevância da Competência Informacional para a formação do Bibliotecário. Este deve assumir uma atitude de aprendizado contínuo e atualização sobre as temáticas que envolvem sua profissão. Para poder

orientar os usuários na busca por informações, o Bibliotecário competente em informação, terá um olhar crítico sobre as questões sociais, aprenderá e contribuirá para as mudanças que a sociedade promove.

No entanto, se ansiamos por uma sociedade mais justa, mais solidária e sensível, precisamos desacelerar um pouco nosso ritmo. Precisamos parar, refletir, olhar para o outro e buscar compreender quais as necessidades existentes para que tornemos possível uma sociedade mais igualitária, com oportunidades para todos, na qual prevaleça o bem estar social. Temos consciência de que não se trata de uma tarefa fácil, mas sim de um grande desafio a ser enfrentado por todos. A Competência Informacional pode contribuir para a concretização desta sociedade, e para isso, devemos considerar as diferentes realidades sociais.

Isso significa que para cada contexto em que se pretende implantar projetos de desenvolvimento da Competência Informacional, deve-se fazer um estudo preliminar para se identificar as necessidades e o nível de conhecimentos e de habilidades do grupo. Ou seja, as propostas para o desenvolvimento da Competência Informacional devem ser aplicadas conforme as capacidades iniciais de cada grupo, já que podemos aplicar modelos diferenciados a grupos de indivíduos heterogêneos, por exemplo: grupos de crianças das séries iniciais, no ambiente escolar, grupos de jovens, grupos de universitários, grupos de idosos, de profissionais (Médicos, Advogados, Professores, Engenheiros, Bibliotecários etc.). Partimos da concepção de que cada grupo de indivíduos terá uma base de conhecimentos e de habilidades que diferem entre si, o que demanda modelos personalizados para o desenvolvimento da Competência Informacional. Este olhar sensível para as diferenças presentes nos grupos sociais pode ser estimulado por meio da Dimensão Estética.

Acreditamos que desenvolver a Dimensão Estética da Competência Informacional contribui significativamente para a construção desta sociedade ideal. O Bibliotecário é um profissional que está presente na formação dos demais profissionais, especialmente nos dias atuais, em que a informação ocupa um espaço expressivo na sociedade.

Os cursos de Biblioteconomia ofertados no país a partir de década de 2000 já apresentam uma proposta curricular mais flexível, preocupados em formar profissionais capacitados para desenvolverem atividades técnicas, culturais e sociais. Dentre as atitudes esperadas desta nova geração de Bibliotecários, estão: a sensibilidade para saber

identificar os problemas informacionais de seus usuários, a criatividade, a curiosidade, a capacidade de trabalhar em equipe e senso crítico aguçado. Ou seja, mesmo sem mencionar a Estética, as novas Diretrizes Curriculares apresentadas no Parecer CNE/CES 492/2001, carregam as características desta área da Filosofia nos novos currículos.

O desenvolvimento desta pesquisa, em nossa percepção contribui para o resgate do perfil humanista do Bibliotecário. Isso porque a abordagem da Estética diz respeito justamente à sensibilidade, à criatividade e, relacioná-la à formação do Bibliotecário implica em desenvolver o equilíbrio entre a técnica e a erudição e se revela em uma preocupação social e em ações que resultem em transformação da realidade. Assim, ao se adotar os princípios da Estética na formação do Bibliotecário, teremos um profissional com pleno domínio das técnicas necessárias ao seu fazer cotidiano, mas com as suas habilidades estéticas bem desenvolvidas, tornando-o mais criativo e sensível no atendimento de seus usuários. Sensível no sentido de dispensar a atenção necessária ao atendimento destes e de captar as suas necessidades informacionais, orientando-os na busca das informações das quais necessitam.

As contribuições da Estética para o desenvolvimento da Competência Informacional são, portanto, relevantes. Implica em despertar no Bibliotecário as características como: solidariedade, criatividade, humanismo, imaginação e sensibilidade em seu fazer profissional, enriquecendo as suas práticas cotidianas. Isso, por sua vez, resulta na reflexão de suas potencialidades e possibilidades como profissional, capaz de instigar no outro a curiosidade, de estimular o prazer da leitura e do aprendizado e de contribuir para uma sociedade melhor, mais harmoniosa e solidária. Essa compreensão da Estética também está explícita no DSC, destacando a capacidade que, ao desenvolver esta dimensão, o Bibliotecário terá para *“oferecer novos significados àquilo que está obsoleto”*. A imaginação, estimulada *“propicia ao profissional se antecipar aos acontecimentos”*, ou seja, é por meio de suas experiências que o Bibliotecário consegue prever algumas situações, antecipando, ou pensando previamente em algumas soluções. Isso consiste na *“fusão cuidadosa de dois elementos que mobilizam as pessoas: o sentimento e o entendimento”*. Na condição humana, todo profissional está sentindo alguma coisa, alguma emoção. Nunca estamos neutros, essa fusão mencionada no DSC, em nosso entendimento é a capacidade de manter a serenidade, o equilíbrio emocional, de refletir, mesmo em situações adversas, difíceis.

Esta pesquisa, acreditamos, representa apenas as primeiras sementes sobre o tema lançadas no campo da Ciência da Informação e da Biblioteconomia. Para crescer e dar frutos, serão necessários outros estudos a regarem este campo. É possível observar na literatura que há uma lacuna a ser estudada no tocante a programas para o desenvolvimento da Competência Informacional, especialmente sob o foco da Dimensão Estética. Assim, entendemos que novas pesquisas sobre esta temática devem ser desenvolvidas, trazendo novos olhares e entendimentos, novas experiências estéticas, fortalecendo a Competência Informacional e a própria Biblioteconomia. Uma dessas possibilidades é a composição de diretrizes para o desenvolvimento da Competência Informacional a partir da Dimensão Estética. Uma nova semente que ainda precisa ser cultivada.



## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Ed. rev. e amp. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABBOTT, Andrew. **The system of professions: an essay on the division of expert labor**. Chicago: The University of Chicago Press, 1988. p. 59-85.

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP, 2001. p. 56-62.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Profissional bibliotecário: um pacto com o excludente. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). **Profissional da Informação: o espaço de trabalho**. Brasília: Thesaurus: 2004. p. 70-86.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Presidential Committee on Information Literacy. **Final report**. Chicago, 1989. Disponível em: <<http://www.ala.org/ala/mgrps/divs/acrl/publications/whitepapers/presidential.cfm>>. Acesso em: 14 maio 2001.

ANDRADE, Eugênia Albino; OLIVEIRA, Marlene de. A Ciência da Informação no Brasil. In: OLIVEIRA, Marlene de (Coord.). **Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p. 45-60.

AQUINO, Miriam de Albuquerque. A Ciência da Informação: novos rumos sociais para um pensar reconstrutivo no mundo contemporâneo. **Ciência da informação**, Brasília, DF, v. 36, n. 3, p. 9-16, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/975/728>>. Acesso em: 03 Out. 2012.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. 3. ed. rev. São Paulo: Moderna, 2003.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga; DIAS, Guilherme Atayde. A Atuação profissional do bibliotecário no contexto da sociedade da informação: os novos espaços de informação. In: OLIVEIRA, Marlene de (Coord.).

**Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. cap. 6, p. 111-122.

ARAÚJO, Vania Maria Rodrigues Hermes de. Informação: instrumento de dominação e de submissão. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 20, n. 1, p. 37-44, jan./jun. 1991. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1226/866>>.

Acesso em: 03 Out. 2012.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 21-84.

ASSMANN, Hugo. A metamorfose do aprender na sociedade da informação. **Ciência da informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 7-15, maio/ago. 2000. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a02v29n2.pdf>>. Acesso em: 05 jun.

2012.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente.** 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ASSMANN, Hugo; SUNG, Jung Mo. **Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

AUGUSTO, Maria Helena Oliveira. Tempo e indivíduo no mundo contemporâneo: o sentido da morte. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 157-172, 1994. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34496/37234>>.

Acesso em: 05 jun. 2012.

BARBOSA, Alexandre F. (Coord.). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil 2005-2009** = Survey on the use of information and communication technologies in Brazil 2005-2009. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2010.



BARRETO, Aldo Albuquerque. Glossário sobre a Ciência da Informação. **DataGramZero**, v. 8, n. 1, fev. 2007. Disponível em: <[http://www.datagramazero.org.br/fev07/Ind\\_com.htm](http://www.datagramazero.org.br/fev07/Ind_com.htm)> Acesso em: 9 jun. 2012.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**. v. 16, n. 3, p. 67-74, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v16n3/13563.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2012.

BARROS, Daniela Melaré Vieira. Virtual Literacy: mediação para a informação e a aprendizagem. In: PASSOS, Rosemary; SANTOS, Gildenir Carolino (Org.). **Competência em informação na sociedade da aprendizagem**. 2. ed. rev. Bauru: Kairós, 2005. p. 85-94.

BARROS, Flávia Roberta dos Santos de. Bibliotecário e o compromisso social. In: SOUTO, Leonardo Fernandes (Org.). **O profissional da informação em tempos de mudanças**. Campinas: Alínea, 2005. cap. 4, p. 69-82.

BAUMGARTEN, A. G. **Estética**: a lógica da arte e do poema. Petrópolis: Vozes, 1993.

BEHRENS, Marilda Aparecida. Projetos de aprendizagem colaborativa num paradigma emergente. In: MORAN, José Manuel; MASSETO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 19. ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 67-132.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. KOBAYASHI, Maria do Carmo Monteiro; FERES, Glória Georges. Information literacy: um indicador de competência para a formação permanente de professores na sociedade do conhecimento. **Educação Temática Digital**, Campinas. v. 6, n. 1, p.81-99, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/2009/1837>>. Acesso em: 20 set. 2012.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. **Construção de Mapas**: desenvolvendo competências em informação e comunicação. 2. ed. Bauru: Cá entre nós, 2007.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. **Educação de usuários de bibliotecas universitárias: da conceituação e sistematização ao estabelecimento de diretrizes**. 1989. 107 f. Dissertação (Mestrado) ECA-USP, São Paulo, 1989.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. **Memória da Biblioteconomia Brasileira**. Depoimento fornecido a Elisabeth Dudziak, durante o CBBB 2009, a respeito das competências do bibliotecário brasileiro. Disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?v=c8WBbK\\_wOCw](http://www.youtube.com/watch?v=c8WBbK_wOCw)>. Acesso em: 20 set. 2013.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. O uso de mapas conceituais para o desenvolvimento da competência em Informação: um exercício de criatividade. In: PASSOS, Rosemary; SANTOS, Gildenir Carolino (Org.). **Competência em informação na sociedade da aprendizagem**. 2. ed. rev. Bauru: Kairós, 2005. p. 29-53.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista; FERES, Glória Georges. Competência em informação, criatividade e inovação: uma experiência didática sob o enfoque de redes de conhecimento nas organizações. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 25., 2013. **Anais...** Florianópolis: FEBAB, 2013. (Apresentação Oral) Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=GiIPBP4OOHU>>. Acesso em: 20 set. 2013.

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.) **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. p.17-38.

BRASIL. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Tabela de Áreas de Conhecimento**. 2009. Disponível em: <<http://capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>>. Acesso em: 23 jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. **Histórico**. Disponível em: <[http://www.bn.br/portal/?nu\\_pagina=11](http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=11)>. Acesso em: 03 set. 2012a.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. **Os Personagens: Manuel Cícero Peregrino da Silva**. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/200anos/manuelCicero.html>>. Acesso em: 03 set. 2012b.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CES 492/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 9 jul. 2001, Seção 1e, p. 50. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>> Acesso em: 25 set. 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações: Códigos, títulos e descrições**. CBO 2010. 3a ed. Brasília : TEM; SPPE, 2010. (Livro 1). Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/downloads.jsf;jsessionid=196AEB0F238966DE1BB1BDBA6A20F57A.lbroutef121p007>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

BRUCE, Christine Susan. **Seven faces of information literacy**. Adelaide: Auslib Press, 1997.

BUSH, Vannevar. As We May Think. **The Atlantic Monthly**, jul, 1945. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/unbound/flashbks/computer/bushf.htm>> Acesso em: 21 maio 2012.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. **Os Personagens: Benjamin Franklin Ramiz Galvão**. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/200anos/ramizGalvao.html>>. Acesso em: 03 set. 2012.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Letramento Informacional**: função educativa do bibliotecário na escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. (Biblioteca na Escola).

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Letramento Informacional no Brasil**: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico. 2009. 209 f. Tese. (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2009.

CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003. Disponível em: <[http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/sbu\\_rci/article/view/502/pdf\\_8](http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/sbu_rci/article/view/502/pdf_8)>. Acesso em: 20 mar. 2011.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Belo Horizonte (Brasil) 10 de Novembro de 2003. Ana CABRAL, Maria Rezende; DIAS, Eduardo Wense; PAIM, Isis; DUMONT, Ligia Maria Moreira; AUN, Marta Pinheiro; BORGES, Mônica Erichsen Nassif (Tradutores). Disponível em: <[http://www.capurro.de/enancib\\_p.htm](http://www.capurro.de/enancib_p.htm)>. Acesso em: 14 jul. 2012.

CAREGNATO, Sônia Elisa. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, jan./dez. 2000.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia no Brasil**: perspectiva histórica. Brasília: Ed. Thesaurus, 2000. 287 p.

CASTRO, César Augusto. Histórico e evolução curricular na área de biblioteconomia no Brasil. In: VALENTIM, Marta Lígia (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. cap. 2, p. 25-48.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia:** dos pré-socráticos a Aristóteles. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. v. 1. p. 440-486.

CHRISTENSEN, Jens. The information Professional in Danmark. In: (International Federation for Information and Documentation.) **State of the modern information Professional:** 1992-1993. Netherlands: FID, 1992. p. 67-92. Disponível em: <<http://www.eric.ed.gov/PDFS/ED356798.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2012.

CLAUSEN, Helge. The future information professional: old wine in new bottles? Part one. **Libri**, Copenhagen, v. 40, n. 4, p. 265-277, 1990.

COELHO NETO, J. Teixeira. **Introdução à teoria da informação estética.** São Paulo: Vozes, 1973.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MELO, José Luiz Bica de. **A técnica de entrevista na pesquisa social.** Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 143-159, 1998.

COSTA, Sérgio Roberto. Interação, Alfabetização e Letramento: uma proposta de/para alfabetizar, letrando. In: MELLO, Maria Cristina de; RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral (Org.) **Letramento:** significados e tendências. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2004. p. 13-49.

CRONIN, Blaise. Profissionalização ou Proletarização da atividade informacional. **Rev. Escola Biblioteconomia UFMG**, Bel Horizonte, v. 22, n. 1, p. 38-65, jan./jun. 1993. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002907&dd1=e63e7>>. Acesso em: 07 jul. 2012.

CUNHA, Miriam Vieira da. As profissões e as suas transformações na sociedade. In: CUNHA, Miriam Vieira da; SOUZA, Francisco das Chagas (Org.). **Comunicação, gestão e profissão:** abordagens para o estudo da ciência da informação. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 141-150.

CUNHA, Miriam Vieira da; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. O mundo do trabalho na sociedade do conhecimento e os paradoxos das

profissões da informação. In: VALENTIM, Marta Lúgia (Org.). **Atuação profissional na área da informação**. São Paulo: Polis, 2004. cap. 2, p. 39-54.

DELORS, Jacques (Org.). **Educação: um tesouro a descobrir**: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, 1998.

DEMO, Pedro. Ambivalências da Sociedade da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 37-42, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a05v29n2.pdf>>. Acesso em: 20/09/2012.

DEMO, Pedro. **Habilidades e competências no século XXI**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 127-153.

DIAS, Antonio Caetano. **O ensino da biblioteconomia no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, 1955. 32 p.

DINIZ, Marli. **Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2001.

DOTTA ORTEGA, Cristina. Categorias configuradoras da Ciência da Informação: seleção, exploração e sistematização. **Documentación de las Ciencias de la Información**, v. 33, p. 289-328, 2010.

DUDZIAK, Elizabeth Adriana. BELLUZZO, Regina Célia Baptista. Educação, informação e tecnologia na sociedade contemporânea: diferenciais à inovação? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 44-51, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/111/125>>. Acesso em: 25/03/2011.

DUDZIAK, Elizabeth Adriana. Em busca da emancipação na educação para a competência em informação sustentável. **Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf.**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 166-183, jul./dez. 2011. Disponível em: <[http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/502/pdf\\_8](http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/502/pdf_8)> Acesso em: 20 mar. 2011.

DUDZIAK, Elizabeth Adriana. **Information Literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 2001. 171 f. Dissertação. (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DUDZIAK, Elizabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/123/104>>. Acesso em: 20/03/2011.

DUFRENNE, Mikel. **Estética e filosofia**. São Paulo: Perspectivas, 2008. (Debates, 69).

ENGELMANN, Ademir Antonio. **Filosofia da arte**. Curitiba: Ibpex, 2008.

FARIA, Caroline. Feudalismo. **Infoescola**, 2007. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/feudalismo/>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

FARIAS, Christianne Martins; VITORINO, Elizete Vieira. Competência informacional e dimensões da competência do bibliotecário escolar. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v. 14, n. 2, p. 2-16, maio/ago. 2009. Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/699/575>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. **Histórico**. Disponível em:

<<http://www.febab.org.br/>>. Acesso em: 11 out. 2012.

FERREIRA, Danielle Thiago. Profissional da informação: perfil de habilidades demandadas pelo mercado de trabalho. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, Brasil, v. 32, n. 1, p. 42-49, jan./abr. 2003. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/125>>. Acesso em: 03 Jul. 2012.

FONSECA, Daisy Oliveira da Costa Lima; COUTO Edvaldo Souza. In: PRETTO, Nelson De Luca. **Tecnologia e novas educações**. Salvador: EDUFBA, 2005. v. 1 (Coleção Educação, comunicação e tecnologias).

FONSECA, Edson Nery da. **A biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL, 1979.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 169-186, jan./abr. 2002.

FREIDSON, Eliot. Para uma análise comparada das profissões: A institucionalização do discurso e do conhecimento formais. In: Encontro Anual da ANPOCS, 19., Caxambu, 1995. Disponível em:

<[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_31/rbcs31\\_08.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_08.htm)>. Acesso em: 08 mar. 2011.

FREIRE, Isa Maria; SILVA, Alba Lígia de Almeida; LIMA, Geysa Flávia Câmara de. A Mandala das Virtudes da Biblioteconomia: relato de pesquisa. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 25., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em:



<<http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1491/1492>>. Acesso em: 20 set. 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 102-106.

FUKS, Saul. A Sociedade do conhecimento. **Tempo Brasileiro**, n. 152, p. 75-101, jan./mar. 2003.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Letramento**

**Informacional**: pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília : Editora FCI/UnB, 2012. E-book. Disponível em:

<[http://leunb.bce.unb.br/bitstream/handle/123456789/22/Letramento\\_Informacional.pdf?sequence=3](http://leunb.bce.unb.br/bitstream/handle/123456789/22/Letramento_Informacional.pdf?sequence=3)>. Acesso em: 21 set. 2013.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. A Informação: dos estoques as redes. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/533/485>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. As relações entre ciência, estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões de informação. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 32, n. 1, p. 60-76, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/131/1675>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/170/149>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

GONZÁLEZ, José Antonio Moreira; TEJADA, Carlos. Competencias profesionales em el área de la Ciencia de la Información. In: VALENTIM, Marta Lúcia (Org.). **Atuação profissional na área da informação**. São Paulo: Polis, 2004. cap. 6, p. 97-110.

GUINCHAT, Claire; MENO, M. J. **Introdução geral as ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. corr. aum. Brasília, DF: IBICT; FBB, 1994. 540 p.

HATSCHBACH, Maria Helena de Lima; OLINTO, Gilda. Competência em Informação: caminhos percorridos e novas trilhas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 20-34, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/64/78>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **O Belo na arte**: curso de estética. São Paulo: Martins Fontes, 2009. p. 1-330.

HERWITZ, Daniel. **Estética**: conceitos-chave em filosofia. Porto Alegre: Artmed, 2010.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Faróis da Sociedade de Informação**: Declaração de Alexandria sobre competência informacional e aprendizado ao longo da vida. Versão em português do documento Beacons of the Information Society, Alexandria: IFLA Publicações, 2005. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/III/wsis/BeaconInfSoc-pt.html>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **¿Surcando las olas o atrapados en la marea?** Navegando El entorno em evolución de la informacion. IFLA Publicações, 2013. Disponível em: <[http://trends.ifla.org/files/trends/assets/surcando\\_las\\_olas\\_o\\_atrapados\\_en\\_la\\_marea.pdf](http://trends.ifla.org/files/trends/assets/surcando_las_olas_o_atrapados_en_la_marea.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2013.

JOHNSTON, Bill; WEBBER, Sheila. As we may think: information literacy as a discipline for the information age. **Research Strategies**, v. 20, n. 3, p. 108-121, 2006. Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0734331006000097>>. Acesso em: 31 maio 2011.

KANT, Immanuel. **Crítica da Faculdade do Juízo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

KIVY, P. **Estética**: fundamentos e questões de filosofia da arte. São Paulo: Paulus, 2008. cap. 3, p. 85- 102.

KRZYZANOWSKI, Rosaly Fávero. Cooperação em bibliotecas no Brasil: um panorama da década de 50 até nossos dias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-24, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/27/32>>. Acesso em: 11 out. 2012.

KUHLTHAU, Carol. **Como usar a Biblioteca na escola**: um programa de atividades para o ensino fundamental. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LAU, Jésus. **Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente**. FEBAB: São Paulo, 2008.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LE COADIC. Yves-François. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Depoimentos e discursos**: uma proposta de análise em pesquisa social. Brasília, DF: Liber Livro Editora, 2005b.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2005a.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **Bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na era Vargas e Regime Militar: uma reflexão.** Rio de Janeiro: Interciência, 2011.

LESGARDS, Roger. Prefácio. In: **O império das técnicas.** SCHEPS, Ruth (Org.). Campinas: Papyrus, 1996. p. 9-13. (Coleção Papyrus Ciência).

MAFFESOLI, Michel. A comunicação sem fim. In: MARTINS, F.M; SILVA, J. M. **A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologias do imaginário.** Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 20-32.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein.** 13. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

MARCONDES, Danilo. Wittgenstein. In: PECORARO, Rossano (Org.). **Os Filósofos: clássicos da filosofia.** Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2008b. p. 310-326. (De Kant a Popper, v. II).

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEIRA, Marly Ribeiro. **Filosofia da Criação: reflexões sobre o sentido sensível.** 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. (Educação e Arte, v. 4).

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). **Textos em representações sociais.** 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 89-111.

MONTE-MÓR, Jannice. Reforma da Biblioteca Nacional. **Ciência da Informação,** Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 15-23, 1972. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1652/1260>>. Acesso em: 03 out. 2012.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2011.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 7-28.

MOTA, Francisca Rosaline Leite; OLIVEIRA, Marlene de. Formação e Atuação profissional. In: OLIVEIRA, Marlene de (Org). **Ciência da informação e biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p. 97-110.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; CAMPELLO, Bernadete Santos; DIAS, Eduardo José Wense. Disseminação da pesquisa em ciência da informação e biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**. Brasília, DF, v. 25, n. 3, 1996. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/view/453/1644>>. Acesso em: 21 set. 2013.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O ensino de biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 14, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 1985. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1452/1071>>. Acesso em: 04 out. 2012.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Uma profissão em evolução: profissionais da informação no Brasil sob a ótica de Abbott – proposta de estudo. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.) **Profissional da Informação**: o espaço de trabalho. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 23-54.

MUSSO, Pierre. A Filosofia da rede. In: PARENTE, André (Org.). **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 17-38.

NEVES, Dulce Amélia. Ciência da informação e cognição humana: uma abordagem do processamento da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 35, n. 1, p. 39-44, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewArticle/671>>. Acesso em: 21 jul. 2012.

ODDONE, Nanci. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 35, n. 1 jan./abr. 2006. p. 45-56.

Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/741>>. Acesso em: 24 set. 2012.

OLIVEIRA, Marlene de. Origens e evolução da ciência da informação. In: OLIVEIRA, Marlene de (Org). **Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p. 9-28.

OLIVEIRA, Marlene; CARVALHO, Gabrielle Francinne; SOUZA, Gustavo Tanus. Trajetória histórica do ensino da Biblioteconomia no Brasil. **Informação & Sociedade**. João Pessoa, v. 19, n. 3, p. 13-24, set./dez. 2009. Disponível em:

<<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/3754/3167>>. Acesso em: 01 set. 2013.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **O bibliotecário e sua auto-imagem**. São Paulo: Pioneira; Brasília: INL, 1983. p. 1-13.

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do Bibliotecário**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.

OSTROWER, Fayga. **A sensibilidade do intelecto**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.

OSTROWER, Fayga. **Universos da arte**. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

PECORARO, Rossano (Org.). **Os Filósofos: clássicos da filosofia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2008a. (De Sócrates a Rousseau, v. I).

PECORARO, Rossano (Org.). **Os Filósofos**: clássicos da filosofia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2008b. (De Kant a Popper, v. II).

PECORARO, Rossano (Org.). **Os Filósofos**: clássicos da filosofia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009. (De Ortega y Gasset a Vattimo, v. III).

PERRENOUD, Philippe. **10 novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**. v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/531/483>. Acesso em: 20 jun. 2012.

PLATÃO. **A República**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2011. Livro VII, p. 279-319.

PONJUÁN DANTE, Glória. Perfil del profesional de información del nuevo milênio. In: VALENTIM, Marta Ligia Pomim (Org.). **Profissional da informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. p. 91-105.

PORTUGAL. Missão para a Sociedade da Informação. **Livro verde para a Sociedade da Informação em Portugal**. 1997. Disponível em: <http://www2.ufp.pt/~lmbg/formacao/lvfinal.pdf>. Acesso em: 24 maio 2012.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 215- 253.

PUENTE, Fernando Rey. **O tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. (Coleção Filosofias: o prazer do pensar).

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia:** antiguidade e idade média. 2. ed. São Paulo: Ed. Paulinas, 1990. v. 1. cap. XIV, p. 399-459.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia:** antiguidade e idade média. 2. ed. São Paulo: Ed. Paulinas, 1990. v. 1, p. 552-573.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia:** filosofia pagã antiga. São Paulo: Paulus, 2003. v 1.

REICHER, Maria E. **Introdução à estética filosófica.** São Paulo: Loyola, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIOS, Terezinha Azerêdo. A presença da filosofia e da ética no contexto profissional. **Revista Organicom.** ano 5, n. 8, 1. semestre/2008.

Disponível em:

<<http://revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/145/245>>. Acesso em: 20 set. 2013.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Compreender e ensinar:** por uma docência da melhor qualidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética e competência** 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Questões de nossa época, vol. 7).

ROCHA, Marisa Perrone Campos. A questão cidadania na sociedade da informação. **Ciência da Informação,** Brasília, v. 29, n. 1, p. 40-45, jan./abr. 2000. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/262/229>>.

Acesso em: 20 abr. 2011.

RODRIGUES, Maria de Lurdes. **Sociologia das profissões.** Oeiras: Celta, 2002. Capítulos 1-4, p. 7-123.



SANCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia e circunstâncias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>>. Acesso em: 21 set. 2013.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Sartre. In: PECORARO, Rossano (Org.). **Os Filósofos: clássicos da filosofia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009. (De Ortega y Gasset a Vattimo, v. III).

SIMIONI, A. M. C. **O PAS - Programa de atendimento à saúde: representação dos gerentes do setor público a respeito da implantação de um novo modelo gerencial na Prefeitura Municipal de São Paulo**. São Paulo: EAD- 735, FEA/USP, 1997.

SINGH, Jagtar. Sense-making: information literacy for lifelong learning and information management. **Journal of Library and Information Technology**, v. 28, n. 2, p. 13-17, mar. 2008. Disponível em: <<http://publications.drdo.gov.in/ojs/index.php/djlit/article/viewFile/161/74>>. Acesso em: 31 maio 2011.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 7-60. (Linguagem e Educação).

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Ética e Deontologia: textos para profissionais atuantes em bibliotecas**. Florianópolis: EDUFSC; Itajaí: Ed. Univali, 2002. 165 p.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Modernização e Biblioteconomia nova no Brasil**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2003. 222 p.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **O Ensino de Biblioteconomia no Contexto Brasileiro: século XX**. 2. ed. revista. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009. 189 p.

SOUZA, Rosali Fernandez de; STUMPF, Ida Regina Chitto. Ciência da Informação como área do conhecimento: abordagem no contexto da pesquisa e da pós-graduação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, número especial, p. 41-58, 2009. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/901/606>>. Acesso em: 21 jun. 2012.

SOUZA-LEITE, Martinho de; TOUTAIN, Lidia M. B. Brandão. Estruturas significantes da Ciência da Informação: aplicação social da informação. **DataGramZero**, v. 9, n. 3, jun. 2008. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/jun08/Art\\_04.htm](http://www.dgz.org.br/jun08/Art_04.htm)>. Acesso em: 21 set. 2013.

SPECIAL LIBRARIES ASSOCIATION. **Competencies for Special Librarians of the 21st century**: Library and Information Studies Programs Survey: Final Report. Washinton: Special Libraries Association, 1998. Disponível em: <<http://www.sla.org/pubs/compet.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2012.

STEIN, Ernildo. Heidegger. In: PECORARO, Rossano (Org.). **Os Filósofos**: clássicos da filosofia. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2008. (De Kant a Popper, v. II).

TAKAHASHI, Tadao (Org.) **Sociedade da Informação no Brasil**: Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/434/1/Livro%20Verde.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2013.

TAYLOR, C. C. W. Política. In: Barnes, Jonathan (Org.). **Aristóteles**. 2. ed. Aparecida: Ideias e Letras, 2009. cap. 8, p. 299-327.

TOLLE, Oliver. **Luz Estética**: a ciência do sensível de Baumgarten entre a arte e a iluminação. 2007. 142f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

UNESCO. **Gestão da Informação Pública no Brasil**. Representação da UNESCO no Brasil, 2012. Disponível em:

<<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/access-to-information/public-information-management/#c154917>>. Acesso em: 15 set. 2012.

**UNESCO. Overview of Information Literacy Resources Worldwide.**

Paris: UNESCO, 2013. Disponível em:

<[http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/news/overview\\_info\\_lit\\_resources.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/news/overview_info_lit_resources.pdf)>. Acesso em: 30 nov. 2013.

VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. Formação: competências e habilidades do profissional da informação. In: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (Org.). **Formação do Profissional da Informação**. São Paulo: Polis, 2002. p. 117-132.

VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. O moderno profissional da informação: formação e perspectiva profissional. Enc. Bibli: **R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. 9, p. 16-28, 2000. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2000v5n9p16/5058>>. Acesso em: 1 ago. 2012.

VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. **O profissional da informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000.

VITORINO, Elizete Vieira. Competência Informacional do profissional da informação bibliotecário: construção social da realidade. Enc. Bibli: **R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, v. 12, n. 24, p. 59-71, 2º semestres/2007. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2007v12n24p59/410>>. Acesso em: 01 jul. 2011.

VITORINO, Elizete Vieira. Princípios epistemológicos à competência informacional do profissional da informação. In: Congress Isko-Spain, 9., 11-13, mar., 2009 Disponível em:

<[https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CDMQFjAA&url=http%3A%2F%2Fdialognet.unirioja.es%2Fdescarga%2Farticulo%2F2922007.pdf&ei=cNc9UvXTKIWO9ATkIHgBw&usq=AFOjCNGT9eLWqvnqx3P5y\\_lgLD6P0U9--w](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CDMQFjAA&url=http%3A%2F%2Fdialognet.unirioja.es%2Fdescarga%2Farticulo%2F2922007.pdf&ei=cNc9UvXTKIWO9ATkIHgBw&usq=AFOjCNGT9eLWqvnqx3P5y_lgLD6P0U9--w)>.

Acesso em: 10 maio 2011.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência Informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p. 130-141, set./dez. 2009. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1745/1343>. Acesso em: 01 jul. 2011.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Dimensões da Competência Informacional (2). **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 40, n. 1, p. 99-110, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1918/1397>. Acesso em: 01 jul. 2011.

WALTON, Geoff; HEPWORTH, Mark. A longitudinal study of changes in learners' cognitive states during and following an information literacy teaching intervention. **Journal of Documentation**. v. 67, n. 3, p. 449-479, 2011. Disponível em: [www.emeraldinsight.com/journals.htm?articleid=1921932](http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?articleid=1921932). Acesso em: 10 jan. 2012.

WARD, Dane. Revisioning Information Literacy for Lifelong Meaning. The Journal of **Academic Librarianship**, v. 32, n. 4, p. 396-402. Disponível em: [http://www.sciencedirect.com/science?\\_ob=MIImg&\\_imagekey=B6W50-4K66F25-4-1&\\_cdi=6556&\\_user=687353&\\_pii=S0099133306000619&\\_origin=search&\\_zone=rslt\\_list\\_item&\\_coverDate=07%2F31%2F2006&\\_sk=999679995&\\_wchp=dGLbVtb-zSkzk&\\_md5=00d26be471b3b7240f6dc71b7b58ecae&\\_ie=/sdarticle.pdf](http://www.sciencedirect.com/science?_ob=MIImg&_imagekey=B6W50-4K66F25-4-1&_cdi=6556&_user=687353&_pii=S0099133306000619&_origin=search&_zone=rslt_list_item&_coverDate=07%2F31%2F2006&_sk=999679995&_wchp=dGLbVtb-zSkzk&_md5=00d26be471b3b7240f6dc71b7b58ecae&_ie=/sdarticle.pdf). Acesso em: 31 maio 2011.

WILENSKY, H. L. (1970). The professionalization of everyone? In: GRUSKY, Oscar; MILLER, George (eds.). **The Sociology of Organizations: Basic Studies**. New York: The Free Press, 1970. p. 483-501.

## APÊNDICE A

## FILÓSOFOS E OS PERÍODOS HISTÓRICOS

<b>FILÓSOFOS E OS PERÍODOS POR PECORARO (2008;2009)</b>				
<b>PERÍODO</b>	<b>FILÓSOFO</b>	<b>NASCIM ./ MORTE</b>	<b>SÉCULO</b>	<b>IDADE (aprox. )</b>
<b>FILOSOFIA ANTIGA (V a.C até I d.C.)</b>	SÓCRATES	470-399 a.C.	V	71 anos
	PLATÃO	428-347 a.C.	V	81 anos
	ARISTÓTELES	384-322 a.C.	IV	62 anos
	PLOTINO	205-268 d.C	III	63 anos
<b>IDADE MÉDIA (I até XIV)</b>	SANTO AGOSTINHO	354-430 d.C.	IV	76 anos
	SÃO TOMÁS DE AQUINO	1225- 1274 d.C	XIII	49 anos
	OCKHHAM	1280/87- 1347	XIII e XIV	60 anos
<b>IDADE MODERNA (XV até XVIII)</b>	HOBBS	1588- 1679	XVII	91 anos
	DESCARTES	1596- 1650	XVII	54 anos
	ESPINOSA	1632- 1677	XVII	45 anos
	LOCKE	1632- 1704	XVII e XVIII	72 anos
	LEIBNIZ	1646- 1716	XVII e XVIII	70 anos
	VICO	1668- 1744	XVII e XVIII	76 anos
	HUME	1711- 1776	XVIII	65 anos
	ROUSSEAU	1712- 1778	XVIII	66 anos
	KANT	1724-	XVIII e	80 anos

		1804	XIX	
	FICHTE	1762-1814	XVIII e XIX	51 anos
	HEGEL	1770-1831	XVIII e XIX	61 anos
	SCHILLER*	1759-1805	XVIII e XIX	46 anos
	SCHELLING	1775-1854	XVIII e XIX	79 anos
<b>IDADE CONTEMPORÂNEA (XIX ATÉ XXI)</b>	SCHOPENHAUER	1788-1860	XIX	72 anos
	KIERKEGAARD	1813-1856	XIX	42 anos
	MARX	1818-1883	XIX	65 anos
	NIETZSCHE	1844-1900	XIX	55 anos
	BERGSON	1859-1941	XIX e XX	82 anos
	HUSSERL	1859-1938	XIX e XX	79 anos
	RUSSEL	1872-1970	XIX e XX	98 anos
	HEIDEGGER	1889-1976	XIX e XX	87 anos
	NITTEGENSTEIN	1889-1951	XIX e XX	62 anos
	POPPER	1902-1994	XX	92 anos
	ORTEGA Y GASSET	1883-1955	XIX e XX	72 anos
	BENJAMIN	1892-1940	XX	48 anos
	GADAMER	1900-2002	XIX e XX	102 anos
ADORNO	1903-1969	XX	63 anos	

	SARTRE	1905-1980	XX	75 anos
	LÉVINAS	1906-1995	XX	89 anos
	HANNAH ARENDT	1906-1975	XX	69 anos
	MERLEAU-PONTY	1908-1961	XX	53 anos
	QUINE	1908-2000	XX	92 anos
	RICOEUR	1913-2006	XX	93 anos
	RAWLES	1921-2002	XX	81 anos
	DELEUZE	1925-1995	XX	70 anos
	FOUCAULT	1926-1984	XX	58 anos
	HABERMAS	1929-	XX e XXI	84 anos hoje
	DERRIDA	1930-2004	XX e XXI	74 anos
	RORTY	1931-2007	XX e XXI	75 anos
	VATTIMO	1936-	XX e XXI	77 anos hoje

Este quadro foi elaborado com base na obra “Os Filósofos: Clássicos da filosofia” de Rossano Pecoraro (2008; 2009) v. I; II e III.

\*Apesar deste filósofo não estar entre os citados por Pecoraro, decidimos acrescentá-lo à lista, pois Schiller é um dos filósofos que estuda a Estética, temática desta dissertação.





## APÊNDICE B

### Filósofos da Idade Média por Reali e Antiseri

<b>Filósofos da Idade Média por Reali e Antiseri (1990)</b>	
Filósofo	Nascimento e Morte
Santo Agostinho	354 – 430
Boécio	470 – 525
Magno Aurélio Isidoro	480/90 – 570
Isidoro de Sevilha	570 – 636
Carlos Magno	Séc. VI
Alcuíno de York	730 – 804
Escoto Eriúgena	810 - 880
Santo Anselmo	1033 – 1109
Hugo de São Vitor	1096 – 1141
Abelardo	1079 – 1142
São Tomás de Aquino	1224 – 1274
Alberto Magno	1206 – 1280
Boaventura de Bagnoregio	1217/18 – 1274
Joaquim de Fiore	1130 – 1202
João Duns Escoto	1266 - 1308
Guilherme de Champeaux	1070 – 1121
Pedro Lombardo	* – 1160
João de Salisbury	1110 – 1180
Avicera	980 – 1037
Averróis	1126 – 1198
Moisés Maimônides	1135 – 1204
Alexandre de Hales	1185 – 1243
Siger de Brabante	1240 – 1284 aprox.
Roberto Grossatesta	1175 – 1253
Roger Bacon	1214 – 1292
Guilherme de Ockham	1280 – 1349
João de Paris	1269 – 1306
Egídio Romano	1247 – 1316
Marcílio de Pádua	1275/80 – 1342/43

Este quadro foi elaborado	John Wyclif	1320 – 1384
	Jan Huss	1369 – 1415
	Mestre Eckhart	1260 – 1327
	Raimundo Lulo	1235 - 1315

orado com base na obra “História da Filosofia”, volume I de Giovanni Reale e Dario Antiseri.

\* A data de nascimento é desconhecida, não mencionada pelo autor.

## APÊNDICE C

### Filósofos da Idade Média por Kobusch

<b>Filósofos da Idade Média por Kobusch (2005)</b>	
Filósofo	Nascimento e Morte
Johannes Erígena	800 – 877
Avicena	819 – 1005
Anselmo da Cantuária	1033 – 1109
Pedro Abelardo	1079 – 1142
Bernardo de Clairvaux	1090 – 1153
Averroes	1126 – 1198
Maimônides	1138 – [1204]
Robert Grosseteste	1168 – 1253
Alberto Magno	1200 – 1280
Roger Bacon	*
Henrique de Gândavo	1235/40 – 1293
Boaventura	*
Tomás de Aquino	1224/5 – 1274
Mestre Eckhart	1260 – [1328]
Johannes Duns Scotus	1265? – 1308
Pedro Aureoli	1280 – 1323
Guilherme de Ockham	[1300 – 1350]

Quadro elaborado com base no livro “Filósofos da Idade Média” de Theo Kobusch (2005).

\* Datas não informadas pelo autor (desconhecidas).



## APÊNDICE D

### Filósofos da Idade Média por Marcondes

<b>Filósofos da Idade Média por Marcondes (2010)</b>	
Filósofo	Nascimento e Morte
Santo Agostinho	354 – 430
Boécio	470 – 525
Pedro Abelardo	*
Alcuíno de York	730 – 804
João Escoto de Erígena	810 – 870
Santo Anselmo de Canterbury	1033 – 1109
São Tomás de Aquino	1224 – 1274
Alberto Magno	1206 – 1280
Guilherme de Ockham	1300 – 1350
<b>Filosofia Árabe</b>	
Averroes	1126 – 1198
Moisés Maimônides	1135 – 1204
<b>Representantes da Escolástica na Idade Moderna</b>	
Francisco Suárez	1548 – 1617
João de São Tomás	1589 – 1644
<b>Escola neoplatônica cristã de Alexandria</b>	
São Clemente de Alexandria	150 – 215
Orígenes	184 - 254
<b>Teólogos (que antecedem e introduzem a filosofia na Idade Média)</b>	
Taciano	Séc. II
Tertuliano	155 - 222
Lactânio	240 – 320

Este quadro foi elaborado com base na obra “Iniciação à História da Filosofia: dos Pré-Socráticos a Wittgenstein” de Marcondes.

\* Data não informada pelo autor (desconhecida).



## APÊNDICE E

### Filósofos da Idade Média por Aranha e Martins

<b>Filósofos da Idade Média por Aranha e Martins (2003)</b>	
Filósofo	Nascimento e Morte
Plotino	204 – 270
Santo Agostinho	354 – 430
Boécio	Séc. VI
São Tomás de Aquino	1224 – 1274
Santo Anselmo	Séc. XI
Roscelino	Séc. XI
Guilherme de Champeaux	Séc. XII
Pedro Abelardo	Séc. XIII
Guilherme de Ockham	Séc. XIV
Alberto Magno	[1206 – 1280]
Robert Grosseteste	Séc. XIII
Roger Bacon	[1214 – 1292]
<b>Ciência Árabe</b>	
Alkindi	Séc. IX
Alfarabi	Séc. XI
Alvicena	Séc. XI
Averroes	Séc. XII

Este quadro foi elaborado com base na obra “Filosofando: introdução à Filosofia” de Aranha e Martins.





**APÊNDICE F****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Serviço Público Federal  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**  
Campus Universitário - Trindade - 88040-970 Florianópolis, SC  
Telefone: (048) 3721-4189

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Eu, Eliane Rodrigues Mota Orelo, aluna do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN), do Centro de Ciências da Educação (CED), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), estou realizando a pesquisa **A Dimensão Estética da Competência Informacional**, com o objetivo de *apresentar as contribuições teóricas, conceituais e práticas da Estética para o desenvolvimento da Competência Informacional do Bibliotecário*. Para tanto, será realizada uma entrevista, via e-mail, com profissionais e pesquisadores que tem publicado no mínimo dois artigos científicos, em revistas da área da Ciência da Informação e que abordem a temática “Competência Informacional” ou “Competência em Informação”. Você poderá fazer perguntas, esclarecer dúvidas e poderá inclusive, desistir de participar da pesquisa a qualquer momento. Asseguro-lhe, desde já, que as informações que me forem confiadas terão sigilo e sua identidade será preservada. O conteúdo de sua entrevista será estudado em conjunto com o conteúdo de todas as informações fornecidas por todos os entrevistados.

**Assinatura:**

Pesquisadora:  
Eliane Rodrigues Mota Orelo

Eu, \_\_\_\_\_, fui esclarecido(a) sobre a pesquisa **A Dimensão Estética da Competência Informacional** e concordo que o conteúdo de minha entrevista seja utilizado na realização deste estudo.

Data:

Assinatura: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_



## APÊNDICE G

### QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESPECIALISTAS EM COMPETÊNCIA INFORMACIONAL

1)O que você entende por Competência Informacional?

2)O Bibliotecário é um profissional que pela sua formação, já desenvolve habilidades para o uso adequado dos variados recursos informacionais. Como você vê o desenvolvimento da Competência Informacional direcionado aos profissionais Bibliotecários?

3)A Competência Informacional pode ser desenvolvida em quatro Dimensões: Técnica, Estética, Ética e Política. Esta pesquisa aborda a Dimensão Estética, que diz respeito ao conhecimento sensitivo, relacionado à imaginação, à criatividade e à sensibilidade do indivíduo. No seu entendimento, qual a importância da Dimensão Estética para o desenvolvimento da Competência Informacional dos profissionais Bibliotecários?



## APÊNDICE H

### PRIMEIRA PERGUNTA: O que você entende por Competência Informacional?

ENTREVISTADO (E)	EXPRESSÕES-CHAVE (ECH)	IDEIAS CENTRAIS
E1	Entendo a competência informacional como uma <u>reunião das habilidades de reconhecer a necessidade de informação, saber onde e como buscar, localizar e acessar essa informação e organizá-la e usá-la de maneira adequada aos objetivos</u> , tendo sempre em vista princípios éticos e o aprendizado ao longo da vida.	[...] reunião das habilidades de reconhecer a necessidade de informação, saber onde e como buscar, localizar e acessar essa informação e organizá-la e usá-la de maneira adequada aos objetivos.
E2	<i>A competência em informação é a mobilização de um conjunto integrado de conhecimentos, habilidades e atitudes, além de recursos, direcionada ao domínio do universo informacional. Essa mobilização é possível a partir da educação (formal e informal) continuada, ou seja, o aprendizado ao longo da vida que só é conseguido a partir da capacidade de aprender a aprender de modo autônomo.</i>	[...] é a mobilização de um conjunto integrado de conhecimentos, habilidades e atitudes, além de recursos, direcionada ao domínio do universo informacional. [...] é possível a partir da educação (formal e informal) continuada, ou seja, o aprendizado ao longo da vida que só é conseguido a partir da capacidade de aprender a aprender de modo autônomo.
E3	Entendo que a Competência Informacional é um complexo	[...] é um complexo e, como tal, ocorre

	<p>e, como tal, ocorre naquilo <u>que vivenciamos hoje e que podemos denominar de situações complexas</u>. Bem, mas o que isso significa? Situações complexas são aquelas que não se repetem, por exemplo: um jogo de futebol, uma partida de tênis - um jogo ou uma partida nunca são iguais, embora os mesmos integrantes possam estar presentes, as situações serão outras e, por isso, nós podemos encontrar aí, neste exemplo corriqueiro, o conceito de competência: um jogador pode jogar diversas partidas e sempre fazê-las bem feitas, mas não se sobressair, por outro lado, um outro jogador, ao se deparar com situações diferentes, reúne um conjunto de comportamentos, valores, atitudes, habilidades e conhecimentos e que, a cada situação toma decisões adequadas e inusitadas, sobressaindo-se. Este último é um profissional competente. Ser competente em informação é, portanto, agir nessas situações informacionais - complexas e ambíguas por natureza. <u>A Competência Informacional reúne, portanto, o conjunto de</u></p>	<p>naquilo que vivenciamos hoje e que podemos denominar de situações complexas. A Competência Informacional reúne, portanto, o conjunto de comportamentos, valores, atitudes, habilidades e conhecimentos voltado à "lida" com a informação. [...] não se dá no vazio, em si mesmo, não é egoísta [...] é na ação que ela se concretiza, [...] o espaço mais amplo, onde circula a Competência Informacional é o coletivo.</p>
--	---	--

	<p><u>comportamentos, valores, atitudes, habilidades e conhecimentos voltado à "lida" com a informação. Mas a Competência Informacional não se dá no vazio, em si mesmo, não é egoísta: ela precisa do outro para acontecer e é na ação que ela se concretiza, ou seja, o espaço mais amplo, onde circula a Competência Informacional é o coletivo.</u></p>	
<p><b>E4</b></p>	<p>Olha, esse campo já tem sido bastante relatado na literatura, não vou me ater a citações. No entanto, considero que a definição da ALA em 1989 é a fonte para o desenvolvimento desse conceito e ainda que alguns autores não coloquem isso nitidamente em suas pesquisas, de alguma maneira todos “bebem” nessa fonte. Outro marco do assunto são os Princípios da ACRL, bastante amplos. Resumidamente, <u>a competência informacional diz respeito à busca, acesso e uso da informação nos mais diversificados contextos, seja como aprendizado de tais habilidades, seja como experiência vivida. O aprendizado ao longo da vida e o “aprender a aprender” são conceitos importantes desse</u></p>	<p>[...] a competência informacional diz respeito à busca, acesso e uso da informação nos mais diversificados contextos, seja como aprendizado de tais habilidades, seja como experiência vivida. O aprendizado ao longo da vida e o “aprender a aprender” são conceitos importantes desse campo de estudo</p>

	<u>campo de estudo.</u>	
<b>E5</b>	<p><u>Conjunto de comportamentos, habilidades e ações que envolvem o acesso e uso da informação de forma inteligente, tendo em vista a necessidade da construção do conhecimento e a intervenção na realidade social.</u> Portanto, considero que a Competência em informação é uma das competências em que o processo de ensino – aprendizagem deve estar centrado, constituindo-se em processo contínuo de interação e internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades específicas como referenciais à compreensão da informação e de sua abrangência, em busca da fluência e <u>das capacidades necessárias à geração do conhecimento novo e sua aplicabilidade ao cotidiano das pessoas e das comunidades ao longo da vida, com ética e legalidade</u></p>	<p>Conjunto de comportamentos, habilidades e ações que envolvem o acesso e uso da informação de forma inteligente, tendo em vista a necessidade da construção do conhecimento e a intervenção na realidade social... [...] das capacidades necessárias à geração do conhecimento novo e sua aplicabilidade ao cotidiano das pessoas e das comunidades ao longo da vida.</p>



## APÊNDICE I

**SEGUNDA PERGUNTA: O Bibliotecário é um profissional que pela sua formação, já desenvolve habilidades para o uso adequado dos variados recursos informacionais. Como você vê o desenvolvimento da Competência Informacional direcionado aos profissionais Bibliotecários?**

ENTREVISTADO (E)	EXPRESSIONES-CHAVE (ECH)	IDEIAS CENTRAIS
E1	Acredito que o desenvolvimento da competência informacional do bibliotecário <u>deva enfocar o aprendizado constante, seja em relação às mudanças que envolvem recursos tecnológicos, seja no que concerne ao perfil dos usuários e suas novas demandas.</u> Assim, é preciso que o bibliotecário aprenda a aprender.	[...] deva enfocar o aprendizado constante, seja em relação às mudanças que envolvem recursos tecnológicos, seja no que concerne ao perfil dos usuários e suas novas demandas [...]
E2	<i>A competência em informação vai <u>muito além do desenvolvimento de habilidades.</u> Desta forma, o bibliotecário <u>há que desenvolver e mobilizar seu conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e recursos para atender às suas necessidades informacionais, bem como deve estar preparado para <u>educar outras pessoas para que desenvolvam a competência em informação.</u></u></i>	[...] muito além do desenvolvimento de habilidades [...] há que desenvolver e mobilizar seu conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e recursos para atender às suas necessidades informacionais [...] educar outras pessoas para que desenvolvam a competência em informação.
E3	Eu percebo que ainda há muito o que se fazer em prol do	[...] institucionalizar, ou

	<p>desenvolvimento da Competência Informacional direcionado aos profissionais Bibliotecários. Duas ações são importantes: em primeiro lugar, <u>institucionalizar, ou seja, inserir no Projeto Pedagógico dos Cursos de Biblioteconomia, atividades transversais, ou seja, seminários, grupos de discussão, enfim: conhecimento e atitude sobre o tema.</u> Em segundo lugar, esses seminários precisam acontecer na prática, com o envolvimento de alunos de pós-graduação (o vínculo com a teoria) e com os profissionais bibliotecários (o vínculo com a prática). Já temos essa iniciativa aqui na Biblioteconomia e no PGCIN da UFSC, mas ainda engatinhando... Noutro plano, <u>há os profissionais em serviço, estes precisam ser informados sobre a temática em oficinas e eventos voltados à classe bibliotecária,</u> por intermédio das Associações de Bibliotecários. Creio que assim, nós iremos tratar daquela que é a competência única ou metacompetência da profissão bibliotecária: a Competência Informacional.</p>	<p>seja, inserir no Projeto Pedagógico dos Cursos de Biblioteconomia, atividades transversais, ou seja, seminários, grupos de discussão, enfim: conhecimento e atitude sobre o tema. [...] há os profissionais em serviço, estes precisam ser informados sobre a temática em oficinas e eventos voltados à classe bibliotecária [...]</p>
<b>E4</b>	<p>Vou listar alguns pontos fundamentais dessa questão, que foram discutidos no I Fórum de</p>	<p>A formação do bibliotecário é um ponto crucial da</p>

	<p>Pesquisa Escolar ocorrido em maio de 2012 em Belo Horizonte, promovido pelo Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE), do qual faço parte. A iniciativa do GEBE da UFMG é importante, um espaço dedicado aos profissionais bibliotecários e pesquisadores, inclusive com prêmios internacionais para boas experiências de competência informacional de bibliotecários. <u>A formação do bibliotecário é um ponto crucial da questão e os cursos de Biblioteconomia do país têm desenvolvido iniciativas relativas a esse assunto, como criação de cursos de especialização e reforma dos currículos que contemplem mais disciplinas da área de Educação.</u> Outro ponto colocado foi <u>a criação de uma estrutura colaborativa para a manutenção da bibliografia da área</u>, e que incentive que os bibliotecários publiquem suas experiências de competência informacional. Tal base se constituirá como fonte de pesquisa e ensino em todo o país, no caso, a LIBES (Literatura Brasileira em Biblioteca Escolar). O compromisso dos presentes no evento foi de alimentar a base, bem como de colaborar com a publicação da revista “Biblioteca Escolar em Revista”, da USP/Ribeirão</p>	<p>questão e os cursos de Biblioteconomia do país têm desenvolvido iniciativas relativas a esse assunto, como criação de cursos de especialização e reforma dos currículos que contemplem mais disciplinas da área de Educação. [...] a criação de uma estrutura colaborativa para a manutenção da bibliografia da área [...] mas é preciso que o bibliotecário tenha realmente uma boa base para atuar como infoeducador.</p>
--	--	--

	<p>Preto. No Brasil e no mundo, os programas de competência informacional (information literacy programs) têm se destacado, tanto na educação básica como no ensino superior, <u>mas é preciso que o bibliotecário tenha realmente uma boa base para atuar como infoeducador.</u> No mesmo evento, sugeriu-se a aplicação de referências conceituais e metodológicas da formação em rede de mediadores/infoeducadores para atuarem em bibliotecas escolares.</p>	
E5	<p>Considerando que a Competência em informação <u>não se refere tão somente aos aspectos de “habilidades no uso de recursos informacionais”</u>, uma vez que envolve dimensões de ordem e natureza vária, <u>acredito ser indispensável a inserção na formação do bibliotecário de seus conteúdos e a visão de suas amplas aplicações no cenário social.</u> Ressalte-se a importância disso para um <u>profissional que deve ser o mediador do acesso e uso da informação contribuindo, desse modo, para a conquista do desenvolvimento social e a inovação nos contextos: local, regional e global.</u> É nessa direção que vejo o bibliotecário</p>	<p>[...] não se refere tão somente aos aspectos de “habilidades no uso de recursos informacionais”. [...] acredito ser indispensável a inserção na formação do bibliotecário de seus conteúdos e a visão de suas amplas aplicações no cenário social. [...] profissional que deve ser o mediador do acesso e uso da informação contribuindo, desse modo, para a</p>

	nas “Bibliotecas do Futuro”.	conquista do desenvolvimento social e a inovação nos contextos [...]
--	------------------------------	--



## APÊNDICE J

**TERCEIRA PERGUNTA: A Competência Informacional pode ser desenvolvida em quatro Dimensões: Técnica, Estética, Ética e Política. Esta pesquisa aborda a Dimensão Estética, que diz respeito ao conhecimento sensitivo, relacionado à imaginação, à criatividade e à sensibilidade do indivíduo. No seu entendimento, qual a importância da Dimensão Estética para o desenvolvimento da Competência Informacional dos profissionais Bibliotecários?**

ENTREVISTADO (E)	EXPRESSÕES-CHAVE (ECH)	IDEIAS CENTRAIS
E1	<p>Considerando que essa Dimensão Estética da Competência Informacional <u>está ligada à criatividade</u>, ela se torna importante para o bibliotecário na medida em que lhe <u>possibilita encontrar novos caminhos para a solução de problemas relacionados à informação e ao cotidiano de seu trabalho. Envolve a capacidade de criar, organizar e, talvez, oferecer novos significados àquilo que está ultrapassado, obsoleto.</u> Também lhe proporciona a <u>sensibilidade para observar aquilo que está além das aparências, nas entrelinhas, o que há de subjetivo numa informação encontrada ou numa necessidade apontada por um usuário.</u></p>	<p>[...] está ligada à criatividade;</p> <p>possibilita encontrar novos caminhos para a solução de problemas relacionados à informação e ao cotidiano de seu trabalho. Envolve a capacidade de criar, organizar e, talvez, oferecer novos significados àquilo que está ultrapassado, obsoleto.</p> <p>[...] sensibilidade para observar aquilo que está além das aparências, nas entrelinhas, o que há de subjetivo numa informação encontrada ou numa necessidade apontada por um usuário</p>

<b>E2</b>	<u>Não tenho conhecimento aprofundado dessa abordagem, de modo que não me sinto preparada para responder a essa pergunta.</u>	<i>Não tenho conhecimento aprofundado dessa abordagem.</i>
<b>E3</b>	<p>Pelo simples fato de <u>ser desconhecida pela grande maioria dos profissionais</u> (muitos destes até desenvolvem essa dimensão, mas não a reconhecem de fato) <u>é que ela se reveste de importância fundamental.</u></p> <p>Um <u>saber-fazer desconectado da sensibilidade para com o outro é um fazer "frio" e metódico.</u> Um fazer "por fazer", para realizar e não para sensibilizar, não pode caracterizar uma competência, muito menos a Competência Informacional. <u>Revestida de sensibilidade, a ação alcança o outro</u> (seja pelo virtual seja pelo presencial). É possível concretizar a dimensão estética na ação: a palavra "apaixonar-se" é bem característica desta dimensão, a medida que o ser sensível apaixonar-se pela informação ele será mais competente em "apaixonar" o outro pela informação.</p> <p>Ainda, <u>sobre a "imaginação", entendo que ao se antecipar aos acontecimentos e a se tornar um criador efetivo das suas obras</u> (a prestação do</p>	<p>[...] ser desconhecida pela grande maioria dos profissionais, é que ela se reveste de importância fundamental.</p> <p>Um saber-fazer desconectado da sensibilidade para com o outro é um fazer "frio" e metódico.</p> <p>Revestida de sensibilidade, a ação alcança o outro;</p> <p>Sobre a "imaginação", entendo que ao se antecipar aos acontecimentos e a se tornar um criador efetivo das suas obras [...] um significado bastante forte para o coletivo.</p> <p>[...] essa dimensão deva ser desenvolvida na formação inicial, e na formação continuada dos Bibliotecários.</p>



	<p>serviço informacional, por exemplo), o Bibliotecário demonstra que essa dimensão tem <u>um significado bastante forte para o coletivo</u>.</p> <p>Assim, considero que, em equilíbrio com as demais dimensões, <u>essa dimensão deva ser desenvolvida na formação inicial</u> (na graduação) e <u>na formação continuada</u> (profissionais em serviço) dos Bibliotecários.</p>	
<b>E4</b>	<p>Penso que sua pesquisa tem fundamental importância para o campo, até <u>porque tenho visto muita pouca literatura sobre dimensão estética, na verdade sua pesquisa é a primeira que vejo</u>. Estive em estágio doutoral por um ano no Centro para Aprendizado Internacional em Bibliotecas Escolares (CISSL) nos Estados Unidos e tenho tido muito contato com a literatura internacional, mas não me lembro ter visto algo específico sobre essa dimensão (talvez tenha passado despercebido). Então eu acho que sua pesquisa trará grande contribuição, pois <u>o aspecto da imaginação e da criatividade é de grande relevância, principalmente quando pensamos no desenvolvimento da leitura, que é um dos pilares da competência informacional</u>.</p>	<p>[...] porque tenho visto muita pouca literatura sobre dimensão estética, na verdade sua pesquisa é a primeira que vejo. O aspecto da imaginação e da criatividade é de grande relevância, principalmente quando pensamos no desenvolvimento da leitura, que é um dos pilares da competência informacional.</p>
<b>E5</b>	A partir da ideia de que <u>o</u>	o equilíbrio proposto

	<p><u>equilíbrio proposto pela estética é uma fusão cuidadosa de dois elementos que mobilizam as pessoas: o sentimento e o entendimento</u>, pode-se dizer que a Dimensão Estética deve estar presente no desenvolvimento da Competência em Informação quando tratamos do profissional bibliotecário ou de qualquer outro. Assim, <u>essa é uma área que auxilia na resposta a dois fatores intrínsecos e inerentes a todos os seres humanos e que nos levam a questionar – qual o sentimento e o entendimento que podemos perceber no que tange à informação e o conhecimento na sociedade contemporânea?</u> Como estamos lidando com o desenvolvimento da cultura da informação e o gosto pela leitura desde a formação básica? Em particular, no que tange à questão da criatividade que é um elemento dessa dimensão de que tratamos, temos uma variedade de material teórico e de pesquisa, mas, tradicionalmente, existe uma abordagem que envolve os aspectos mais estudados: do ponto de vista da pessoa criativa, do ponto de vista dos processos mentais envolvidos</p>	<p>pela estética é uma fusão cuidadosa de dois elementos que mobilizam as pessoas: o sentimento e o entendimento. [...] é uma área que auxilia na resposta a dois fatores intrínsecos e inerentes a todos os seres humanos e que nos levam a questionar – qual o sentimento e o entendimento que podemos perceber no que tange à informação e o conhecimento na sociedade contemporânea? [...] a importância da criatividade para que o bibliotecário possa alcançar a consciência sobre suas potencialidades, sua liberdade pessoal e autonomia, propiciando uma transformação integradora com as outras dimensões que envolvem a Competência em informação.</p>
--	--	---

	<p>no acontecimento criador, do ponto de vista da influência ambiental e cultural e do ponto de vista do produto criativo. Somente nesse viés, é possível destacar, por exemplo, <u>a importância da criatividade para que o bibliotecário possa alcançar a consciência sobre suas potencialidades, sua liberdade pessoal e autonomia, propiciando uma transformação integradora com as outras dimensões que envolvem a Competência em informação.</u></p>	
--	--	--



## ANEXO A

## Proporção de Domicílios com equipamentos Tecnologia de Informação e Comunicação

A - PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS QUE POSSUEM EQUIPAMENTOS TIC										
Percentual sobre o total de domicílios <sup>1</sup>										
Percentual (%)	Televisão	Telefone celular	Rádio	Telefone fixo	Computador de mesa	Antena parabólica	Console de jogo / videogame	TV por assinatura	Computador portátil	
TOTAL BRASIL	98	87	80	37	36	32	22	20	18	
ÁREA	URBANA	99	91	81	42	40	28	24	23	20
	RURAL	95	69	77	10	13	57	7	4	5
REGIÃO	SUDESTE	99	89	85	53	47	26	29	30	20
	NORDESTE	97	83	73	17	19	42	11	8	10
	SUL	98	91	90	41	41	32	25	21	26
	NORTE	96	82	67	17	23	29	15	11	15
	CENTRO-OESTE	97	92	75	31	38	30	18	15	20
RENDA FAMILIAR	Até 1 SM	94	71	68	10	8	37	7	3	2
	Mais de 1 SM até 2 SM	98	84	77	23	23	33	13	9	7
	Mais de 2 SM até 3 SM	99	92	83	36	38	33	21	16	15
	Mais de 3 SM até 5 SM	99	95	87	53	52	31	30	27	25
	Mais de 5 SM até 10 SM	99	98	87	68	68	28	41	49	43
	Mais de 10 SM	100	99	90	84	70	23	49	72	73
CLASSE SOCIAL	A	100	100	98	93	81	26	60	85	80
	B	100	97	91	69	66	31	41	45	41
	C	99	91	82	35	36	30	20	15	12
	DE	94	70	65	9	6	36	5	2	2

<sup>1</sup> Base: 26 000 domicílios. Respostas múltiplas e estimuladas.

Fonte: NIC.br – nov. 2011/jan. 2012.

Disponível em: <<http://cetic.br/usuarios/tic/2011-total-brasil/rel-geral-00.htm>>. Acesso em: 15 set. 2012.



## ANEXO B

## Proporção de Domicílios com acesso à Internet

<b>A4 - PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM ACESSO À INTERNET <sup>1</sup></b> <i>Percentual sobre o total de domicílios <sup>2</sup></i>				
Percentual (%)		Sim	Não	Não sabe / Não respondeu
<b>TOTAL BRASIL</b>		<b>38</b>	<b>62</b>	<b>0</b>
<b>ÁREA</b>	URBANA	43	57	0
	RURAL	10	90	0
<b>REGIÃO</b>	SUDESTE	49	51	0
	NORDESTE	21	79	0
	SUL	45	55	0
	NORTE	22	78	0
	CENTRO-OESTE	39	61	0
<b>RENDA FAMILIAR</b>	Até 1 SM	6	94	0
	Mais de 1 SM até 2 SM	21	79	0
	Mais de 1 SM até 2 SM	38	62	0
	Mais de 3 SM até 5 SM	58	42	0
	Mais de 5 SM até 10 SM	76	23	0
	Mais de 10 SM	91	9	0
<b>CLASSE SOCIAL <sup>4</sup></b>	A	96	3	0
	B	76	24	0
	C	35	65	0
	DE	5	95	0

<sup>1</sup> Excluindo-se o acesso via telefone celular no domicílio.

<sup>2</sup> Base: 25 000 domicílios.

Fonte: NIC.br – nov. 2011/jan. 2012.

Disponível em: <<http://cetic.br/usuarios/tic/2011-total-brasil/rel-geral-04.htm>>.

Acesso em: 15 set. 2012.





## ANEXO C

## Tipos de conexão para acesso à Internet

Percentual (%)		Acesso discado	Banda larga fixa <sup>2</sup>					Banda larga móvel (modem 3G)	Não sabe / Não respondeu
			TOTAL Banda larga fixa	Conexão via cabo	Conexão via linha telefônica (tecnologia DSL)	Conexão via rádio	Conexão via satélite		
TOTAL BRASIL		10	68	29	26	12	2	18	6
ÁREA	URBANA	10	68	30	26	11	2	18	6
	RURAL	11	69	12	23	32	3	15	6
REGIÃO	SUDESTE	10	72	35	27	8	2	16	6
	NORDESTE	11	59	33	10	14	3	23	9
	SUL	7	77	20	38	18	2	15	4
	NORTE	14	36	13	8	13	2	43	9
	CENTRO-OESTE	14	62	10	31	21	1	19	10
RENDIA FAMILIAR	Até 1 SM	8	64	22	19	16	6	18	10
	Mais de 1 SM até 2 SM	12	64	27	20	16	2	17	9
	Mais de 1 SM até 2 SM	12	66	25	25	14	2	19	5
	Mais de 3 SM até 5 SM	10	69	24	30	13	2	18	5
	Mais de 5 SM até 10 SM	8	75	34	30	10	2	18	4
	Mais de 10 SM	6	80	46	27	6	3	21	3
CLASSE SOCIAL <sup>3</sup>	A	7	83	49	29	5	2	20	3
	B	10	71	31	30	9	2	18	5
	C	10	65	26	22	16	2	18	7
	DE	10	57	25	13	15	4	20	15

<sup>1</sup> Base: 9 461 domicílios que possuem acesso à Internet. Respostas múltiplas e estimuladas.

<sup>2</sup> O total de domicílios com acesso à Internet via banda larga fixa reúne as tecnologias de modem digital via linha telefônica (xDSL), modem via cabo, conexão via rádio e conexão via satélite.

Fonte: NIC.br – nov. 2011/jan. 2012.

Disponível em: <<http://cetic.br/usuarios/tic/2011-total-brasil/rel-geral-05.htm>>.

Acesso em: 15 set. 2012.